



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 – CENTRO/SP - CEP: 01045-903
FONE: 2075-4500

PROCESSO	1263259/2018 (Proc. CEE 177-2001)
INTERESSADA	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP
ASSUNTO	Curso de Pedagogia a Distância – Renovação de Reconhecimento com Adequação Curricular à Deliberação CEE nº 154/2017
RELATORA	Cons ^a Maria Cristina Barbosa Storopoli
PARECER CEE	Nº 473/2018 CES Aprovado em 12/12/2018

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

O Magnífico Reitor da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” encaminha a este Conselho, pelo Ofício nº 155/17-RUNESP, protocolado em 18 de julho de 2017, o pedido de Renovação de Reconhecimento do Curso de Pedagogia na modalidade semipresencial. O Curso foi reconhecido pelo Portaria CEE-GP-234, de 12-6-2013.

A Presidente da Comissão de Licenciatura deste Conselho solicitou reunião com os Coordenadores e com equipe da UNESP, que foi realizada em 03/10/2017, para esclarecimentos em relação à denominação do Curso, que deveria ser alterada de Pedagogia Semipresencial para Pedagogia a Distância, cumprindo assim a Deliberação CEE nº 130/2014, além das Deliberações CEE nºs 142/2016 e 154/2017.

A Instituição reencaminhou o pedido de acordo com o acordado em reunião por meio do Ofício nº 359/2017, protocolado em 19 de dezembro de 2017 e os Especialistas foram designados para visita *in loco* (fl. 29). No período houve novas reuniões e telefonemas para esclarecimento da Instituição com a Assistência Técnica do Conselho a respeito de questões ligadas à Adequação Curricular à Deliberação CEE nº 154/2017.

A proposta final da Instituição foi enviada por meio do Ofício nº 72/2018-Prograd, protocolado em 3 de abril de 2018 e o Processo será examinado nos termos das Deliberações CEE nºs 130/2014, 142/2016 e 154/2017 (fls.30).

As Especialistas designadas para elaboração de Relatório Circunstanciado sobre o Curso, foram as Profas. Dras. Célia Maria Haas e Rosemary Trabold Nicácio, que apresentaram Relatório (fls.36-49).

1.2 APRECIÇÃO

Atos legais referentes ao Curso: Criado pela Resolução UNESP nº 77, de 15 de dezembro de 2009, do Conselho Universitário da UNESP, em sessão de 21/10/2008.

O Reconhecimento do Curso se deu como Pedagogia Semipresencial, aprovado neste Conselho por meio do Parecer CEE Nº 185/2013, Portaria CEE-GP nº 234/13, publicada em 14/6/13.

Responsável pelo Curso: Prof. Dr. Edson do Carmo Inforsato, Doutor em Educação, Coordenador Pedagógico do Curso de Pedagogia a Distância.

Dados Gerais

Horário de Funcionamento	Noturno: das 19h às 23h, em dois dias da semana (Aulas Presenciais) Obrigatório o cumprimento de 16 horas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)
Duração da hora/aula	60 m

Carga horária total do Curso	3580 h
Número de vagas oferecidas	Noturno: 900 vagas, por semestre
Tempo para integralização	Mínimo: 08 semestres Máximo: 12 semestres

Caracterização da Infraestrutura Física da Instituição reservada para o Curso

Instalação	Qtde	Capacidade	Observações
Salas de aula	19	50 pessoas	Uma das salas está localizada nas dependências do NEaD – Unesp e tem sido utilizada para atividades de formação dos formadores (Orientadores de Disciplina e Turma) e também para a reunião do Conselho de Curso.
Laboratórios de Informática	19	50 pessoas	Um dos laboratórios está localizado no NEaD- Unesp e pode ser utilizado pelos cursistas bem como pelos formadores do curso.
Bibliotecas	19	De 200 a 1000 usuários	Uma das salas reservada à biblioteca está no NEaD- Unesp e conta com acervo disponível a todos os cursistas.
Outras	6	--	As 6 instalações citadas estão localizadas nas dependências do Núcleo de Educação a Distância da UNESP (NEaD) e compreendem: sala do Coordenador Pedagógico; sala da Secretaria Geral do Curso; sala da Equipe de Tecnologia que atende ao Curso; 2 outras salas: sala do Designer Educacional e Assistente de Redação.

Os alunos do Curso podem usufruir de empréstimos do acervo das Bibliotecas dos *Campus* da UNESP. Cada Polo de apoio presencial também possui uma biblioteca que atende aos alunos, com títulos específicos de Pedagogia.

Demanda do Curso nos últimos Processos Seletivos, desde o último Reconhecimento

Período	Vagas	Candidatos	Relação Candidato/Vaga
	Noite	Noite	Noite
2010/2013	1350	7987	5.91
2016/2019	900	2278	2.53
2019/2022	800	Vestibular a realizar	-

Demonstrativo de Alunos Matriculados e Formados no Curso desde o último Reconhecimento, por semestre

Período	Matriculados	Egressos
2010/2013	1350	933
2016/2019	900	A concluir

Matriz Curricular do Curso, contendo distribuição de Disciplinas por período (semestre ou ano)

Curso	Pedagogia – Programa de Formação de Professores em Exercício no Estado de São Paulo, para a Educação Infantil, para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental e para a Gestão de Unidade Escolar – Modalidade a Distância – Convênio UNESP/CAPES.
Forma de Ingresso	Concurso Vestibular (Referente à turma em andamento foi realizado pela Fundação para o Vestibular da UNESP -VUNESP, em 21 de junho de 2015). DATA DA MATRÍCULA: 14 a 24/07/2015 (turma em andamento).
Observações	Critério de Aprovação: Nota igual ou superior a 7,0(sete inteiros) e frequência mínima de 70%.

O Curso de Pedagogia a distância da Unesp apresenta seus conteúdos formativos organizados sob forma de:

Áreas - que englobam as disciplinas, incluindo a revisão dos conteúdos e as atividades de PCC e as Atividades em projetos temáticos;

Atividades de Estágio Curricular Supervisionado;

Atividades Teóricas de Aprofundamento.

Tem um total de 3.580 horas, das quais 2980 horas respondem pelos conteúdos desenvolvidos pelas disciplinas, atendendo às exigências da formação científico-cultural e da formação didático-pedagógica específica para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, conforme a Resolução CNE/CP 2/2015 e as Deliberações do Conselho Estadual de Educação (CEE) nºs 111/12, 112/12, 126/14, 132/2015 e 154/2017. Também no atendimento à Resolução CNE/CP 2/2015, na carga horária dessas disciplinas está contemplada a distribuição de 400 horas (PCC) de prática como componente curricular. Ainda conforme a mesma Resolução e as citadas Deliberações, estão estipuladas 200 horas de Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPA) e 400 horas de Estágio Curricular Supervisionado.

As áreas compreendem a formação nas seguintes dimensões: 1) Revisão do Ensino Fundamental e Médio (REM) destinada a revisar os conteúdos relativos aos conhecimentos da escolaridade básica, conforme Deliberação CEE 157/2017; 2) Formação Geral (FG) destinada a possibilitar aos estudantes os conhecimentos que conformam a atividade educacional dentro de uma sociedade letrada. Para compor esta área com esses propósitos serão desenvolvidos estudos que permitam aos estudantes identificar os fundamentos filosóficos, históricos, sociológicos e políticos da Educação Universal e particularmente da educação brasileira. Essa área será desenvolvida por meio de disciplinas; 3) Educação Infantil (EI) destinada a entronizar os nossos estudantes nas reflexões que construiram referências importantes sobre a infância como um período da vida humana em que o processo de ensino - aprendizado tem que ser o de ajudar a criança na sua evolução rumo a uma construção de alicerces apropriados para a interação dinâmica com o mundo natural e social, assimilando naturalmente as linguagens que interpretam esses mundos. Também aqui, a tônica formativa reside sobre a oferta de disciplinas deste campo de saber; 4) Anos Iniciais do Ensino Fundamental (EF) destinada a possibilitar aos nossos estudantes uma interação

com os conteúdos e as metodologias de ensino que permitem o processo de ensino- aprendizagem desses conteúdos às crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Essa área é composta por um rol de disciplinas atinentes aos conteúdos específicos, pelas atividades dentro das disciplinas envolvendo atividades práticas conforme projeto especificado para as práticas como componente curricular (PCC) e também por um projeto temático transversal sobre educação inclusiva. Cabe também aqui informar que dentro desta área encontra-se a parte formativa, determinada pela Deliberação CEE154/2017, direcionada à revisão dos conteúdos nos quais os docentes estão se preparando para ensinar; 5) Gestão Educacional destinada a possibilitar aos nossos estudantes os aportes necessários para um professor ser habilitado na boa mediação dos conteúdos e das atitudes pedagógicas na sala de aula e também preparado para ser um bom gestor das questões do ensino nas unidades onde trabalham ou, por ventura, venham a trabalhar na condição de diretor de unidade escolar, coordenador pedagógico ou mesmo supervisor de ensino.

As cargas horárias relativas às atividades das áreas formativas ficam distribuídas da seguinte forma:

REM- REVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO - 600 horas

FG – FORMAÇÃO GERAL – 420 horas;

EI – EDUCAÇÃO INFANTIL – 500 horas;

EF – ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – 1040 horas;

GE– GESTÃO EDUCACIONAL – 420horas.

Com a carga horária de 600 horas para as atividades do Estágio Supervisionado e com a de 200 horas das Atividades Teóricas de Aprofundamento, o curso completa as 3580 horas estipuladas como carga horária total do curso.

A matriz de distribuição das disciplinas nas áreas:

REM- Revisão do Ensino Fundamental e Médio – Total – 600 horas

Disciplina	Carga Horária (horas)	Carga Horária de PCC
Gestão da Informação	80	-
Educação e Linguagem	30	-
Educação Infantil: Diferentes formas de Linguagem	40	-
Conteúdos e Didática da Língua Portuguesa e Literatura	100	-
Conteúdos e Didática da Alfabetização	50	-
Conteúdos e Didática da Matemática	90	-
Conteúdos e Didática de Ciências e Saúde	50	-
Conteúdos e Didática de História	50	-
Conteúdos e Didática de Geografia	50	-
Conteúdos e Didática de Educação Física	30	-
Conteúdos e Didática de Artes	30	-
Total	600	

FG – Formação Geral – Total: 420 horas

Disciplinas	Carga Horária (horas)	PCC/Carga Horária
Educação e Sociedade	30	-

Ética e Cidadania	30	-
Política Educacional	30	-
História da Educação	90	-
Filosofia da Educação	75	-
Sociologia da Educação	75	-
Legislação Educacional	90	-
Total	420	-

EI – Educação Infantil: 500 horas

Disciplinas	Carga Horária (horas)	PCC/Carga Horária
Psicologia do Desenvolvimento	120	-
Fundamentos e Princípios da Educação Infantil	90	-
Educação Infantil: abordagens curriculares	110	40
Educação Infantil: Diferentes Formas de Linguagem	140	
Total	460	40

EF – Ensino Fundamental (Anos Iniciais): 1.040 horas

Disciplinas	Carga Horária (horas)	PCC/Carga Horária (horas)
Didática Geral	100	60
Conteúdos e Didática de Alfabetização	90	50
Conteúdos e Didática de Língua Portuguesa e Literatura	60	50
Conteúdos e Didática de Artes	40	20
Conteúdos e Didática de Matemática	60	60
Conteúdos e Didática de História	50	20
Conteúdos e Didática de Geografia	50	20
Conteúdos e Didática de Ciências e Saúde	50	20
Conteúdos e Didática de Educação Física	50	20
Conteúdos e Didática de Libras	50	-
Projeto Temático de Educação Inclusiva	120	-
Total	720	320

GE – Gestão Educacional – 420 horas

Disciplinas	Carga Horária (horas)	PCC/Carga Horária
GE2 – Princípios gerais de Administração Escolar	90	-
GE3 – Organização e Gestão da Escola	70	20
GE4 – Gestão Curricular	70	-
GE5 – Avaliação Educacional e Escolar	70	20
Atividades do Projeto Temático: Gestão Democrática	80	-
Total	380	40

Quanto às Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPA), o aluno deve cumprir 200 horas, ao longo do Curso, a serem validadas pelo Orientador de Turma, conforme normas fixadas pelo Conselho de Curso para essa finalidade.

A estrutura curricular do Curso de Pedagogia prevê a realização de 400 (quatrocentas) horas de Estágio Supervisionado a serem integralizadas mediante a seguinte distribuição:

- 100 (cem) horas em educação infantil;
- 100 (cem) horas em ensino fundamental (anos iniciais);
- 200 (cem) horas em gestão educacional.

Com relação a essas atividades de estágio, de acordo com a legislação em vigor, os portadores de diploma de licenciatura com exercício comprovado no magistério e exercendo atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 100 (cem) horas.

Atendendo ao que dispõe a legislação federal, o estágio supervisionado “deve proporcionar ao estagiário uma reflexão contextualizada, conferindo-lhe condições para que se forme como autor de sua prática, por meio da vivência institucional sistemática, intencional, norteada pelo projeto pedagógico da instituição formadora e da unidade campo de estágio” (Parecer CNE/CP nº 5/2005). Este momento da formação docente, ainda segundo o referido Parecer, deve ser realizado em ambiente institucional de trabalho, reconhecido por um sistema de ensino e pressupõe a relação que se estabelece entre um docente experiente e o aluno estagiário, com a mediação de um professor da instituição formadora.

A Resolução CNE/CP nº 1/2006, em seu artigo 8º, estabelece que o estágio poderá ser realizado em ambientes escolares e não escolares, envolvendo atividades que assegurem aos graduandos experiências diversificadas que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências. Desse modo, o estágio supervisionado é uma das condições fundamentais para a obtenção da licença para o exercício profissional e, sobretudo, para a formação de um profissional com o perfil necessário a uma atuação competente e crítica. Ainda, a Resolução CNE/MEC nº 2/2015 aborda o estágio supervisionado como sendo “[...] componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico”.

O estágio curricular terá a orientação e a supervisão do professor Orientador em cada turma, conforme plano de estágio previamente estabelecido pelo Orientador em conjunto com os alunos. As atividades de estágio serão desenvolvidas ao longo do curso, de acordo com regulamento a ser elaborado pelo Conselho do Curso de Pedagogia. O plano de estágio deverá contribuir para que as referidas atividades se articulem com a proposta pedagógica do curso.

Grade Curricular

A grade curricular do Curso de Pedagogia a distância para os alunos ingressantes a partir de 2019, por meio de vestibular a ser realizado, fica constituída na seguinte conformidade, com prazo mínimo de quatro (4) anos para integralização:

1º SEMESTRE/1º ANO	
Disciplinas	Carga Horária (horas)
Educação e Sociedade	30
Política Educacional	30
Ética e Cidadania	30
Educação e Linguagem	30
História da Educação	90
Filosofia da Educação	75
Sociologia da Educação	75
Atividades Teóricas de Aprofundamento	25

Total do Semestre: 385

2º SEMESTRE/1º ANO	
Disciplinas	Carga Horária (horas)
Legislação Educacional	90

Psicologia do Desenvolvimento	120
Fundamentos e Princípios da Educação Infantil	90
Projeto educação Inclusiva (etapa 1)	60
Atividades Teóricas de Aprofundamento	25

Total do Semestre: 385

1º SEMESTRE/2º ANO	
Disciplinas	Carga Horária (horas)
Educação Infantil: abordagens curriculares	150
Educação Infantil: Diferentes Formas de Linguagem	180
Gestão da Informação	80

Total do Semestre: 410

2º SEMESTRE/2º ANO	
Disciplinas	Carga Horária (horas)
Didática Geral	160
Conteúdos e Didática de Alfabetização	190
Projeto Temático de Educação Inclusiva (etapa 2)	40
Atividades Teóricas de Aprofundamento	50

Total do Semestre: 440

1º SEMESTRE/3º ANO	
Disciplinas	Carga Horária (horas)
Conteúdos e Didática de Língua Portuguesa e Literatura	210
Conteúdos e Didática de Matemática	210
Projeto Temático de Educação Inclusiva(etapa 3)	20
Estágio Supervisionado - Educação Infantil	100
Atividades Teóricas de Aprofundamento	20

Total do Semestre: 560

2º SEMESTRE/3º ANO	
Disciplinas	Carga Horária (horas)
Conteúdos e Didática de Ciências e Saúde	120
Conteúdos e Didática de Geografia	120
Conteúdos e Didática de História	120
Projeto Temático sobre Gestão Democrática (etapa 1)	40
Estágio Supervisionado – Ensino Fundamental	100
Atividades Teóricas de Aprofundamento	30

Total do Semestre: 530

1º SEMESTRE/4º ANO	
Disciplinas	Carga Horária (horas)
Conteúdos e Didática de Educação Física	100
Conteúdos e Didática de Artes	90
Conteúdos e Didática de Libras	50 horas
Princípios gerais de Administração Escolar	90 horas
Projeto Temático sobre Gestão Democrática (Etapa 2)	40 horas
Estágio Supervisionado – Gestão Educacional 1	100

Total do Semestre: 470

2º SEMESTRE/4º ANO	
Disciplinas	Carga Horária
Organização e Gestão da Escola	90 horas
Gestão Curricular	70 horas
Avaliação Educacional e Escolar	90 horas
Atividades Teóricas de Aprofundamento	50
Estágio Supervisionado – Gestão Educacional 2	100

Total do Semestre: 400

Acompanhamento e Avaliação

A avaliação prioriza a modalidade formativa, pontuada por momentos de avaliação de desempenho com vistas a avanços progressivos do profissional. A avaliação no Curso de Pedagogia da Unesp possibilita diferentes procedimentos que atenderão a aspectos formativos e dimensões (presencial e não presencial) presentes em um curso dessa natureza.

A sistemática de avaliação do Curso em sua dimensão retroalimentadora deve analisar e apreender toda a dinâmica do processo e, baseando-se nesse conhecimento, orientar, reorientar e/ou adequar procedimentos de aprendizagem e de ensino para os alunos e docentes. Esse procedimento qualifica, no processo, as ações formativas desenvolvidas.

Para a concretização desses procedimentos avaliativos será considerada a pertinência da participação dos segmentos envolvidos distribuídos nas diferentes Modalidades, efetivadas da seguinte forma:

Modalidade Diagnóstica – realizada mediante a caracterização do perfil socioeconômico do professor-aluno, de seus conhecimentos teórico-conceituais e profissionais e de suas expectativas em relação ao curso.

Modalidade Prova Presencial – avaliações presenciais, mediante prova escrita, no final de cada disciplina do curso. No final de cada disciplina são oferecidas aos alunos oportunidades de recuperação.

Modalidade Atividades – as atividades são avaliadas mediante participação no ambiente virtual de aprendizagem. Um *portfolio* (Memorial) consolidará as atividades individuais ou em grupo e as experiências vivenciadas no curso.

Critérios para aprovação dos alunos

Os critérios de avaliação dos alunos compreendem o aproveitamento e a frequência por disciplina, sendo considerados aprovados os alunos que:

- comparecerem a 70% das atividades presenciais em cada disciplina;
- obtiverem média mínima de sete (7) em cada disciplina. Os demais componentes curriculares (ATIVIDADES EM PROJETOS TEMÁTICOS E ESTÁGIO SUPERVISIONADO), embora devam obedecer ao critério da nota mínima de sete (7) (numa escala de zero a dez) como referência para aprovação, não receberão notas no histórico escolar, mas apenas a menção “aprovado” ou “reprovado”.

A média de aproveitamento de cada disciplina é o resultado da média aritmética ponderada da nota da prova (peso 4), da nota das atividades presenciais (peso 3) e da nota de atividades a distância, desenvolvidas no ambiente virtual de aprendizagem (peso 3).

Vigoram, ainda, os seguintes critérios para aprovação:

São considerados aprovados:

- aqueles que obtiverem média igual ou superior a sete (7) em cada disciplina;
- aqueles que obtiverem média inferior a sete (7) tem a oportunidade de uma nova prova, cuja nota substitui a nota da prova anterior, para cômputo da média final;

Além disso, há o período de recuperação no caso de reprovação em disciplinas, previsto no calendário do Curso. No entanto, alunos não podem acumular dependência em disciplinas, trancamento ou suspensão de matrícula, pois não há garantias de novas turmas do curso, como ocorre com os demais cursos presenciais da Universidade.

Em caso de reoferta do Curso, o aluno que tenha sido aprovado em disciplinas desta edição do Curso e o abandone por diferentes motivos, poderá solicitar aproveitamento de estudos caso reingresse em nova eventual turma organizada para este mesmo Curso de Pedagogia a distância.

Proposta de Adequação Curricular à Deliberação CEE nº 154/2017
Quadros Síntese da Carga Horária –3580 horas

FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – CURSO DE PEDAGOGIA

Quadro A – CH das Disciplinas dos Conteúdos Curriculares e Ensino Fundamental e Médio

Estrutura Curricular	CH das disciplinas dedicadas à revisão e ao enriquecimento dos Conteúdos Curriculares do Ensino Fundamental e Médio				
	Disciplinas	Ano / semestre letivo	CH Total (60 min)	Carga horária total inclui:	
CH EaD				CH PCC	
Gestão da Informação	1º/1º	80	80		
Educação e Linguagem	1º/1º	30	30		
Educação Infantil: diferentes Formas de linguagem	2º/1º	40	40		
Conteúdos e Didática de Língua Portuguesa e Literatura	2º/2º	100	100		
Conteúdos e Didática de Alfabetização	2º/2º	50	50		
Conteúdos e Didática de Matemática	3º/1º	90	90		
Conteúdos e Didática de Ciências e Saúde	3º/1º	50	50		
Conteúdos e Didática de História	3º/2º	50	50		
Conteúdos e Didática de Geografia	3º/2º	50	50		
Conteúdos e Didática de Educação Física	3º/2º	30	30		
Conteúdos e Didática de Artes	3º/2º	30	30		
Subtotal da carga horária de PCC e EaD (se for o caso)			600	600	0

Quadro B – Carga Horária das Disciplinas de Conteúdos Específicos e dos Conhecimentos Pedagógicos

Estrutura Curricular	CH das disciplinas dedicadas ao estudo dos conteúdos específicos e dos conteúdos pedagógicos que garantam a transposição didática ou outras mediações didáticas e apropriação crítica desses conteúdos pelos alunos			
	Disciplinas	Ano / semestre letivo	CH Total	Carga Horária Total inclui:
EaD				PCC
Filosofia da Educação	1º/1º	75	75	-
História da Educação	1º/1º	90	90	-
Sociologia da Educação	1º/1º	75	75	-
Psicologia do Desenvolvimento	1º/2º	120	120	
Legislação Educacional	1º/2º	90	90	-

Fundamentos e Princípios da Educação Infantil	1º/2º	90	90	-
Educação Infantil: abordagens curriculares	2º/1º	150	110	40
Didática Geral	2º/1º	160	100	60
Conteúdos e Didática da Alfabetização	2º/2º	140	90	50
Conteúdos e Didát.da L.Portuguesa e Literatura	2º/2º	110	60	50
Conteúdos e Didática de Matemática	3º/1º	120	60	60
Conteúdos e Didática de Ciências e Saúde	3º/1º	70	50	20
Conteúdos e Didática de História	3º/2º	70	50	20
Conteúdos e Didática de Geografia	3º/2º	70	50	20
Conteúdo e Didática de Artes	3º/2º	60	40	20
Conteúdos e Didática da Educação Física	3º/2º	70	50	20
Conteúdo e Didática de Libras	4º/1º	50	50	-
Organização e Gestão da Escola	4º/1º	90	70	20
Gestão Curricular	4º/2º	70	70	-
Avaliação Educacional e Escolar	4º/2º	90	70	20
Projeto Temático de Educação Inclusiva	Ao longo do curso	120	120	-
Subtotal da carga horária de PCC e EaD		1980	1580	400

Quadro C – Carga Horária das Disciplinas de Formação nas demais funções

Estrutura Curricular		CH para formação nas demais funções previstas na Resolução CNE/CP nº 1/2006.		
Disciplinas	Ano / semestre letivo	CH Total	Carga Horária Total inclui:	
			EaD	PCC
Ética e Cidadania	1º/1º	30	30	0
Educação e Sociedade	1º/1º	30	30	0
Política Educacional	1º/1º	30	30	0
Princípios gerais de Administração Escolar	4º/1º	90	90	0
Educação Infantil: Diferentes Formas de Linguagem	2º/1º	140	140	0
Projeto Temático sobre Gestão Democrática	5º ao 8º semestre	80	80	0
Carga horária de PCC e EaD		400	400	0

Estrutura Curricular		CH para formação nas atividades de estágio e de aperfeiçoamento		
Disciplinas	Ano/semestre letivo	CH Total	Carga Horária Total inclui:	
			EaD	PCC
Estágio supervisionado (Educação Infantil)	A partir do 1º semestre do 3º ano	100	30	0
Estágio supervisionado (Ensino Fundamental, Anos Iniciais)	A partir do 2º semestre do 3º ano	100	30	0
Estágio supervisionado (Gestão Educacional)	A partir do 1º semestre do 4º ano	200	100	0
Atividades Teóricas de Aperfeiçoamento	Ao longo do curso	200	100	0
Carga horária de PCC e EaD		600	260	0

Quadro D – CH Total do Curso – 3580 h/a

TOTAL	Horas
Disciplinas dos Conteúdos Curriculares e Ensino Fundamental e Médio	600
Carga Horária das Disciplinas de Conteúdos Específicos e dos Conhecimentos Pedagógicos	1980
CH para formação nas demais funções previstas na Resolução CNE/CP nº 1/2006.	400
Estágio Curricular Supervisionado	400
Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPA)	200
Carga Horária Total do Curso	3580

A Renovação de Reconhecimento com Adequação Curricular proposta pelo Curso de Pedagogia a Distância da Universidade Estadual Paulista-UNESP, atende a:

- Deliberação CEE nº 142/2016;
- Deliberação CEE nº 130/2014;
- Resolução CNE/CES Nº 3, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências;
- Deliberação CEE nº 111/2012 modificada pela Deliberação CEE nº 154/2017. Planilha Anexa.

As Especialistas designadas para visita *in loco* para Relatório circunstanciado sobre a solicitação do Curso de Pedagogia a Distância da UNESP, Dra. Celia Maria Haas e Rosemary Trabold Nicacio, não fizeram qualquer recomendação de melhoria.

2. CONCLUSÃO

2.1 A adequação curricular proposta para o Curso de Pedagogia, na modalidade a distância (EaD), oferecido pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, atende à Del. CEE nº 111/2012, alterada pela Deliberação CEE nº 154/2017.

2.2 Aprova-se, com fundamento nas Deliberações nºs 130/2014 e 142/2016, o pedido de Renovação do Reconhecimento do Curso de Pedagogia, na modalidade a distância (EaD), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, pelo prazo de cinco anos.

2.3 Convalidam-se os atos escolares praticados durante o período em que o Curso permaneceu sem o reconhecimento.

2.4 A adequação curricular e a presente renovação de reconhecimento tornar-se-ão efetivas por ato próprio deste Conselho, após homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado da Educação.

São Paulo, 22 de novembro de 2018.

a) Cons^a Maria Cristina Barbosa Storopoli
Relatora

DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR adota, como seu Parecer, o Voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros Décio Lencioni Machado, Edson Hissatomi Kai, Francisco de Assis Carvalho Arten, Guiomar Namó de Mello, Iraíde Marques de Freitas Barreiro, João Otávio Bastos Junqueira, Marcos Sidnei Bassi, Maria Cristina Barbosa Storopoli, Thiago Lopes Matsushita e Roque Theóphilo Júnior.

Sala da Câmara de Educação Superior, 28 de novembro de 2018.

a) Cons. Roque Theóphilo Júnior
Presidente

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara de Educação Superior, nos termos do Voto da Relatora.

Sala “Carlos Pasquale”, em 12 de dezembro de 2018.

Cons. Hubert Alquéres
Presidente

PARECER CEE Nº 473/18 – Publicado no DOE em 13/12/2018

Republicado no DOE em 14/12/2018

Res SEE de 13/12/18, public. em 14/12/18

Portaria CEE GP nº 464/18, public. em 15/12/18

- Seção I - Página 38

- Seção I - Página 56

- Seção I - Página 47

- Seção I - Página 42

PLANILHA PARA ANÁLISE DE PROCESSOS

AUTORIZAÇÃO, RECONHECIMENTO E RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE CURSOS DE LICENCIATURA (DELIBERAÇÃO CEE Nº 111/2012)

DIRETRIZES CURRICULARES COMPLEMENTARES PARA A FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

PROCESSO CEE Nº: 177-2001	
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)	
CURSO: Pedagogia a Distância	TURNO/CARGA HORÁRIA TOTAL: 3.580
ASSUNTO: Adequação Curricular à Deliberação CEE nº 154/2017	

1- FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

CAPÍTULO I – DELIBERAÇÃO CEE-SP Nº 111/2012				PROPOSTA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
				DISCIPLINA (onde o conteúdo é trabalhado)	Indicar somente os textos principais da Bibliografia Básica onde o conteúdo é contemplado
Art. 4º A carga total dos cursos de formação de que trata este capítulo terá no mínimo 3.200 (três mil e duzentas) horas, assim distribuídas:	I – 600 (seiscentas) horas dedicadas à revisão e enriquecimento dos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio;	Art. 5º – As 600 (seiscentas) horas de que trata o inciso I do artigo 4º incluirão estudos sobre os objetos de conhecimento, que têm por finalidade ampliar e aprofundar os conteúdos curriculares previstos na Base Nacional Comum Curricular para a educação infantil e os nos anos iniciais do ensino fundamental:	I – estudos da Língua Portuguesa falada e escrita, da leitura, produção e utilização de diferentes gêneros de textos, bem como a prática de registro e comunicação, dominando a norma culta a ser praticada na escola;	Nosso curso destinou uma carga horária significativa (220 horas) para as atividades que demandam do aluno um aprendizado do domínio competente da linguagem compreendendo a Língua Portuguesa, no que tange à escrita, à oralidade e à comunicação, envolvendo os múltiplos aspectos da comunicação humana. Neste sentido, as disciplinas nas quais desenvolveremos esses aportes são:	BENJAMIN, W. Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem humana. In: <i>Sobre Arte, Técnica Linguagem e Política</i> . Lisboa: Antropos, 1992. BLIKSTEIN, I. <i>Técnicas de comunicação escrita</i> . São Paulo: Ática, 2002. CHARTIER, R. <i>Cultura escrita, literatura e história</i> . Porto Alegre: Artmed, 2001. COSTA VAL, M. G. <i>Redação e textualidade</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1994. CUNHA, C.; CINTRA, L. <i>Nova Gramática do Português Contemporâneo</i> . São Paulo: Moderna, 2012. DIDIO, L. <i>Leitura e produção de textos: comunicar melhor, ler melhor, escrever melhor</i> . São Paulo: Atlas, 2013. JOBIM E SOUZA, S. <i>Infância e linguagem: Bakhtin, Vygostsky e Benjamin</i> . 7. ed. Campinas: Papyrus, 2006. FARACO, C. A.; TEZZA, C. <i>Prática de texto para estudantes universitários</i> . 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. FERREIRA, L. A. <i>Leitura e Persuasão - Princípios de Análise Retórica</i> . São Paulo: Contexto, 2010. FREIRE, P. <i>A importância do ato de ler: em três artigos que se completam</i> . 35. ed. São Paulo: Cortez, 1997. GARCIA, O. M. <i>Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar</i> . 25. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

			<ul style="list-style-type: none"> • Conteúdos e Didática da Alfabetização- 50 h; • Conteúdos e Didática de Língua Portuguesa e Literatura – 100h. <p>(220 horas reservadas apenas à revisão- item I)</p>	<p>GOULART, C. Letramento e modos de ser letrado: discutindo a base teórico metodológica de um estudo. <i>Rev. Bras. Educ.</i>, v. 11, n. 33, p. 450- 460, set./dez. 2006.</p> <p>KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. <i>Ler e compreender: os sentidos do texto</i>. São Paulo: Contexto, 2006.</p> <p>LERNER, D. <i>Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário</i>. Porto Alegre: ARTMED, 2002.</p> <p>LURIA, A. R. <i>Pensamento e linguagem</i>. Porto Alegre: Artes Médicas; 1987.</p> <p>MARCUSCHI, L. A. <i>Produção textual, análise de gêneros e compreensão</i>. São Paulo: Parábola, 2008.</p> <p>MAYRINK-SABINSON, M. L. Para que serve a escrita, quando você ainda não sabe ler/escrever? <i>Leitura: teoria & prática</i>, Porto Alegre: Mercado Aberto, v. 9, n. 16, p. 20-25, dez. 1990.</p> <p>MEDEIROS, J. B. <i>Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas</i>. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>MORAIS, A. G. <i>Ortografia: Ensinar e Aprender</i>. São Paulo: Ática, 1998.</p> <p>PENTEADO, J. R. W. <i>A Técnica da Comunicação Humana</i>. São Paulo: Pioneira, 2001.</p> <p>SOLÉ, I. <i>Estratégias de Leitura</i>. Porto Alegre: Artmed, 2013.</p> <p>VAN DIJK, T. <i>Discurso e Contexto: uma abordagem sociocognitiva</i>. São Paulo: Contexto, 2012.</p> <p>WEISZ, T. Como se aprende a ler ou, prontidão, um problema mal colocado. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO [MEC]. <i>Programa de formação de professores alfabetizadores</i>. Brasília, MEC, 2001. M1U3T4. Módulo 1. Disponível em: <https://goo.gl/oEQyzo>. Acesso em: 4 dez. 2017.</p>
		II – estudos de Matemática necessários tanto para o desenvolvimento do pensamento lógico-quantitativo quanto para instrumentalizar as atividades de conhecimento, compreensão, produção, interpretação e uso de indicadores e estatísticas educacionais;	<p>Conteúdos e Didática de Matemática</p> <p>(90 horas reservadas apenas à revisão item II)</p>	<p>CRESPO, A. A. <i>Estatística Fácil</i>. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>COSTA, G. G. O. <i>Estatística Aplicada à Educação com Abordagem Além: teoria e prática descritiva</i>. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2015.</p> <p>HEFEZ, A. <i>Elementos de Aritmética</i>. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2006.</p> <p>IEZZI, G. <i>Fundamentos de Matemática Elementar</i>. São Paulo: Atual, 1977. v. 1, 2, 4 e 6.</p> <p>MUNIZ NETO, A. C. <i>Tópicos de Matemática Elementar</i>. Rio de Janeiro, 2012. v. 1, 3, 4 e 6.</p> <p>MACHADO, P. F. <i>Fundamentos de geometria plana</i>. Belo Horizonte: CAED-UFMG, 2012.</p>
		III – estudos de História que propiciem a compreensão da diversidade dos povos	<ul style="list-style-type: none"> • Conteúdos e Didática de História 	<p>BARROS, M. N. <i>Diversidade na educação: reflexões e experiências</i>. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.</p> <p>LUCIANO, G. S. <i>O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje</i>. Brasília: Ministério da Educação,</p>

		e culturas e suas formas de organização, com destaque para a diversidade étnico cultural do Brasil e a contribuição das raízes indígenas e africanas na constituição das identidades da população brasileira, bem como das referências sobre a noção de comunidade e da vida em sociedade;	(50 horas reservadas ao item III)	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. MELLO E SOUZA, M. <i>África e Brasil africano</i> . São Paulo: Ática, 2005. RAMOS, M. N.; ADÃO, J. M.; GRACIETE, VIDAL, J. <i>O africano que existe em nós, brasileiros</i> . Rio de Janeiro/Brasília: FBN/Seppir, 2015. VISENTINI, P. F. <i>História da África e dos Africanos</i> . Petrópolis: Vozes, 2013.
		IV – estudos de Geografia que propiciem a compreensão do espaço geográfico e da ação dos indivíduos e grupos sociais na construção desse espaço;	Conteúdos e Didática de Geografia (50 horas do item IV)	BARROS, J. A. <i>História, Espaço, Geografia: Diálogos Interdisciplinares</i> . Petrópolis: Vozes, 2017. CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. <i>Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço</i> . São Paulo: Bertrand, 2012. MOREIRA, J. C. <i>Geografia Geral e do Brasil</i> . Espaço Geográfico e Globalização. São Paulo: Scipione, 2014.
		V – estudos de Ciências Naturais incluindo a compreensão de fenômenos do mundo físico e natural e seres vivos, do corpo humano como sistema que interage com o ambiente, da condição de saúde e da doença resultantes do ambiente físico e social, do papel do ser humano nas transformações ambientais e das suas consequências para todos os seres vivos;	Conteúdos e Didática de Ciências e Saúde (50 horas reservadas apenas à revisão – item V)	ATKINS, P.; LORETTA, J. <i>Princípios de Química: questionando a vida moderna e o meio ambiente</i> . 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. CARVALHO, I. C. M. <i>Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico</i> . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS [CEBRID]. Livreto Informativo Sobre Drogas Psicotrópicas . São Paulo: Cebrid; Obid, 1987. Disponível em: < https://goo.gl/3CLiWH >. Acesso em: 4 dez. 2017. MARGULIS, L.; SCHWARTZ, K. V. <i>Cinco reinos: um guia ilustrado dos filós da vida na Terra</i> . 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. TEIXEIRA, W. et al. (Org.). <i>Decifrando a Terra</i> . 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. TORTORA, G. J. <i>Corpo Humano: fundamentos de anatomia e fisiologia</i> . 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
		VI – utilização das Tecnologias da Comunicação e Informação (TIC) como recurso pedagógico e	Por nosso curso ser a distância, teremos uma carga horária inicial de 20 horas para o preparo dos alunos no ambiente	VELOSO, R. <i>Tecnologias da Informação e Comunicação</i> . São Paulo: Saraiva, 2013. BRAGA, D. B. <i>Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação e Participação Social</i> . São Paulo: Cortez, 2014. SANTOS, C. A.; SALES, A. <i>As Tecnologias Digitais da Informação e</i>

			<p>para o desenvolvimento pessoal e profissional;</p>	<p>virtual de aprendizagem, além disso todas as disciplinas (Por se tratar de um curso na modalidade EaD), obrigatoriamente, terão propostas de atividades realizadas por meio das TIC (fórum de discussões, chat de dúvidas, aulas por videoconferência etc.). Ademais, teremos uma disciplina específica sobre Gestão da Informação, na qual dedicaremos exclusivamente todo o seu conteúdo para a compreensão da informação dentro dos novos formatos proporcionados pelas TIC.</p> <p>(total de horas será de 80 horas dedicadas ao item VI).</p>	<p><i>Comunicação no Trabalho Docente</i>. São Paulo: Appris, 2017.</p>
		<p>VII – ampliação e enriquecimento geral incluindo atividades curriculares de arte e educação física que propiciem acesso, conhecimento e familiaridade com linguagens culturais, artísticas, corporais;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conteúdos e Didática de Educação Física – 30 horas • Conteúdos e Didática de Artes - 30 horas <p>(60horas reservadas ao item VII)</p>	<p>BARBOSA, A. M. <i>Tópicos Utópicos</i>. São Paulo: Arte, 2007. BRANDÃO, H.; FROESELE, M. G. V. G. <i>O livro dos jogos e das brincadeiras para todas as idades</i>. Belo Horizonte: Leitura, 1997. CAMARGO, L. (Org.). <i>Arte-educação: da pré-escola à universidade</i>. São Paulo: Nobel, 1989. COSTELLA, A. F. <i>Para apreciar a arte</i>. São Paulo: Senac, 1997. FERREIRA, T. <i>A escola no teatro e o teatro na escola</i>. São Paulo: Mediação, 2006. HALAWELL, P. <i>À mão livre: a linguagem do desenho</i>. São Paulo: Melhoramentos, 1994. OSTROWER, F. <i>Criatividade e processo de criação</i>. São Paulo: Imago, 1977.</p>	

1- FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

CAPÍTULO I – DELIBERAÇÃO CEE-SP Nº 111/2012				PROPOSTA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
				DISCIPLINA (onde o conteúdo é trabalhado)	Indicar somente os textos principais da Bibliografia Básica onde o conteúdo é contemplado
Art. 4º – A carga total dos cursos de formação de que trata este capítulo terá no mínimo 3.200 (três mil e duzentas) horas, assim distribuídas:	II – 1.400 (hum mil e quatrocentas) horas dedicadas ao estudo dos conteúdos específicos e dos conhecimentos pedagógicos que garantam a transposição didática ou outras mediações e a apropriação crítica desses conteúdos pelos alunos;	Art. 6º – As 1.400 (hum mil e quatrocentas) horas de que trata o inciso II do artigo 4º compreendem um corpo de conhecimentos educacionais, pedagógicos e didáticos com o objetivo de garantir aos futuros professores de pré-escola e dos anos iniciais do ensino fundamental competências especificamente voltadas para a prática da docência e da gestão do ensino:	I – conhecimentos de História da Educação, Sociologia da Educação e Filosofia da Educação que fundamentam as ideias e as práticas pedagógicas;	Com relação a este item nosso curso estruturou 3 disciplinas num total de 240 horas, a saber: <ul style="list-style-type: none"> • História da Educação – 90 horas; • Sociologia da Educação – 75 horas; • Filosofia da Educação – 75 horas. (240 horas do item I)	APPLE, M. W. <i>Ideologia e currículo</i> . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. ARANHA, M. L. A. <i>História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil</i> . São Paulo: Moderna, 2006. CAMBI, F. <i>História da Pedagogia</i> . Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1999. CASTRO, A. M. D. A. (Org.). <i>Política educacional – contextos e perspectivas da educação brasileira</i> . Brasília, DF: Liber Livros, 2012. DOURADO, L. F. Sistema Nacional de Educação, Federalismo e os obstáculos ao direito à educação básica. <i>Educação & Sociedade (Impresso)</i> , v. 34, p. 761-785, 2013. FARENZENA, N. <i>A política de financiamento da educação básica: rumos da legislação brasileira</i> . Porto Alegre: UFRGS, 2006. GONZALEZ-MENA, J. <i>Fundamentos da educação infantil: ensinando crianças em uma sociedade diversificada</i> . 6. ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2015. MARCILIO, M. L. <i>História da Escola em São Paulo e no Brasil</i> . São Paulo: Imprensa Oficial, 2005. MANACORDA, M. A. <i>História da Educação: da antiguidade aos nossos dias</i> . Tradução de Gaetano Lo Monaco. São Paulo: Cortez, 2006. MOLL, J. (Org.). <i>Os tempos da vida nos tempos da escola: construindo possibilidades</i> . 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. ROMANELLI, O. O. <i>História da Educação no Brasil (1930-1970)</i> . Petrópolis, RJ: Vozes, 1978. SAVIANI, D. <i>História das ideias pedagógicas no Brasil</i> . Campinas, SP: Autores Associados, 2007. SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. <i>Matrizes e Referência para a Avaliação</i> . Documento Básico – SARESP. São Paulo, SEE. 2009. SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Dispõe sobre o sistema de Avaliação do Rendimento Escolar no Estado de São Paulo. Resolução SE nº 27, de 29 de março de 1996. São Paulo, 1996. Disponível em: < https://goo.gl/qBKdHd >. Acesso em: 4 dez. 2017. SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Institui o Programa de Qualidade da Escola – PQE – Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São

					<p>Paulo. Resolução SE nº 74, de 6 de novembro de 2008. São Paulo, 2008. Disponível em: <https://goo.gl/jSg7NA>. Acesso em: 4 dez. 2017.</p> <p>SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Dispõe sobre a realização das provas de avaliação relativas ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP/2014. Resolução SE nº41, de 31 de julho de 2014. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/zThgz0>. Acesso em: 4 dez. 2017.</p> <p>SHIROMA, E. O. et al. <i>Política Educacional</i>. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.</p>
			<p>II – conhecimentos de Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem para compreensão das características do desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e físico de crianças e adolescentes;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Psicologia do Desenvolvimento- 120 horas • Fundamentos e Princípios da Educação Infantil -90 horas <p>(210 horas do item II)</p>	<p>CARRARA, K. (Org.). <i>Introdução à psicologia da educação: seis abordagens</i>. São Paulo: Avercamp, 2004.</p> <p>COLL, C. <i>Aprendizagem escolar e construção do conhecimento</i>. Porto Alegre: Artmed, 1994.</p> <p>GOMES, A. I. P. <i>Compreender e transformar o ensino</i>. 4. ed. Porto Alegre: Art Med, 1998.</p> <p>CAVICCHIA, D. C. O desenvolvimento da criança nos primeiros anos de vida. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA [UNESP]; UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO [UNIVESP] (Org.). <i>Caderno de formação: formação de professores: educação infantil: princípios e fundamentos</i>. São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2010. v. 1. p. 13-27. Disponível em: <https://hec.su/d4xe>. Acesso em: 6 jul. 2016. (Psicologia do Desenvolvimento, Caderno de formação n. 6, bloco 1, módulo 3, disciplina 11).</p> <p>LA TAILLE, Yves de. Construção da consciência moral [Cognição, afeto e moralidade]. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA [UNESP]; UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO [UNIVESP] (Org.). <i>Caderno de formação: formação de professores: educação infantil: princípios e fundamentos</i>. São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2010. v. 1. p. 40-57. Disponível em: <https://hec.su/dHgV>. Acesso em: 18 jul. 2016. (Psicologia do Desenvolvimento, Caderno de formação n. 6, bloco 1, módulo 3, disciplina 11).</p> <p>MELCHIORI, L. E.; ALVES, Z. M. M. B. Comportamento de bebês em situações de separação e reencontro com os pais, na rotina diária da creche. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA [UNESP]; UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO [UNIVESP] (Org.). <i>Caderno de formação: formação de professores: educação infantil: princípios e fundamentos</i>. São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2010. v. 1. p. 28-39. Disponível em: <https://hec.su/d4xe>. Acesso em: 6 jul.</p>

					<p>2016. (Psicologia do Desenvolvimento, Caderno de formação n. 6, bloco 1, módulo 3, disciplina 11).</p> <p>OLIVEIRA, M. K. <i>Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento. Um processo sócio-histórico</i>. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1997.</p> <p>PATTO, M. H. <i>Introdução à psicologia escolar</i>. Rio de Janeiro. Vozes, 1987.</p>
			<p>III – conhecimento do sistema educacional brasileiro, sua evolução histórica e suas políticas, para fundamentar a análise da educação escolar no país, bem como possibilitar ao futuro professor entender o contexto no qual vai exercer sua prática;</p>	<p>Legislação Educacional - 90 horas do item III</p>	<p>ALVES, N.; VILLARDI, R. <i>Múltiplas leituras da nova LDB</i>. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.</p> <p>BRANDÃO, C. F. <i>LDB passo a passo</i>. São Paulo: Avercamp, 2003.</p> <p>BRASIL. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Brasília: 2010. Disponível em: <https://goo.gl/JJbz5b>. Acesso em: 4 dez. 2017.</p> <p>BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. <i>Diário Oficial da União</i>, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <https://hec.su/d4xf>. Acesso em: 6 jul. 2016.</p> <p>BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente e legislação correlata: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. 12 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a base. Brasília, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/u752wl>. Acesso em: 4 dez. 2017.</p> <p>BRASIL. Constituição (1988). <i>Constituição da República Federativa do Brasil</i>: versão atualizada até a Emenda n. 97/2017. Disponível em: <https://goo.gl/HwJ1Q>. Acesso em: 4 dez. 2017.</p> <p>BRASIL. <i>Lei nº 9.394</i>, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. <i>Diário Oficial da União</i>, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://goo.gl/oXee3>. Acesso em: 4 dez. 2017.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP]. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/>.</p> <p>GOODSON, I. F. <i>As políticas de currículo e de escolarização: abordagens históricas</i>. Petrópolis: Vozes, 2008.</p> <p>HOFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. <i>Cadernos CEDES</i>, n. 55, p. 30-41, nov.2001.</p> <p>LIBÂNEO, J. C. <i>Organização e Gestão da Escola - teoria e prática</i>. São Paulo, Heccus, 2013.</p> <p>LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. <i>Educação escolar: políticas, estrutura e organização</i>. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>OLIVEIRA, D. A. <i>Educação básica: gestão do trabalho e da</i></p>

					<p>pobreza. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.</p> <p>PEREIRA, T. S. (Org.). Estatuto da criança e do adolescente: estudos sócio-jurídicos. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.</p> <p>São Paulo (Estado). Institui o Programa de Qualidade da Escola – PQE. Resolução SE 74, de 06 de novembro de 2008. Disponível em: <https://goo.gl/HcWZg3>. Acesso em: 4 dez. 2017.</p> <p>VERONESE, J. R. P. <i>Direito da criança e do adolescente</i>. Florianópolis: OAB/SC, 2006.</p>
			<p>IV – conhecimento e análise das diretrizes curriculares nacionais, da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica, e dos currículos estaduais e municipais para educação infantil e o ensino fundamental;</p>	<p>Na estrutura curricular do nosso curso, as diretrizes curriculares do Ensino Fundamental estão amplamente contempladas na disciplina registrada no item anterior:</p> <p>Legislação Educacional. Desse modo, as disciplinas que trataremos neste item IV dedicam-se a abordar as DCN e as diretrizes do estado e dos municípios da educação infantil. Assim as disciplinas deste item são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gestão Curricular – 70h • Educação Infantil: abordagens curriculares - 110h <p>180 horas do item IV</p>	<p>ARRIBAS, T. L. et al. <i>Educação Infantil</i>. Desenvolvimento, currículo e organização escolar. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p>BRASIL. <i>Novas diretrizes para a Educação infantil</i>. Brasília: TV Escola, Salto para o Futuro, junho 2013.</p> <p>BRASIL. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Disponível em: <https://goo.gl/iAUrj7>. Acesso em: 4 dez. 2017.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros nacionais de qualidade para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2006.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. 2. ed. Brasília: MEC/SEB, 2009.</p> <p>KRAMER, S.; NUNES, M. F.; CARVALHO, M. C. (Org.). <i>Educação Infantil</i>. Formação e responsabilidade. Campinas: Papyrus, 2013.</p> <p>LOPES, A. C. T. <i>Educação Infantil e registro de práticas</i>. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>OLIVEIRA, Z. M. <i>Educação Infantil: fundamentos e métodos</i>. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Docência em Formação).</p> <p>OSTETTO, L. E. (Org.). <i>Educação Infantil</i>. Saberes e fazeres da formação de professores. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2014.</p> <p>REVISTA CRIANÇA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL. Brasília: MEC, 1991- RAPOPORT, A. et al. <i>O dia a dia na educação infantil</i>. Porto Alegre: Mediação, 2012.</p> <p>ROSSETTI-FERREIRA, M. C. et al. <i>Os fazeres na Educação Infantil</i>. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>TOMÉ, M. F. <i>A Educação Infantil foi para a escola</i>. E agora? Introdução ao estudo da gestão escolar na Educação Infantil. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.</p>
			<p>V – domínio dos fundamentos da Didática que</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Didática Geral 100 horas 	<p>BARBIER, J. M. <i>A avaliação em formação</i>. Porto: Edições Afrontamento, 1990.</p> <p>BLIN, J-F. <i>Classes difíceis</i>. Ferramentas para prevenir e</p>

			<p>possibilitem:</p> <p>a) a compreensão da natureza interdisciplinar do conhecimento e de sua contextualização na realidade da escola e dos alunos;</p> <p>b) a constituição de uma visão ampla do processo formativo e socioemocional que permita entender a relevância e desenvolver em seus alunos os conteúdos, competências e habilidades para sua vida;</p> <p>c) a constituição de habilidades para o manejo dos ritmos, espaços e tempos de aprendizagem, tendo em vista dinamizar o trabalho de sala de aula e motivar os alunos;</p> <p>d) a constituição de conhecimentos e habilidades para elaborar e aplicar procedimentos de avaliação que subsidiem e garantam processos progressivos de aprendizagem e de recuperação contínua dos alunos e;</p> <p>e) competências para o exercício do trabalho coletivo e projetos para</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação Educacional Escolar <p>25 horas</p> <p>125 horas do item V</p>	<p>administrar os problemas escolares. Porto Alegre: Artmed, 2005.</p> <p>CASTRO, A. D.; CARVALHO, A. M. P.; PÉREZ, D. G. <i>Ensinar a ensinar</i>: didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Cengage Learning; 2001.</p> <p>HADJI, C. <i>Avaliação as regras do jogo</i>: das intenções aos instrumentos. Porto, Portugal: Porto, 1994, 189p.</p> <p>HERNÁNDEZ, F; VENTURA, M. <i>A organização do Currículo por Projetos de Trabalho</i>. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998-1999.</p> <p>HOFFMAN, J. <i>Avaliação mediadora</i>: uma prática em construção da pré-escola á universidade. Porto Alegre: Mediação,2003.</p> <p>LUCKESI, C. C. <i>Avaliação da aprendizagem escolar</i>: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>MARCHESI, Á. <i>O que será de nós, os maus alunos?</i> Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p>RANGEL, M. <i>Métodos de ensino para a aprendizagem e a dinamização das aulas</i>. Campinas, SP: Papyrus, 2006.</p> <p>SILVA, A. M. M. et al. <i>Didática, currículo e saberes escolares</i>. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.</p> <p>SCARPATO, M. (Org.). et al. <i>Os procedimentos de ensino fazem a aula acontecer</i>. São Paulo: Avercamp, 2004.</p> <p>SHORES, E.; GRACE, C. <i>Manual do Portfólio – Um guia passo a passo para o professor</i>. Porto Alegre: Artmed, 2001.</p> <p>ZABALZA, M. A. <i>Didáctica da educação infantil</i>. Porto: Edições ASA, 2005.</p> <p>VEIGA, I. P. A. <i>Técnicas de Ensino</i>: Novos tempos, novas configurações. Campinas, SP: Papyrus, 2006.</p>
--	--	--	---	--	---

			atividades de aprendizagem colaborativa;		
			VI - conhecimento das Metodologias, Práticas de Ensino ou Didáticas Específicas próprias dos conteúdos a serem ensinados, considerando o desenvolvimento dos alunos, e que possibilitem o domínio pedagógico do conteúdo, bem como da gestão e planejamento do processo de ensino aprendizagem;	<ul style="list-style-type: none"> Conteúdos e Didática da Alfabetização - 90 horas 	<p>ADAMS, M. J. et al. <i>Consciência Fonológica em Crianças Pequenas</i>. Porto Alegre: Artmed. 2006.</p> <p>ALBUQUERQUE, E. B. Alguns fundamentos da alfabetização. In: SEMINÁRIO TEMÁTICO DO PRADEM, 3., 2004, Salvador: UFBA/FCM, 2004.</p> <p>AZENHA, M. G. <i>Construtivismo: de Piaget a Emilia Ferreiro</i>. 7. ed. São Paulo: Ática, 1993.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. <i>Elementos conceituais e metodológicos para definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento do ciclo de alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do ensino fundamental</i>. Brasília: MEC/SEF, 2013.</p> <p>CAGLIARI, L. C. <i>Alfabetização sem ba-be-bi-bo-bu</i>. São Paulo: Scipione, 1999.</p> <p>CAVALCANTI, Z. (Coord.). <i>Alfabetizando</i>. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.</p>
				<ul style="list-style-type: none"> Conteúdos e Didática da Língua Portuguesa e Literatura 60 horas 	<p>JOLIBERT, J. (Org.). <i>Formando crianças produtoras de textos</i>. Tradução Walkiria M. F. Settineri; Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.</p> <p>LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. <i>A formação da leitura no Brasil</i>. São Paulo: Ática, 1996.</p> <p>ZILBERMAN, R.; LAJOLO, M. <i>Um Brasil para crianças – para conhecer a literatura infantil brasileira: histórias, autores e textos</i>. São Paulo: Global, 1986.</p>

				<ul style="list-style-type: none"> • Conteúdos Didática Matemática – 60 horas 	<p>BARBOSA, R. M. (Coord.). <i>Aprendo com jogos</i>. Conexões e Educação Matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. (O professor de Matemática em ação, 5).</p> <p>GADANIDIS, G.; BORBA, M. C.; SILVA, R. S. R. <i>Fases das tecnologias digitais em Educação Matemática</i>: sala de aula e internet em movimento. Belo Horizonte: Autentica, 2014. (Coleção Tendências em Educação Matemática).</p> <p>LORENZATO, S. <i>Para aprender matemática</i>. Campinas: Autores Associados, 2006.</p> <p>SANTOS, C. A.; NACARATTO, A. M. <i>Aprendizagem em Geometria na educação básica: A fotografia e a escrita na sala de aula</i>. Belo Horizonte: Autentica, 2014.</p>
				<ul style="list-style-type: none"> • Conteúdos Didática de História 50 horas do item VI 	<p>BITTENCOURT, C. M. <i>Ensino de História</i>. Fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>CERRI, L. F. <i>Ensino de História e consciência histórica</i>. Rio de Janeiro: FGV, 2011.</p> <p>CUNHA, M. C.; CESARINO, P. N. (Org.). <i>Políticas culturais e povos indígenas</i>. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.</p> <p>FONSECA, S. G. (Org.). <i>Currículos, saberes e culturas escolares</i>. São Paulo: Alínea, 2011.</p> <p>FONSECA, S. G. <i>Didática e prática de ensino de História</i>. Campinas: Papyrus, 2013.</p> <p>FONSECA, S. G.; GATTI JUNIOR, D. (Org.). <i>Perspectivas do ensino de História: ensino, cidadania e consciência histórica</i>. Rio de Janeiro: EDUFU, 2011.</p> <p>FONSECA, S. G.; ZAMBONI, E. (Org.). <i>Espaços de formação do professor de História</i>. Campinas: Papyrus, 2008.</p> <p>FUNARI, P. P.; PIÑÓN, A. <i>A temática indígena na escola: subsídios para os professores</i>. São Paulo: Contexto, 2011.</p>

				<ul style="list-style-type: none"> Conteúdos Didática e Geografia <p>50 horas do item VI</p>	<p>CARLOS, A. F. A. (Org.). <i>A Geografia em sala de aula</i>. São Paulo: Contexto, 1999.</p> <p>GIOMETTI, A. B. R.; BRAGA, R. (Org.). <i>Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação</i>. Ensino de Geografia. São Paulo: Unesp, Prograd, Páginas & Letras, 2004.</p> <p>SIMIELLI, M. E. R. <i>Primeiros mapas: como entender e construir</i>. São Paulo: Ática, 1993. 8 v.</p>
				<ul style="list-style-type: none"> Conteúdos e Didática de Ciências e Saúde <p>50 horas do item VI</p>	<p>BIZZO, N. <i>Ciências: fácil ou difícil?</i> São Paulo: Biruta, 2009. (Coleção Palavra de Professor).</p> <p>BIZZO, N.; CHASSOT, A. ARANTES, V. A. (Org.). <i>Ensino de Ciências: pontos e contrapontos</i>. São Paulo: Summus, 2013.</p> <p>BOCCALETTO, E. M. A.; MENDES, R. T.; BOZZATO, C. V. <i>A Qualificação do ensino de Ciências através da pedagogia de projetos</i>. Curitiba: Appris, 2014.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. <i>Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais</i>. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. <i>Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente e saúde</i>. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.</p> <p>VILARTA, R. (Org.). <i>Estratégias de promoção da saúde do escolar: atividade física e alimentação saudável</i>. Campinas: IPES Editorial, 2010.</p>
				<ul style="list-style-type: none"> Conteúdo e Didática de Artes <p>40 horas do item VI</p>	<p>ANDRIES NOGUEIRA, M. <i>Formação cultural de professores ou a arte da fuga</i>. Goiânia: UFG, 2008.</p> <p>BARBOSA, A. M. T. B. <i>A imagem no ensino da Arte</i>. São Paulo: Perspectiva, 1994.</p> <p>DAVID, C. M. <i>Música no ensino fundamental: uma experiência a partir da canção</i>. In: DAVID, C. M.; GUIMARÃES, J. G. (Org.). <i>Cadernos de Formação: Vivências Artístico-Pedagógicas</i>. São Paulo: UNESP/Prograd/Páginas & Letras, 2004.</p> <p>CHATEAU, J. <i>O jogo e a criança</i>. 2. ed. São Paulo: Summus, 1987.</p>
				<ul style="list-style-type: none"> Conteúdos e Didática da Educação Física <p>50 horas do item VI</p>	<p>BRASIL, Ministério da Educação. <i>Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio</i>. Brasília: MEC/SEMTEC, 1999.</p> <p>BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. <i>Parâmetros Curriculares Nacionais. Educação Física</i>. Brasília: MEC, 1998.</p> <p>BROTTO, F. O. <i>Jogos cooperativos: se o importante é competir, o fundamental é cooperar</i>. 4. ed. Santos: Projeto Cooperação, 2000.</p> <p>DARIDO, S. C. <i>A avaliação em Educação Física escolar</i>. das</p>

				<p>abordagens à prática pedagógica. In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR, 5., 1999, São Paulo. <i>Anais...</i> São Paulo: USP, 1999. p. 50-66.</p> <p>DARIDO, S. C. Os conteúdos da Educação Física escolar: influências, tendências dificuldades e possibilidades. <i>Perspectiva da Educação Física escolar</i>, Rio de Janeiro, v. 2, p. 5-25, 2001.</p> <p>DARIDO, S. C. <i>Educação Física na escola: questões e reflexões</i>. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.</p> <p>DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. <i>Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica</i>. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.</p> <p>DARIDO, S. C.; SOUZA JÚNIOR, O. M. <i>Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola</i>. Campinas: Papirus, 2007.</p> <p>FORQUIN, J. C. <i>Currículo e cultura</i>. Porto Alegre: Artes Médicas,</p>
				<p>QUADROS, R. M. <i>Educação de surdos: a aquisição da linguagem</i>. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.</p> <p>FERREIRA-BRITO, L. L. R. Sistema Ferreira Brito – Langevin de transcrição de Sinais. In: Ferreira Brito, L. <i>Por uma gramática de língua de sinais</i>. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. FELIPE, A. T. <i>Libras em contexto: Livro do estudante</i>. 8. ed. Brasília: 2007.</p> <p>DEUS, K. L. A. <i>Língua Brasileira de Sinais III</i>. 1. ed. São Paulo: Sociesc, 2010.</p>
		VII – conhecimento da gestão escolar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, com especial ênfase nas questões relativas ao projeto pedagógico da escola, regimento escolar, planos de trabalho anual, colegiados auxiliares da escola e famílias	<ul style="list-style-type: none"> • Organização e Gestão da Escola <p>70 horas do item VII</p>	<p>BARROSO, J. <i>Políticas educativas e organização escolar</i>. Lisboa: Universidade Aberta, 2005.</p> <p>GUTIERREZ, G. L. <i>Porque é tão difícil participar</i>. O exercício da participação no campo educacional. São Paulo: Paulus, 2004.</p> <p>SILVA JUNIOR, C. A. <i>Para uma teoria da escola pública no Brasil</i>. Marília: M3T Edições e Treinamento, 2015.</p> <p>SILVA JUNIOR, C. A. Das instituições às organizações escolares: políticas comprometidas, culturas omitidas e memórias esquecidas. In SIMPÓSIO SISTEMAS E INSTITUIÇÕES ESCOLARES. Porto Alegre: Endipe, 2008.</p>

			dos alunos.		<p>PRAIS, M. L. M. <i>Administração colegiada na escola pública</i>. São Paulo: Papirus, 1996.</p> <p>PADILHA, P. R. <i>Planejamento dialógico: como construir o projeto-político pedagógico da escola</i>. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.</p> <p>ARENA, D. B. Projeto pedagógico e avaliação: as tensões no interior da escola. In: BICUDO, M. A. V.; SILVA JUNIOR, C. A. (Org.). <i>Formação do educador e avaliação educacional</i>. São Paulo: Edunesp, 1999.</p> <p>VALE, J. M. F. Projeto político-pedagógico como instrumento de transformação do contexto escolar. In: BICUDO, M. A. V.; SILVA JUNIOR, C. A. (Org.). <i>Formação do educador e avaliação educacional</i>. São Paulo: Edunesp, 1999.</p> <p>WERLE, F. O. C. <i>Avaliação em larga escala: foco na escola</i>. São Leopoldo: Oikos, 2010.</p>
			VIII - conhecimentos dos marcos legais, conceitos básicos, propostas e projetos curriculares de inclusão para o atendimento de alunos com deficiência;	<ul style="list-style-type: none"> • Conteúdo e Didática de Libras <p>50 horas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projeto Temático: Educação Inclusiva: <p>120 horas</p> <p>170 horas do item VIII</p>	<p>ÁVERO, E. A. G.; PANTOJA, L. M. P.; MONTOAN, M. T. E. <i>Aspectos legais e orientações pedagógicas</i>. São Paulo: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2007. 60 p. (Atendimento educacional especializado).</p> <p>CARVALHO, R. E. (Coord.). <i>Avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais</i>. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2005. (Saberes e práticas da inclusão).</p> <p>COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. <i>Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar</i>. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.</p> <p>ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA [UNESCO]. <i>Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais</i>. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: <http://goo.gl/i6ntK5>. Acesso em: 2 mar. 2016.</p>

					<p>SKLIAR, C. <i>Educação & exclusão</i>: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.</p> <p>VALLE, B. B. R. <i>Inteligência educacional e sistemas de ensino</i>. Fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão. Curitiba: WINNER, E. <i>Crianças superdotadas</i>: mitos e realidades. Porto Alegre: Artes Medicas, 1998.</p>
			<p>IX – conhecimento, interpretação e utilização na prática docente de indicadores e informações contidas nas avaliações do desempenho escolar realizadas pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Estadual de Educação.</p>	<p>Avaliação Educacional e Escolar 45 horas do item IX</p>	<p>DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, N. C. (Org.). <i>Avaliação institucional: teoria e experiência</i>. São Paulo: Cortez, 1995.</p> <p>DOURADO, L. F. <i>Plano Nacional de Educação</i>: política de Estado para a educação brasileira. Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/emns9w>. Acesso em: 4 dez. 2017.</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS [INEP]. <i>Como compreender os resultados da avaliação nacional da alfabetização (ANA)?</i> Brasília: INEP, 2015. (Boletim, 8).</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS [INEP]. <i>Avaliação Nacional da Alfabetização</i>: relatório 2013-2014. Brasília, DF: Inep, 2015. (v. 2, análise dos resultados).</p> <p>MELCHIOR, M. C. <i>Avaliação institucional da escola básica</i>. Lisboa: Chiado, 2015.</p> <p>SANCHES, R. C. F. <i>Avaliação institucional e projeto pedagógico</i>. São Paulo: Letras do Pensamento, 2012.</p>

CAPÍTULO I – DELIBERAÇÃO CEE-SP Nº 111/2012			PROPOSTA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO		
			DISCIPLINA (onde o conteúdo é trabalhado)	Indicar somente os textos principais da Bibliografia Básica onde o conteúdo é contemplado	
<p>Art. 4º – A carga total dos cursos de formação de que trata este capítulo terá no mínimo 3.200 (três mil e duzentas) horas, assim distribuídas:</p>	<p>Resolução 154/2017 Art. 4º.</p>	<p>V - 400 (quatrocentas) horas para formação nas demais funções previstas na Resolução CNE/CP 01/2006.</p>	<p>I - um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos voltados às áreas de atuação profissional priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições que, atendendo a diferentes demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades:</p>	<p>Com relação a este item nosso curso estruturou 5 disciplinas num total de 400 horas, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Educação Sociedade 30 h • Política Educacional- 30 h • Ética e Cidadania – 30 h • Princípios Gerais de Administração Escolar – 90 h • Educação Infantil: diferentes formas de Linguagem- 140 	<p>APPLE, M. W. <i>Ideologia e currículo</i>. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p>CAMBI, F. <i>História da Pedagogia</i>. Tradução de Álvaro Lorençini. São Paulo: UNESP, 1999.</p> <p>BENJAMIN, W. Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem humana. In: Sobre Arte, Técnica Linguagem e Política. Lisboa: Antropos, 1992.</p> <p>CAMARGO, Luís (org.). <i>Arte-educação: da pré-escola à universidade</i>. São Paulo: Nobel, 1989.</p> <p>CASTRO, A. M. D. A. (Org.). <i>Política educacional – contextos e perspectivas da educação brasileira</i>. Brasília, DF: Liber Livros, 2012.</p> <p>DOURADO, L. F. <i>Sistema Nacional de Educação, Federalismo e os obstáculos ao direito à educação básica</i>. <i>Educação &</i></p>

			<p>a) investigações sobre processos educativos e gestoriais, em diferentes situações institucionais: escolares, comunitárias, assistenciais, empresariais e outras;</p> <p>b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;</p> <p>c) estudo, análise e avaliação de teorias da educação, a fim de elaborar propostas educacionais consistentes e inovadoras;</p>	<ul style="list-style-type: none"> Projeto Temático sobre Gestão Democrática – 80 h (400 horas do item I) 	<p><i>Sociedade (Impresso)</i>, v. 34, p. 761-785, 2013.</p> <p>FARENZENA, N. <i>A política de financiamento da educação básica: rumos da legislação brasileira</i>. Porto Alegre: UFRGS, 2006.</p> <p>GONZALEZ-MENA, J. <i>Fundamentos da educação infantil: ensinando crianças em uma sociedade diversificada</i>. 6. ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2015.</p> <p>GUTIERREZ, G. L. <i>Porque é tão difícil participar. O exercício da participação no campo educacional</i>. São Paulo: Paulus, 2004.</p> <p>HERNÁNDEZ, Fernando. <i>Cultura Visual, mudança educativa e projeto de trabalho</i>. Artes MédicaSul, 2000.</p> <p>HORN, M. G. S. <i>Sabores, cores, sons, aromas. A organização dos espaços na Educação Infantil</i>. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>HYPOLITO, Álvaro Moreira e outros (org.). Gestão democrática e democracia participativa. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2008.</p> <p>MELLO, A. M. et al. <i>O dia a dia das creches e pré-escolas. Crônicas brasileiras</i>. Porto Alegre: Artmed, 2010.</p> <p>MOLL, J. (Org.). <i>Os tempos da vida nos tempos da escola: construindo possibilidades</i>. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.</p> <p>OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. (Org.). <i>Modelos curriculares para a Educação da Infância. Construindo uma práxis de participação</i>. 3 ed. Porto: Porto Editora, 2007.</p>
--	--	--	--	---	--

1- FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

OBSERVAÇÕES:

2- PROJETO DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR – PCC

CAPÍTULO I – DELIBERAÇÃO CEE-SP Nº 111/2012		PROPOSTA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
		DISCIPLINA(S) (onde o conteúdo é trabalhado)	Indicar somente os textos principais da Bibliografia Básica onde o conteúdo é contemplado
Art. 4º – A carga total dos cursos de formação de que trata este capítulo terá no mínimo 3.200 (três mil e duzentas) horas, assim distribuídas:	III – 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular – PCC – adicionadas às 1.400 horas do item anterior e distribuídas ao longo do percurso formativo do futuro professor, em conformidade com o item 2, da Indicação CEE nº 160/2017, referente a esta Deliberação.	As 400 horas de prática como componente curricular serão distribuídas nas áreas de formação que compõe este curso. Assim, teremos: I – Área Educação Infantil – 40 horas	DERDYK, E. <i>Formas de pensar o desenho: desenvolvimento do grafismo infantil</i> . 4. ed. Porto Alegre: Zouk, 2010. HOFFMANN, A. <i>As crianças e os desenhos animados: mediações nas produções de sentido</i> . Rio de Janeiro: Nau, 2012. PILLOTTO, M. M. S. <i>Arte, afeto e educação: a sensibilidade na ação pedagógica</i> . Porto Alegre: Mediação, 2010. SILVA, M. B. C. <i>Contar histórias: uma arte sem idade</i> . 10. ed. São Paulo: Ática, 2002. ZILBERMAN, R. <i>Como e por que ler a literatura infantil brasileira</i> . Rio de Janeiro: Objetiva, 2005. BUSATTO, C. <i>A arte de contar histórias no século XXI: tradição e ciberespaço</i> . 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

		<p>II – Área Ensino Fundamental (anos Iniciais) – 320 horas</p>	<p>MELLO, S. S.; TRAJBER, R. (Coord.). <i>Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola</i>. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: Unesco, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf. Acesso em: 7 dez. 2017.</p> <p>BROTTO, F.O. <i>Jogos cooperativos: se o importante é competir, o fundamental é cooperar</i>. 4. ed. Santos: Projeto Cooperação, 2000.</p> <p>FRIEDMANN, A. <i>A arte de brincar: brincadeiras e jogos tradicionais</i>. São Paulo: Scritta, 1998.</p> <p>SILVA, P. A. <i>3000 exercícios e jogos para a educação física escolar</i>. 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.</p> <p>SELVA, A. C. V.; BORBA, R. E. S. R. <i>O uso da calculadora nos anos iniciais do ensino fundamental</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.</p> <p>BORIN, J. <i>Jogos e resolução de problemas: uma estratégia para as aulas de matemática</i>. 3. ed. São Paulo: CAEM-USP, 1998.</p> <p>LARA, I. C. M. <i>Jogando com a matemática de 5ª a 8ª série</i>. São Paulo: Rêspel, 2003.</p> <p>GRANDO, R. C. <i>O jogo e a matemática no contexto de sala de aula</i>. São Paulo: Papyrus, 2004</p> <p>LIMA, P. F.; BELLEMAIN, P. M. B. Habilidades matemáticas relacionadas com grandezas e medidas. In: FONSECA, M. C. F. R. <i>Letramento no Brasil: habilidades matemáticas – reflexões a partir do INAF</i>. São Paulo: Global/Ação, 2002.</p> <p>EDUCATIVA ASSESSORIA [EA]. <i>Pesquisa e Informação</i>. São Paulo: Instituto Paulo Montenegro, 2004.</p> <p>MORAIS, A. G.; LEITE, T. M. R. Como promover o desenvolvimento das habilidades de reflexão fonológica dos alfabetizandos? In: MORAIS, A. G.; ALBUQUERQUE, E. B. C.; LEAL, T. F. (Org.). <i>Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.</p> <p>SOLÉ, I. <i>Estratégias de Leitura</i>. Porto Alegre, Artmed. 1998.</p> <p>WEISZ, T. Como se aprende a ler ou, prontidão, um problema mal colocado. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO [MEC]. <i>Programa de formação de professores alfabetizadores</i>. Brasília, MEC, 2001. M1U3T4. Módulo 1. Disponível em: <https://goo.gl/oEQyzo>. Acesso em: 4 dez. 2017.</p> <p>J, 2015</p>
--	--	--	---

			<p>PASQUIER, A.; DOLZ, J. Un decálogo para enseñar a escribir. In: <i>Cultura y Educación</i>. Madrid: Infancia y aprendizaje, 1996. p. 31-41. (2).</p> <p>FARIA, M. A.; ZANCHETTA JUNIOR, J. <i>Para ler e fazer o jornal na escola</i>. São Paulo: Contexto, 2002.</p> <p>ZILBERMAN, R.; LAJOLO, M. <i>Um Brasil para crianças – para conhecer a literatura infantil brasileira: histórias, autores e textos</i>. São Paulo: Global, 1986.</p> <p>GODOY, K. M. A. Lado a lado: passos compartilhados entre a universidade e a SPCD. In: BOGÉA, I. (Org.). <i>Jogo de corpo: ensaios sobre a São Paulo Companhia de Dança</i>. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.</p> <p>HERNÁNDEZ, Fernando. <i>Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho</i>. Porto Alegre: Artes médicas, 2000.</p> <p>TATIT, P.; PERES, S. <i>Canções do Brasil</i>. São Paulo: Selo Palavra Cantada, 2001. 1 CD (50 min.). Remasterizado em digital.</p> <p>SMOLE, K. C. S. SMOLE E DINIZ, M. I. V. (Org.). <i>Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática</i>. Porto Alegre: Penso, 2001.</p> <p>NUNES, T.; Bryant, P. <i>Crianças fazendo matemática</i>. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.</p> <p>FONSECA, S. G. <i>Os caminhos da História ensinada</i>. Campinas: Papyrus, 2001.</p> <p>MOISES, A. R. <i>Moradia nas cidades brasileiras</i>. São Paulo: Contexto, 1997.</p> <p>SOUZA, M. L. <i>Mudar a cidade</i>. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.</p> <p>BOCCALETTO, E. M. A.; MENDES, R. T.; VILARTA, R. (Org.). <i>Estratégias de promoção da saúde do escolar: atividade física e alimentação saudável</i>. Campinas: IPES Editorial, 2010.</p>
		<p>III – Gestão das Unidades Escolares – 40 horas</p>	<p>LÜCK, H. <i>Liderança em Gestão Escolar</i>. Petrópolis: Vozes, 2008.</p> <p>LÜCK, H. et al. <i>A Escola Participativa – O Trabalho do Gestor Escolar</i>. Petrópolis: Vozes, 2010.</p> <p>OLIVEIRA, M. L. T.; LINO, L. A. <i>Conselho Escolar: Interfaces, Experiências e Desafios</i>. Seropédica: UFRRJ, 2015.</p>

A Prática como Componente Curricular – Justificativa, Objetivo, Metodologia e Desenvolvimento

A Prática como Componente Curricular (PCC), está presente na Resolução CNE-CP nº 02/2015, estipulada com carga horária de 400 horas e destinadas a cumprir, precipuamente, a função de oferecer ao licenciando experiências formativas que ampliem suas capacidades de mediação em situações de ensino – aprendizagem em escolas do ensino básico. Um dos consensos que se tem atualmente sobre o êxito dessas mediações está no fato de elas se pautarem por um vínculo estreito entre teoria e prática e por uma perspectiva de contextualização dos conteúdos a serem ensinados. Shulman(1986), ao propor como característica de um professor habilitado o domínio do “Conhecimento Pedagógico do Conteúdo”, defendeu que o propósito fundamental do professor é o aprendizado do aluno e que isso só pode ser realizado se ele organizar as suas atividades de ensino- aprendizagem apresentando o conteúdo ao aluno de maneira que os elementos deste conteúdo tenham viabilidade de se comunicar com os seus elementos de compreensão. Assim, a probabilidade torna-se maior de o aluno entender o que tem que ser entendido e, portanto, dominar este conteúdo com a suficiente proficiência que se requer para a sua idade. Para isso há necessariamente que se contextualizar aquilo que é ensinado e partir daquilo que o aluno já sabe.

Segundo a indicação CEE-SP 160/2017 elaborada pelas conselheiras Guiomar Namó de Mello e Rose Neubauer, a Prática como Componente Curricular “constitui a dimensão prática, contextualizada e significativa de todos os conteúdos curriculares da formação docente, tanto aqueles específicos de uma área ou disciplina quanto aqueles dos fundamentos pedagógicos”(São Paulo, 2017). Como critérios para o estabelecimento das PCCs as mesmas conselheiras recomendam que elas deveriam figurar com tempos e espaços próprios no currículo em todos os componentes do currículo de formação e articular o conhecimento apreendido e o ensinado.

Com base nesse entendimento das PCCs e, também, nessas orientações, estabeleceu-se no currículo deste curso de Pedagogia, 400 horas de atividades a serem desenvolvidas durante todo o curso e articuladas no interior das suas áreas formativas. Pensa-se assim estar cumprindo justificadamente os propósitos e diretrizes da formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais.

Objetivos

A Prática como Componente Curricular irá proporcionar atividades para os licenciandos que contribuam para o desenvolvimento de suas capacidades para mediações didáticas exitosas no ensino dos conteúdos necessários para as crianças pequenas e as maiores aprenderem durante o período de início de sua escolaridade.

Metodologia

Conforme exposto no projeto do curso e esquematizado nesta planilha, este curso de Pedagogia a distância organiza-se em 4 áreas de formação, a saber: Área de Formação Geral; Área de Educação Infantil; Área de Ensino Fundamental(Anos Iniciais) e Área de Gestão das Unidades Escolares. Em cada momento no qual essas áreas estejam em operação no curso, um professor integrante dele, especialista na área, irá coordenar atividades integradoras de PCC para serem desenvolvidas com os alunos. As atividades das PCCs serão as seguintes:

Projetos de desenvolvimento de atividades lúdicas nos quais pretende-se formar grupos de alunos que pesquisem as formas de aprendizado da criança em que essas atividades são utilizadas; projetos de intervenção em espaços associativos infantis para o desenvolvimento de atividades lúdicas; organização de seminários para serem debatidos em chats e também nas aulas presenciais a respeito de temáticas de aplicação de conceitos matemáticos, de leitura e escrita, de conhecimentos da história e da geografia, de ciências e saúde, de artes e de educação física; Organização de eventos para serem realizados em espaços comunitários onde frequentam crianças com temáticas sobre jogos cooperativos aplicando conceitos de todos os conteúdos da Educação infantil e do Ensino Fundamental; Grupos de discussão em fóruns sobre atividades que integram teoria e prática; Levantamento de acervos digitais sobre objetos de aprendizagem para a educação infantil e Ensino Fundamental – séries iniciais;

Em cada uma dessas atividades será elaborado um relatório de resultados obtidos que, depois de revisado pelo professor coordenador, irá compor um item do Ambiente Virtual de Aprendizagem e do acervo digital da instituição.

Desenvolvimento

A Prática como Componente Curricular(PCC) neste curso de Pedagogia, será desenvolvida na perspectiva de cumprir os objetivos de integração entre teoria e prática nos três domínios formativos propostos: Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e Gestão das Unidades Escolares. Como foi dito, em cada um desses domínios haverá um professor coordenador que orientará as ações integradamente dentro do próprio domínio. Assim, para a Educação Infantil está prevista a seguinte carga horária para as PCCs;

- Educação Infantil: abordagens curriculares- 40 horas

Para estas duas disciplinas serão desenvolvidas atividades integradas pelos objetivos de levar os licenciandos a compreenderem tanto as abordagens curriculares quanto às linguagens nos aspectos de suas práticas junto às crianças que estão na escolaridade infantil. Para isso, serão constituídos grupos de estudos(presenciais e virtuais), projetos de intervenção apoiados por atividades sugeridas por outras experiências já relatadas nas bibliografias recomendadas assim como também a promoção de eventos de discussão sobre tais temáticas trazendo profissionais que tem experiências bem sucedidas na Educação Infantil em contextos nos quais os futuros professores irão trabalhar.

Já para o Ensino Fundamental, como a carga horária é maior, foi atribuída uma carga horária também maior para as PCCs. Assim ao longo do desenvolvimento das disciplinas deste domínio formativo, as horas de PCC estão assim distribuídas:

Disciplinas	PCC/Carga Horária
Didática Geral	60
Conteúdos e Didática de Alfabetização	50
Conteúdos e Didática de Língua Portuguesa e Literatura	50
Conteúdos e Didática de Artes	20
Conteúdos e Didática de Matemática	60
Conteúdos e Didática de História	20
Conteúdos e Didática de Geografia	20
Conteúdos e Didática de Ciências e Saúde	20
Conteúdos e Didática de Educação Física	20
Avaliação Educacional e Escolar	20
Organização e Gestão na Escola	20
Educação Infantil: abordagens curriculares	40

Também neste domínio haverá um professor coordenador responsável pela articulação das atividades que serão integradas pelos objetivos de fazer com que os licenciandos sejam preparados para desenvolver ações de ensino práticas, com a contextualização dos conceitos a serem adquiridos pelas crianças do Ensino Fundamental. As atividades serão construídas em forma de estudos em grupos, projetos de intervenção comunitária e também eventos de experiências bem sucedidas nos vários conteúdos de ensino destinados ao Ensino Fundamental.

Por fim, virá o domínio formativo da Gestão das Unidades Escolares. Como este domínio tem uma carga horária menor e como dentro do escopo do curso de Pedagogia ele é dependente dos domínios anteriores, uma vez que o professor precisa ter tempo expressivo de sala de aula para poder pleitear a gestão da escola e, também, porque a gestão não prescinde dos conhecimentos das práticas pedagógicas e de todas as atividades formativas destinadas aos alunos, as PCCs são de menor monta. Desse modo, as disciplinas das PCCs dentro do domínio formativo da Gestão das Unidades Escolares estão assim distribuídas:

- Organização e Gestão da Escola 20 horas
- Avaliação Educacional e Escolar 20 horas

Neste domínio formativo haverá também um professor coordenador para integrar as atividades para levar os alunos a terem oportunidades de vivenciarem experiências relacionadas à gestão e, também, aprimorar o licenciando em práticas avaliativas tanto de caráter externo quanto de caráter disciplinar.

FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

CAPÍTULO I – DELIBERAÇÃO CEE-SP Nº 111/2012	PROPOSTA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
	Descrição Sintética do Plano de Estágio	Indicar somente os textos principais da Bibliografia Básica Específica para o Estágio

<p>Art. 4º – A carga total dos cursos de formação de que trata este capítulo terá no mínimo 3.200 (três mil e duzentas) horas, assim distribuídas:</p>	<p>IV – 400 (quatrocentas) horas para estágio supervisionado;</p>	<p>Art. 7º – O estágio supervisionado obrigatório, previsto no inciso IV do art. 4º, deverá ter projeto próprio e incluir no mínimo:</p>	<p>I – 200 (duzentas) horas de estágio na escola, em sala de aula, compreendendo o acompanhamento do efetivo exercício da docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, bem como vivenciando experiências de ensino, na presença e sob supervisão do professor responsável pela classe na qual o estágio está sendo cumprido e sob orientação do professor da Instituição de Ensino Superior;</p>	<p>a. 100 horas em educação infantil;</p> <p>b. 100 horas em ensino fundamental (anos iniciais);</p>	<p>Vide APÊNDICE A – PROJETO DE ESTÁGIO</p>
			<p>II – 200 (duzentas) horas dedicadas ao acompanhamento das atividades da gestão da escola de educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, nelas incluídas, entre outras, as relativas ao trabalho pedagógico coletivo, conselhos da escola, reuniões de pais e mestres, reforço e recuperação escolar, sob a orientação do professor da Instituição de Ensino Superior e supervisão do profissional da educação responsável pelo estágio na escola, e, em outras áreas específicas, se for o caso, de acordo com o Projeto de Curso de formação docente da Instituição.</p>	<p>200 horas em gestão educacional.</p>	<p>Vide APÊNDICE A - PROJETO DE ESTÁGIO</p>

PROJETO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

(Programa de Formação de Professores em Exercício, para a Educação Infantil, para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e para a Gestão de Unidade Escolar)

I. APRESENTAÇÃO

O estágio curricular supervisionado é parte indispensável da formação profissional nos cursos superiores. A sua realização pressupõe o cumprimento de alguns aspectos legais, entre os quais, a existência de um regulamento que estabeleça os tipos de estágios e a natureza das atividades, os locais e períodos de realização, as atribuições dos estagiários e dos orientadores.

Este projeto tem o objetivo de orientar estagiários e orientadores sobre as condições para realização do estágio e as alternativas para que seja um espaço para vivência de diferentes possibilidades para uma formação profissional mais diversificada e plena.

O projeto como um todo e o regulamento de estágio, em particular, deve ser visto como diretriz de trabalho comum a todos os Polos. Todavia, pelas características deste curso e pela diversidade de situações a serem enfrentadas durante a realização do estágio, haverá espaço para adequações e ajustes ao longo do processo. Neste sentido, a Comissão Geral de Estágio deverá ter papel fundamental na orientação e normatização das referidas situações.

Por fim, é essencial enfatizar que o estágio curricular supervisionado é um importante espaço para a concretização dos objetivos e do perfil profissional almejado pelo projeto pedagógico do curso. Em particular, e como síntese daqueles objetivos, o estágio deve ajudar a “[...] desenvolver processos pedagógicos que visem à elaboração de conhecimentos teóricos e competências relativas à docência, otimizando a reflexão, a prática pedagógica e a autonomia intelectual”. Difícil desafio, que só será atingido pelo trabalho cooperativo de todos que estão diretamente envolvidos no projeto deste curso.

II. FUNDAMENTOS E ORIENTAÇÕES PARA O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

1. INTRODUÇÃO

A Resolução da UNESP referente ao estágio curricular supervisionado nos cursos de graduação enfatiza que ele tem por objetivo articular a formação ministrada no curso com a prática profissional respectiva, de modo a qualificar o aluno para o desempenho competente e ético das tarefas específicas de sua profissão.

Este significado de articulação ou mediação, que normalmente se atribui ao estágio supervisionado, deve ser entendido no contexto da estrutura curricular e nas características particulares dos alunos e da organização deste curso de Pedagogia. Faz-se necessário também considerar as características das instituições educativas que serão campo de estágio.

No primeiro aspecto, a mediação só é possível quando se pensa e realiza o estágio supervisionado como parte integrante do currículo do curso. Em outras palavras, não se deve atribuir ao estágio supervisionado a responsabilidade de iniciar ou completar a formação do licenciado para o exercício profissional. O estágio é um dos vários momentos desta formação e só tem sentido existir se for pensado e praticado como espaço de reflexão sobre o saber e o fazer pedagógico. Da primeira à última disciplina que será desenvolvida no curso, todas devem contribuir nesse processo de profissionalização que, a rigor, é permanente. O desafio de todas é propiciar os fundamentos e as práticas possíveis para a reflexão sobre o que é necessário para o exercício profissional competente.

Neste sentido, as atividades das disciplinas podem contribuir para tal articulação. Para viabilizar esta possibilidade, o estágio foi organizado para ser concomitante ao desenvolvimento das disciplinas do bloco 2 (conteúdos e didática de disciplinas específicas) e do bloco 3 (gestão).

O segundo aspecto a ser considerado é característica peculiar deste curso. Por ser semipresencial e trabalhar com professores em exercício, o estágio precisa apresentar uma ampla gama de possibilidades para atender a dinâmica do curso, as atividades profissionais e, também, a experiência de magistério que os alunos já possuem. Evidentemente, há uma especificidade no curso de Pedagogia que não pode ser ignorada. Em outras palavras, mesmo aqueles que já possuem uma licenciatura (caso de uma grande quantidade dos alunos), não poderão prescindir da vivência de algumas experiências específicas ao licenciado em Pedagogia. O estágio supervisionado, neste contexto, foi pensado para atender tais características do curso e, também, para ser um espaço de formação continuada em serviço. A questão central das atividades de estágio a ser enfatizada é a de aprimorar a capacidade de reflexão dos professores, sem abrir mão da busca de habilidades e competências específicas às áreas de atuação do pedagogo. Este aspecto relaciona-se ao fato do estágio ser considerado, nesta proposta, como um espaço de investigação e de formação cultural e técnica do professor e do gestor.

O outro aspecto a ser considerado é a profunda relação de parceria que deve ser buscada entre as instituições educativas campo de estágio, o estagiário e o curso de Pedagogia. Em outras palavras, a presença do estagiário na instituição deve ser significativa para todos os envolvidos.

Portanto, o próprio planejamento do estágio deve ser elaborado nesta perspectiva de trabalho coletivo e de colaboração.

Pelos aspectos abordados e por inúmeros outros motivos, as orientações que constituem esta parte do manual – voltada para o planejamento, desenvolvimento e avaliação do estágio curricular supervisionado – foram elaboradas considerando a legislação vigente. Sobretudo, ponderou-se acerca da possibilidade de essas orientações representarem um momento de efetiva articulação das disciplinas do curso com a formação que os alunos já possuem e aquela que é esperada ao final da Pedagogia. Pretende-se o curso (e nele o estágio curricular) como mediação¹ entre o aluno e a realidade educacional em que irá atuar. Desta forma, embora o estágio seja uma atividade individual, a formação profissional não prescinde do coletivo. Como afirma Perrenoud¹:

A profissionalização é uma transformação estrutural que ninguém pode dominar sozinho. Por isso, ela não se decreta, mesmo que as leis, os estudos, as políticas da educação possam facilitar ou frear o processo. O que significa que a profissionalização de um ofício é uma aventura coletiva, mas que se desenrola também, largamente, através das opções pessoais dos professores, de seus projetos, de suas estratégias de formação. Tal é a complexidade das mudanças sociais: elas não são a simples soma de iniciativas individuais, nem a simples consequência de uma política centralizada.

Por caracterizar-se como um trabalho coletivo, é importante o efetivo envolvimento das pessoas mais diretamente relacionadas ao estágio curricular supervisionado: o estagiário, os orientadores de cada turma e os supervisores das instituições que irão conceder o estágio. Também é significativo que as atividades previstas contribuam para uma efetiva qualidade a formação profissional. Busca-se, enfim, que as orientações apresentadas neste manual sejam caminhos para um trabalho de qualidade.

2. O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO E OS OBJETIVOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Além de considerar os aspectos legais que fundamentam todos os cursos de formação dos professores de educação básica, os objetivos e características do estágio supervisionado devem considerar também as especificidades deste Programa de Formação de Professores e, principalmente, o seu Projeto Pedagógico.

Um dos aspectos mais relevantes deste Programa é o fato de não ser uma formação inicial no sentido mais comum do termo. Todos os alunos são professores da educação básica e muitos já possuem uma licenciatura. Por este motivo, embora seja uma formação inicial em Pedagogia, também é, de certa forma, uma formação continuada em serviço, pois trabalha com professores que são, neste momento, alunos de graduação.

Trata-se também de um curso semipresencial, com a utilização das ferramentas da educação a distância. Pelo fato do curso ser realizado em Polos de diferentes municípios do Estado, certamente as possibilidades de atividades de estágio serão bastante distintas.

Quais os objetivos do estágio curricular no contexto deste curso? Como organizá-lo para que seja um momento de aprendizagem de novas possibilidades de atuação profissional, mas também de aproveitamento e aprofundamento da formação e experiências anteriores? Que atividades devem ser propostas para que o estágio corresponda ao preceituado pela legislação para a formação em Pedagogia, sem deixar de constituir-se em momento de melhorar a formação dos professores que estão em exercício?

Certamente, as questões anteriores não são exclusivas do estágio profissional, mas inerentes ao curso como um todo, que teve seu Projeto Pedagógico elaborado de acordo as especificidades apontadas. No Manual Acadêmico do Curso de Pedagogia (que transcreve trechos do Projeto Pedagógico), em vários momentos ficam evidentes tais especificidades: “[...] ser um programa de formação em exercício; buscar uma articulação entre a formação inicial a continuada; aproveitar estudos e experiências anteriores”. Um dos objetivos específicos parece resumir bem uma das linhas mestras de organização do curso, com reflexos na proposta do estágio curricular. De acordo com tal objetivo o curso deve:

Estimular a reflexão sobre a prática pedagógica cotidiana do aluno, possibilitando-lhe a reconstrução do processo de análise da prática docente, tendo como instrumental os fundamentos da perspectiva de intervenção.

O estágio curricular supervisionado, considerando as Diretrizes Curriculares para Licenciatura em Pedagogia e o Projeto Pedagógico do presente Programa de Formação, deve fundamentar-se nos seguintes princípios organizacionais e metodológicos:

- a) O curso como um todo, e o estágio como parte do processo formativo, deve buscar a formação de um professor reflexivo, cujo conhecimento deve ser construído também a partir da prática.
- b) No processo de construção de sua autonomia intelectual o professor, além de saber e de saber fazer, deve compreender o que faz.
- c) Todo profissional deve desenvolver uma postura crítica e ética frente à sua atuação, sendo capaz de avaliá-la e redimensioná-la continuamente.
- d) Para a formação do licenciado em Pedagogia é central o conhecimento da escola como uma organização complexa que tem a função social e formativa de promover, com equidade, educação para e na cidadania.
- e) Planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades de estágio devem apoiar-se nas reflexões desenvolvidas nas disciplinas da grade curricular do curso. Neste sentido, o estágio é tarefa de toda equipe de formadores, deve assegurar a relação com os demais componentes do currículo de graduação, abordar as diferentes dimensões da atuação profissional e ser realizado com postura investigativa, integrativa e propositiva.
- f) O estágio deve possibilitar a vivência de atividades diversificadas, enriquecendo a formação do professor e do gestor como um todo. A inclusão de ações de caráter científico, cultural e comunitário, produções coletivas, estudos de casos e o uso de novas tecnologias de comunicação e ensino são modalidades, entre outras, deste processo formativo.
- g) As atividades de estágio devem ser realizadas a partir de projeto planejado e avaliado conjuntamente pela escola de formação e as instituições que recebem o estagiário, com objetivos e tarefas claras e que impliquem em responsabilidades e colaboração mútua, o que pressupõe relações formais entre elas.
- h) A diversificação das atividades de estágios deve incluir planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas em contextos escolares e não-escolares.
- i) A experiência profissional, nos termos da legislação pertinente, pode ser utilizada para redução da carga horária de estágio.

Considerando os referidos princípios, as especificidades do Curso de Pedagogia Semipresencial (Convênio UNESP/CAPES/UNICEU) e o perfil desejado para o egresso do referido curso, o Estágio Curricular Supervisionado deve ser planejado para alcançar os seguintes objetivos gerais:

- articular a formação ministrada no curso com a prática profissional respectiva, de modo a qualificar o aluno para o desempenho competente e ético das tarefas específicas da profissão docente e da gestão educacional;
- contribuir para a articulação das dimensões teóricas e práticas da formação profissional, enfatizando que o processo de construção e reconstrução da identidade dos profissionais da educação é permanente.
- oferecer ao futuro licenciado um conhecimento do real em situação de trabalho, isto é, diretamente em unidades escolares dos sistemas de ensino;
- proporcionar ao estagiário uma reflexão contextualizada, conferindo-lhe condições para que se forme como autor de sua prática, por meio da vivência institucional sistemática, intencional, norteada pelo projeto pedagógico da instituição formadora e da unidade campo de estágio;
- proceder ao estudo e interpretação da realidade educacional do seu campo de estágio, desenvolver atividades relativas à docência e à gestão educacional, em espaços escolares e não-escolares, produzindo uma avaliação desta experiência e sua autoavaliação;
- planejar, executar e avaliar atividades de estágio que considerem o contexto histórico e sociocultural do sistema educacional brasileiro, particularmente no que diz respeito à Gestão Escolar, Educação Infantil, aos anos iniciais do Ensino Fundamental e à formação de professores e de profissionais na área de serviço e apoio escolar;
- participar em atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos;
- observar, registrar e analisar situações contextualizadas de ensino em sala de aula e de processos de gestão educacional;
- atuar na resolução de situações-problema características do cotidiano profissional;
- executar atividades que permitam ampliar a reflexão sobre a realidade do magistério como profissão e que possam contribuir para a eficácia do processo ensino-aprendizagem na escola.

3. DURAÇÃO DO ESTÁGIO E REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA POR EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DOCENTE

Nos termos da Resolução CNE/MEC nº2/2015, o estágio curricular supervisionado terá a duração de 400 horas e será integralizado mediante a seguinte distribuição por área:

- 100 horas em educação infantil;
- 100 horas em ensino fundamental (anos iniciais);
- 200 horas em gestão educacional.

Levando em conta o fato de tratar-se de formação em serviço, o aluno poderá, na forma da legislação em vigor e mediante comprovação de seu vínculo institucional e experiência, ser dispensado de até 50% (cinquenta por cento) da carga-horária prevista para estágio em cada uma das três áreas previstas na legislação.

A redução de carga será concedida mediante o cumprimento dos requisitos estabelecidos no regulamento do estágio curricular supervisionado, sendo considerada para efeito de comprovante de vínculo, a experiência profissional em instituições escolares de educação básica nos últimos dez anos.

4. PERÍODO DE REALIZAÇÃO E SEQUÊNCIA DAS ÁREAS DE ESTÁGIO

Os estágios deverão ser realizados pelos alunos a partir da integralização efetiva de 50% (cinquenta por cento) da carga-horária das disciplinas do curso. Para efeitos práticos, o estágio supervisionado será iniciado a partir do 2º semestre de 2017. A sua realização leva em consideração a possibilidade de articular o estágio com a realização das disciplinas da grade curricular. Assim, o estágio de cada área é proposto para o momento em que as disciplinas mais diretamente vinculadas estão em desenvolvimento. Tal arranjo pode facilitar a orientação dos estágios e as discussões, uma vez que todos os alunos estariam com o foco na mesma área de atuação. Eventuais necessidades de ajustes desta sequência serão avaliadas pela Comissão Geral de Estágios.

5. ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Para a organização geral do estágio, deverão ser observados os seguintes aspectos: *definição dos locais de estágio, natureza das atividades e elaboração de plano de estágio, termo de compromisso; distribuição das horas de estágio pelas diferentes atividades e número máximo de horas por dia e semana; orientação e supervisão de estágio.*

5.1 - Locais de estágio, natureza das atividades a serem realizadas e termo de compromisso

A escolha dos locais de realização dos estágios será feita em conjunto pelos orientadores de turma e pelos estagiários. A definição das atividades de estágio deverá ter a participação do supervisor da instituição concedente.

A) Locais de realização do estágio

O estágio supervisionado poderá ser realizado nos seguintes locais:

- escolas públicas e particulares de educação infantil e de anos iniciais do ensino fundamental;
- escolas que atuam nas modalidades de educação de jovens e adultos e educação especial;
- escolas de ensino médio, diretorias de ensino, secretarias municipais e em instituições ligadas à formação profissional, no caso de estágio na área de gestão;
- outras escolas e órgãos de gestão escolar, a critério da Coordenação de Estágio da Turma;
- instituições que atuam em educação não escolar, em áreas compatíveis com a atuação profissional do licenciado em Pedagogia.

Na definição dos locais de estágio serão priorizadas as instituições que tenham melhores condições de proporcionar ao estagiário uma vivência diversificada e de qualidade.

B) Natureza das atividades e elaboração do plano geral de estágio e dos projetos de cada área de atuação profissional

Nos termos da Resolução CNE/CP Nº 2 de 2015, o curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar. Destina-se também à formação de profissional que irá atuar na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

A amplitude desta formação determina que a preparação profissional realizada durante o período de estágio curricular inclua atividades diversificadas, de natureza teórico-prática, desenvolvidas por meio de ações de campo, de pesquisa pedagógica e de projetos de intervenção em ambientes escolares e não escolares. Em outras palavras, é preciso propor uma ampla gama de atividades de estágio e considerar que os profissionais do curso de Pedagogia deste Convênio são professores em exercício.

A execução das atividades de estágio pode ser feita:

- por meio da **observação participante e pesquisa institucional**, que permitem conhecer a realidade da sala de aula e o contexto da escola, na qual poderão exercer a profissão;
- pela **participação** em atividades que se realizam em instituições educativas escolares e não-escolares. Na participação, que pode ser intra e extraclasse, o estagiário desenvolve

atividades sob a supervisão direta de um profissional da instituição que concede o estágio. A critério dos orientadores é possível a participação em eventos científicos, em reuniões de entidades de classe e outras;

- realizando **regência**, prioritariamente em classes de educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental A regência também poderá ser desenvolvida na Educação Profissional (área de serviços e de apoio escolar); na Educação de Jovens e Adultos e na Educação Especial;
- pela **produção técnico-pedagógica**, como a elaboração de textos didáticos, o desenvolvimento de jogos para uso em sala de aula, a produção de vídeos e softwares educativos e outros materiais para atividades de ensino e gestão nos níveis de atuação do licenciado em Pedagogia.

As atividades de estágio serão organizadas por meio de um Plano Geral de Estágio e através de Projetos específicos para cada área de atuação profissional. Os projetos serão elaborados de acordo com modelo próprio, contendo objetivos, atividades previstas, locais de realização e período de execução. A definição das atividades será feita a partir das possibilidades existentes em cada Polo, das características de cada aluno (em especial a sua atuação profissional) e de outras condições definidas neste documento e no Regulamento de Estágio.

O **Plano Geral de Estágio (PGE)** é o documento que apresenta os fundamentos e os aspectos gerais das atividades a serem realizadas em cada instituição de atuação do estagiário e que servirá para o pedido de formalização de convênio entre a UNESP e as instituições campo de estágio.

O **Projeto de Área de Atuação Profissional (PAAP)** deverá relacionar as atividades a serem realizadas para totalizar o número de horas de estágio nas três áreas de atuação (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Gestão) e poderá incluir um ou mais projetos temáticos.

O **Projeto Temático de Área (PTA)** constitui-se em instrumento de planejamento para atividades de pesquisa, ensino e gestão escolar junto às instituições educativas escolares e não escolares. A critério dos orientadores de estágio, alguns projetos temáticos poderão ser obrigatórios (por exemplo, a produção de material didático) e outros optativos. A quantidade e diversidade dos projetos temáticos dependerão das possibilidades das instituições educativas existentes em cada Polo, das características de cada estagiário e de outras condições definidas no Manual. É importante que estes projetos temáticos estejam articulados com a grade curricular do curso de Pedagogia, podendo inclusive ser **atividade de cada disciplina específica**.

C) Termo de compromisso

O estágio só poderá ser realizado nas instituições educativas mediante a celebração de um Termo de Compromisso entre o educando, a parte concedente e a UNESP. O termo de compromisso seguirá modelo próprio do Curso de Pedagogia (ou da Unidade em que o Polo está situado); é específico para cada instituição em que será realizado o estágio e para cada aluno; será assinado pelo estagiário, por representante da instituição concedente e por representante da UNESP.

5.2 Distribuição das horas de estágio pelas diferentes atividades e número máximo de horas por dia e semana

As 100 (cem) horas previstas para cada uma das áreas de atuação serão completadas a partir da seguinte distribuição:

- 70 horas para atividades pertinentes às demandas da escola ou articuladas através de projetos temáticos;
- 30 horas para orientação individual e/ou coletiva (presencial e virtual), registro das atividades e elaboração do relatório de estágio.

Caso o estagiário venha a ser dispensado de 50% do tempo previsto para o estágio em cada área de atuação, haverá redução proporcional no número de horas previstas para as atividades nas escolas, bem como para as atividades de orientação e de elaboração do relatório.

Em relação ao máximo de horas de estágio por dia e semana, será obedecida a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008: *máximo de 6 (seis) horas por dia e 30 (trinta) horas semanais.*

Orientação e Supervisão de Estágio

Por determinação legal, os estágios só podem ser desenvolvidos com a indicação de responsáveis pela orientação e supervisão.

Os professores que atuam como Orientadores de Turma serão responsáveis pela orientação dos estágios de cada Polo. No caso dos Polos com duas ou mais turmas, os Orientadores de Turma deverão articular-se para a organização dos estágios, de forma a garantir um trabalho mais produtivo.

Na entidade concedente, deverá existir um ou mais supervisores de estágio, com formação e experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário. O número de supervisores e de estagiários em cada entidade será fixado com base na Lei 11.788/2008.

6 - COORDENAÇÃO DOS ESTÁGIOS

Para a coordenação dos estágios do curso de Pedagogia foi instituída uma Comissão Geral, com membros indicados pelo Conselho de Curso.

Em cada turma do curso de Pedagogia, o planejamento das atividades de estágio será realizado pela Coordenação de Estágio de Turma, formada pelos orientadores da turma. Nos Polos com duas ou mais turmas, será definido um regime de cooperação entre os coordenadores, de modo a articular as atividades previstas para os estágios.

As atribuições da Comissão Geral e das Coordenações de Turma estão especificadas no Regulamento do Estágio.

7 - FORMA DE REGISTRO DAS ATIVIDADES

O registro das atividades de estágio será feito de duas formas:

a) resumida e manuscrita, através de anotações em ficha própria e disponibilizadas pelos Orientadores de Estágio.

b) completa e digital, através de informações a serem postadas em instrumento específico de Ambiente UNIVESP Aluno (Orientação de Estágio/Portfólio).

O registro resumido será feito ao final de cada atividade diária de estágio e deverá receber o visto do Supervisor da instituição concedente. A ficha a ser utilizada para as atividades de *observação, participação e regência* é única e consta do **Apêndice 4**.

As *atividades de produção técnico-pedagógica* serão comprovadas mediante atestados, declarações ou outros documentos especificados no Projeto de Área de Atuação Profissional (PAAP).

Em alguns casos, definidos quando da elaboração do projeto, a comprovação da atividade realizada será feita pela execução do que foi previsto. É, por exemplo, o caso de caracterização da unidade escolar ou de produção de um material didático. Em tais situações, caberá ao orientador de estágio da turma atestar o cumprimento das horas de estágio.

8. RELATÓRIOS

Ao final do estágio de cada uma das três áreas de atuação profissional, o estagiário deverá apresentar um relatório que sintetize e analise as diferentes atividades. A entrega de cada relatório deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após a conclusão das atividades previstas no plano de estágio da respectiva área de atuação profissional.

O relatório será elaborado a partir de modelo padronizado e constará de uma síntese das atividades realizadas e uma apreciação das mesmas, a partir de um questionário que permita uma análise crítica do estágio e a contribuição do mesmo à formação profissional.

A integralização das quatrocentas horas de estágio deverá ser comprovada por meio de documento específico, assinado pelo Orientador de Turma. Tal comprovação será anexada ao registro acadêmico do aluno na Secretaria Geral.

9. AVALIAÇÃO

A avaliação do estágio supervisionado deverá considerar

a) relatórios de estágio das áreas de atuação profissional, considerando a variedade e a qualidade das atividades em relação ao perfil profissional desejado;

b) ficha de avaliação de estágio, preenchida pelo Supervisor da entidade que recebe o estagiário;

C) participação do estagiário nas discussões presenciais e virtuais realizadas pelos Orientadores de estágio de cada turma.

Referências

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, n. 248, p. 207, 26 set. 2008. Disponível em:

<<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=207&data=23/12/1996>>. Acesso em: 29 nov. 2010.

BRASIL. Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 3-4, n. 187, 26 set. 2008. Disponível em:

<<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=26/09/2008&jornal=1&pagina=3&totalArquivos=140>>. Acesso em: 29 nov. 2010.

BRASIL. Ministério de Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 9/2001, de 8 de maio de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 31, n. 13, 18 jan. 2002. Disponível em:

<<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=18/01/2002&jornal=1&pagina=31&totalArquivos=192>>. Acesso em: 29 nov. 2010.

BRASIL. Ministério de Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 27/2001, de 2 de outubro de 2001. Dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 31, n. 13, 18 jan. 2002. Disponível em:

<<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=18/01/2002&jornal=1&pagina=31&totalArquivos=192>>. Acesso em: 29 nov. 2010.

BRASIL. Ministério de Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 28/2001, de 2 de outubro de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 31, n. 3, 18 jan. 2002. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=18/01/2002&jornal=1&pagina=31&totalArquivos=192>>. Acesso em: 29 nov. 2010.

BRASIL. Ministério de Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 5/2005, de 13 de dezembro de 2005. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 10, n.91, 15 maio 2006. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=10&data=15/05/2006>>. Acesso em: 29 nov. 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 11, n. 92, 16 maio de 2006. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=11&data=16/05/2006>>. Acesso em: 29 nov. 2010.

SÃO PAULO (Estado). Conselho Estadual de Educação. Deliberação CEE 78, de 3 de dezembro de 2008. Fixa normas complementares para a formação dos profissionais docentes em cursos de licenciatura para a educação básica, oferecidos pelos estabelecimentos de ensino superior, vinculados ao sistema estadual ressalvada a autonomia universitária. **Diário Oficial**, São Paulo, Poder Executivo, Seção I, p. 27, v. 119, n. 32, 17 fev. 2009. Disponível em:

<http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=/2009/executivo%2520secao%2520i/fevereiro/17/pag_0027_3BET_T2UOUIMU3eDDT0NC8VK81CF.pdf&pagina=27&data=17/02/2009&caderno=Executivo%201&paginaordenacao=10027>. Acessado em: 29 nov. 2010.

UNESP. Resolução UNESP 36, de 7 de agosto de 1996. Dispõe sobre o Regulamento Geral dos estágios curriculares dos cursos de graduação. **Diário Oficial**, São Paulo, Poder Executivo, Seção I, p. 17, v. 106, n. 151, 8 ago. 1996. Disponível em:

<http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/DO/Popup/Pop_DO_Busca1991Resultado.aspx?Trinca=139&CadernoID=ex1&Data=19960808&Name=1396A880010.PDF&SubDiretorio=0&Pagina=17>. Acesso em: 29 nov. 2010.

UNESP. Resolução UNESP 78, de 15 de dezembro de 2009. Estabelece a estrutura curricular do Curso de Pedagogia - Programa de Formação de Professores em Exercício no Estado de São Paulo, para a Educação Infantil, para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental e para a Gestão de Unidade Escolar, modalidade a distância, a ser ministrado pela UNESP em convênio com a UNIVESP. **Diário Oficial**, São

Paulo, Poder Executivo, Seção I, p. 63, v. 119, n. 234, 16 dez. 2009. Disponível em: <http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=/2009/executivo%2520secao%2520i/dezembro/16/pag_0063_7B2_QLG8OQONQMefQ1L2UJQPORTU.pdf&pagina=63&data=16/12/2009&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100063>. Acesso em: 29 nov. 2010.

4 – EMENTAS E BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Disciplina 01 - Educação e Sociedade

Carga horária: 30 horas

Ementa: A tematização da relação Educação e Sociedade se propõe a discutir questões fundamentais para a Formação do Professor, trazendo para a sala de aula de formação em serviço alguns pontos de referência para reflexão sobre a Educação, a Escola e a Sociedade com ampla abordagem de questões relacionadas aos Fundamentos da Educação, Prática Profissional e Contextos Sociais. Busca, ainda, contextualizar concepções que foram emblemáticas para a formação das noções que temos de escola na atualidade; problematizar a relação conflituosa que se estabelece entre escola, estado e sociedade; situar o professor como grupo social que desempenha importante papel nesse conjunto. Compreender as ambivalências e ambiguidades que estão presentes na condução da escola e de sistemas educacionais nacionais; explicitar essas contradições no campo das necessidades e dos limites impostos pelas possibilidades oferecidas pela sociedade e pelo estado nesse campo; consolidar a partir dessa dualidade, uma noção síntese de que os professores são um grupo social que detém um conjunto de poderes e que eles precisam ser explicitados a partir de sua autonomia e sua identidade intelectual/profissional.

Bibliografia básica

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MOLL, Jaqueline. (Org.). **Os tempos da vida nos tempos da escola**: construindo possibilidades. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

NÓVOA, António. "Relação escola/sociedade: novas respostas para um velho problema.. **III Congresso Estadual Paulista sobre a formação de educadores**. – Conferência de Abertura. Águas de São Pedro (SP): 22 de maio de 2004.

Bibliografia complementar

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

DEMO, Pedro. **Ser professor** é cuidar que o aluno aprenda. 2ª Ed. Porto Alegre: Meditação, 2004.

GONZALEZ-MENA, Janet. **Fundamentos da educação infantil**: ensinando crianças em uma sociedade diversificada. 6. ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2015.

NÓVOA, António. **Vidas de professores**. 2ª Ed. Porto: Porto Editora, 2000.

_____. **Profissão professor**. 2ª Ed. Porto: Porto Editora, 2003.

PARINI, Jay. **A arte de ensinar**. Tradução de Luiz Antonio Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, Mariilda. **Como se ensina e como se aprende a ser professor**: a evidência do habitus professoral e da natureza prática da Didática. Bauru (SP): EDUSC, 2003.

TORRES, Carlos Alberto. **Educação, poder e biografia pessoal**: diálogos com educadores críticos. Tradução de Rita Secco Hofmeister. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

Sites na Internet

www2.dce.ua.pt/docentes/ventura/ficheiros/.../antonio%20novo.pdf

consulta em 14 de dezembro de 2009. António Nóvoa - Para uma análise das instituições escolares.

<http://www.biblio.com.br/conteúdo/MachadodeAssis/contodeescola.htm>.

consulta em 14 de dezembro de 2009. Machado de Assis – Conto de escola.

Disciplina 02 - Política Educacional

Carga horária: 30 horas

Ementa: O conteúdo da disciplina contempla de forma crítica, o processo de elaboração do Plano Nacional de Educação e sua articulação com os planos estaduais e municipais, com particular atenção para os reflexos na educação pública do Estado de São Paulo. Aborda também os desafios a serem enfrentados para a implementação das Metas e Estratégias contidas no Plano Nacional de Educação e no Plano Estadual do Estado de São Paulo. Serão analisadas, numa perspectiva crítica as Metas e Estratégias, com destaque para aquelas que incidem nos seguintes temas: a) oferta da educação básica no Estado de São Paulo; b) formação dos profissionais da educação para o exercício das docências e dos diferentes processos da gestão escolar; c) educação integral/tempo integral; d) o exercício da gestão democrática; financiamento da educação pública e a definição do custo aluno qualidade (CAQ).

Bibliografia básica

- ARAUJO, Gilda Cardoso. **Políticas educacionais e Estado Federativo**. Curitiba, PR: Appris, 2013.
- BRASIL. Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 – aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF. Diário Oficial da União, 2014.
- BRASIL, Emenda Constitucional nº 59. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009.
- BRITTO, Tatiana Feitosa de. “Passo a passo no Legislativo: os caminhos do Plano Nacional de Educação no Congresso Nacional” in: GOMES, Ana Valeska Amaral; BRITTO, Tatiana Feitosa de (orgs) **Plano Nacional de Educação: construção e perspectivas**. Brasília: Câmara dos Deputados. Edições Câmara: Senado Federal – Edições Técnicas, 2015.
- BRITTO, Tatiana Feitosa de; GOMES, Ana Valeska Amaral (orgs.) **Plano Nacional de Educação: Construção e Perspectivas**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara: Senado Federal – Edições Técnicas, 2015. 293p.
- BROOKE, Nigel (org.). **Marcos históricos na reforma da educação**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.
- CASTRO, Alda Maria Duarte Araujo (Org.) **Política educacional – contextos e perspectivas da educação brasileira**. Brasília, DF: Liber Livros, 2012.
- FARENZENA, Nalú. **A política de financiamento da educação básica: rumos da legislação brasileira**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2006.
- FERREIRA, Eliza B.; FONSECA, Marília (org.) **Política e planejamento educacional no Brasil do século 21**. Brasília, DF: Liber Livros, 2013.
- HYPOLITO, Álvaro Moreira e outros (org.). **Gestão democrática e democracia participativa**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2008.
- LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de (org.) **Gestão escolar democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2006.
- MARTINS, Paulo de Sena. **FUNDEB, federalismo e regime de colaboração**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.
- PERONI, Vera Maria Vidal; BAZZO, Vera Lúcia; PEGORARO (org.) **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2006.
- PERONI, Vera. **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília, DF: Liber Livros, 2013.
- REGATTIERI, Marilza; Castro, Jane Margareth (org.). **Ensino médio e educação profissional – desafios da integração**. Brasília, DF: UNESCO, 2009.
- SÃO PAULO. **Proposta de Plano Estadual de Educação**. São Paulo: Fórum Estadual de Educação. São Paulo, 2015.
- SÃO PAULO. PL 1083/2015 – **Aprova o Plano Estadual de Educação e dá outras providências**. São Paulo: Assembleia Legislativa, agosto/2015.
- SÃO PAULO. **Quadro comparativo das propostas de estratégias**. São Paulo: APEOESP, 2015.
- SOUZA, Donald Bello de(org.) **Mapa dos Conselhos Municipais de Educação no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2013.

Disciplina 03 – Ética e Cidadania

Carga horária: 30 horas

Ementa: Este tema se propõe a evidenciar conceitos e princípios significativos relativos à esfera normativa das sociedades humanas que contribui para o desenvolvimento de relações intersubjetivas de reconhecimento mútuo e para a construção de práticas sociais e culturais autônomas em um percurso que desvela a intercompreensão, a cooperação e a emancipação. Utilização desses conceitos e

princípios para interpretação crítica e construção de alternativas de enfrentamento de problemas e desafios da sociedade brasileira contemporânea: democracia na escola, relações justiça e violência, educação e cidadania, preconceito e discriminação, entre outros.

Bibliografia básica

CHAUI, Marilena. A existência ética. In: CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2000, p. 334-339.

_____. A filosofia moral. In: CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2000, p. 339-348.

CARVALHO, José Murilo de. Mapa da Viagem. In: CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil, o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 7-13.

_____. A Cidadania na Encruzilhada. In: CARVALHO, José Murilo de. Cidadania No Brasil, o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 219-229.

MACHADO, N. J. Ética e Educação. Pessoaalidade, Cidadania, Didática, Epistemologia, Ateliê Editorial, 2012.

RIOS, Terezinha Azeredo. Ética e Competência. Coleção Questões da Nossa Época V.7, Cortez, 2011

SEN, Amartya. A Importância Da Democracia. In: Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 173-187.

SCHUMACHER, Aluísio de Almeida. (Org.). Pedagogia Cidadã: Cadernos de Formação: Ética e Cidadania. 3a ed., São Paulo: Unesp: Pró-Reitoria de Graduação, 2004.

_____. Sobre A Relação entre moral e direito e sua intimidade com a democracia. In: SCHUMACHER, Aluisio Almeida. (Org.). Pedagogia Cidadã: Cadernos de Formação: Ética e Cidadania. São Paulo: Unesp, Pró-Reitoria de Graduação, 2004, p. 53-69. (Coleção Cadernos de Pedagogia).

Bibliografia complementar

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil, o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DAGNINO, Evelina (org.) Os anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

HABERMAS, Jürgen. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

PIAGET, Jean. O juízo moral na criança. São Paulo: Summus Editorial, 1994.

SANCHEZ VASQUEZ, Adolfo. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

Disciplina 04 – Educação e Linguagem

Carga horária: 30 horas

Ementa: A partir da perspectiva educacional, explora algumas das relações entre a linguagem e o processo educativo provocando uma reflexão introdutória sobre a linguagem como poder simbólico. Analisa os discursos pedagógicos atuais, de dentro e de fora da escola oferecendo aos alunos algumas possibilidades reais para o despertar de uma consciência social, crítica e cultural sobre a escolarização e a educação escolar em diferentes manifestações. Aborda, também, a questão da subjetividade e função da linguagem no processo educativo; as múltiplas dimensões do ensino da língua materna e literaturas; a arte; os processos de comunicação social e as tecnologias em suas múltiplas relações com a escola.

Bibliografia básica

ABDALLA, M. de F. Linguagem, educação e formação de professores. In: Módulo Introdutório. Cadernos de Formação. São Paulo: UNESP/PROGRAD, 2003. (Coleção Pedagogia Cidadã).

BRONCKART, J-P. Atividade de linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo sociodiscursivo. São Paulo: EDUC, 1999.

MARCUSCHI, L.A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

SOARES, M. Linguagem e escola: uma perspectiva social. 14.ed. São Paulo: Ática, 1996.

Bibliografia complementar

AIMARD, P. Surgimento da linguagem na criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.

BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1995.

BRAIT, B. (org.) Bakhtin, dialogismo e construção de sentido. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

JOBIM E SOUZA, S. Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin. 7.ed. Campinas: Papirus, 2006.
 MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. (org.) Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos. v.3. São Paulo: Cortez, 2011.
 MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. (org.) Introdução à linguística: domínios e fronteiras. v.2. São Paulo: Cortez, 2000.
 SACRISTÁN, J. G. A Educação que temos, a educação que queremos. Porto Alegre: Artmed, 2000.

VAN DIJK, T. Discurso e Contexto: uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto, 2012.
 VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Disciplina 05 – História da Educação

Carga horária: 90 horas

Ementa: A disciplina discute os principais momentos da educação brasileira desde a chegada do primeiro Governador Geral (Tomé de Souza) até os dias atuais. Os acontecimentos educacionais são contextualizados na perspectiva social, cultural, e econômica. Embora mantida a periodização em termos políticos (Colônia, Império e República), conteúdos são tratados de modo interdisciplinar, onde se procura estabelecer uma correlação entre as mudanças infraestruturais ocorridas na formação social brasileira e as ocorrências no campo educacional. Ênfase especial será dada à história da escola pública de educação básica.

Bibliografia básica

GERMANO, José Willington. Estado militar e educação no Brasil. (1964-1985). São Paulo/Campinas: Cortez/Unicamp, 1993.
 HILSDORF, Maria Lúcia S. História da educação brasileira: leituras. 3 ed., Pioneira Thomson, 2007.
 LINHARES, Maria Yeda (org.) História Geral do Brasil. 9ª Ed. Revista e atualizada. 1990.
 MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José G. (orgs.). Educação no Brasil: História, Cultura e Política. Bragança Paulista, SP: São Francisco, 2003.
 NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na Primeira República. São Paulo: E.P.U. 1974.
 PALMA FILHO, J.C. (org.) Cadernos de Formação. História da Educação. São Paulo: Unesp/Prograd/Páginas & Letras, 2005.
 REIS FILHO, Casemiro. A educação e a ilusão liberal. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.
 ROMANELLI, Otaiza Oliveira. História da Educação no Brasil (1930-1970). Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.
 SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil – Campinas, SP: Autores Associados. 2007.
 STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. História e memórias da educação no Brasil. 3vols. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
 VEIGA, Cynthia Greive. História da educação. São Paulo: Ática, 2007

Bibliografia complementar

BEISIEGEL, Celso de Rui. Educação e Sociedade no Brasil após 1930, In: FAUSTO, Boris (Dir.) História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo; DIFEL, 1984, V. 11, p.381-416.
 MORAIS, Christianni Cardoso; PORTES, Écio Antônio; ARRUDA, Maria Aparecida (orgs.). História da Educação – ensino e pesquisa. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.
 PALMA FILHO, João Cardoso. A reforma curricular da Secretaria de Estado da Educação do estado de São Paulo para o ensino de 1º grau: 1983/1987: uma avaliação crítica. 1989. Dissertação de Mestrado. PUC/SP.
 RIDENTI, Marcelo. Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.
 SOUZA, Rosa de Fátima. Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910).
 SPÓSITO, Marília P., O povo vai à escola. 4 ed. São Paulo: Loyola, 1984.

Disciplina 06 – Filosofia da Educação

Carga horária: 75 horas

Ementa: A disciplina de Filosofia da Educação pretende desenvolver habilidades e de conhecimentos para possibilitar que os alunos tenham condições de compreender a natureza da atividade filosófica e sua ligação com a educação, no sentido de aprimorarem o espírito crítico e investigativo do professor, articulando as reflexões filosóficas com as questões pertinentes à área pedagógica bem como explicitando os pressupostos dos atos de educar, ensinar e aprender em relação a situações concretas de sala de aula a partir do debate de temas relacionados ao conhecimento, à realidade, à cultura e à ética.

Bibliografia básica

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
 BACCON, Ana Lúcia P. et ali (orgs). Ensaio entre Filosofia e Educação. Rio de Janeiro: Multifoco, 2016.
 CHAUÍ, M. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2003.
 HENNING, Leoni M. P. (org.) Filosofia e Educação: caminhos cruzados. Curitiba : Appris, 2015.
 JAEGER, J. Paideia. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
 _____. Sobre a pedagogia. Piracicaba : UNIMEP, 1996.
 MATOS, O. Filosofia a polifonia da razão: filosofia e educação. São Paulo: Scipione, 1997.
 _____. Problemas de Filosofia da Educação. Caxias do Sul : EDUCS, 2010.
 SANTI, Angela et alli (org.). FilosofiaS da Educação. Curitiba : Appris, 2015.
 SANTOS, Fausto dos. Os filósofos e a educação. Chapecó : Argos, 2014.

Bibliografia Complementar

FOUCAULT, M. Vigiar e punir. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

Disciplina 07 – Sociologia da Educação

Carga horária: 75 horas

Ementa: Compreensão da Sociologia como instrumento de conhecimento e interpretação da realidade sócio-educacional. Apropriação de bases teóricas consistentes sobre os fundamentos sociológicos da educação mediante suas principais vertentes: Durkheim, Weber e Marx e teóricos neo-marxistas. A escola como elemento de conservação e de mudança social.

Bibliografia básica

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes; Brasília: Edunb, 1982.
 BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
 BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
 BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
 CARVALHO, Alonso Bezerra de; SILVA, Wilton Carlos Lima da. Sociologia e educação – leituras e interpretações. São Paulo: Avercamp, 2006.
 CASASSUS, Juan. A escola e a desigualdade. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2007.
 CAVALLEIRO, Eliane dos S. (org.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.
 CUNHA, Manuela Carneiro da. Os direitos dos Índios. São Paulo: Brasiliense, 1987.
 ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
 FERREIRA, Roberto Martins. Sociologia da educação. São Paula: Moderna, 1993.
 FORQUIN, Jean-Claude. Escola e cultura. Porto Alegre: Artmed, 1993.
 GOMES, Candido; A. Costa. A educação em perspectiva sociológica. 3 ed., São Paulo: EPU, 1994.
 _____. A educação em novas perspectivas sociológicas. São Paulo: EPU, 2005.
 SNYDERS, Georges. Escola, classe e luta de classe. 2. ed. Lisboa: Moraes, 1981.

Bibliografia complementar

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do estado. Lisboa: Presença, s/d.

BONAMINO, A. C.; BRANDÃO, Zaia. Currículo: tensões e alternativas. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 92, fev. 1995.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. A reprodução. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. 4. ed. Trad. Carlos N. Coutinho, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

LÜCK, Heloisa. Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Disciplina 08 – Psicologia do Desenvolvimento

Carga horária: 120 horas

Ementa: O conhecimento como construção. Características do desenvolvimento cognitivo. O desenvolvimento da moralidade na infância e adolescência. A moral falada e a moral praticada.

Bibliografia básica

CAVICCHIA, D.C. O Desenvolvimento da Criança nos Primeiros Anos de Vida. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA [UNESP]; UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO [UNIVESP] (Org.). Caderno de formação: formação de professores: educação infantil: princípios e fundamentos. São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2010. v. 1. p. 13-27. ISBN 978-85-7983-069-3. Disponível em: <<https://hec.su/d4xe>>. Acesso em: 6 jul. 2016. (Psicologia do Desenvolvimento, Caderno de formação n. 6, bloco 1, módulo 3, disciplina 11).

MELCHIORI, L.E.; BIASOLI, Z. M. M. Comportamento de Bebês em Situações de Separação e Reencontro com os Pais, na Rotina Diária da Creche

LA TAILLE, Construção da Consciência Moral. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA [UNESP]; UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO [UNIVESP] (Org.). Caderno de formação: formação de professores: educação infantil: princípios e fundamentos. São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2010. v. 1. p. 40-57. ISBN 978-85-7983-069-3. Disponível em: <<https://hec.su/d4xe>>. Acesso em: 6 jul. 2016. (Psicologia do Desenvolvimento, Caderno de formação n. 6, bloco 1, módulo 3, disciplina 11).

MENIN, M. S. S. Atitudes de Adolescentes Frente à Delinquência como Representações Sociais. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA [UNESP]; UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO [UNIVESP] (Org.). Caderno de formação: formação de professores: educação infantil: princípios e fundamentos. São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2010. v. 1. p. 58-74. ISBN 978-85-7983-069-3. Disponível em: <<https://hec.su/d4xe>>. Acesso em: 6 jul. 2016. (Psicologia do Desenvolvimento, Caderno de formação n. 6, bloco 1, módulo 3, disciplina 11).

Bibliografia complementar

PIAGET, J. O juízo moral na criança. São Paulo, Summus, 1994.

PIAGET, J. Seis estudos de Psicologia. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 1984.

CHIAROTTINO - RAMO ZZI, ZÉLIA .. Psicologia e Epistemologia Genética de Jean Piaget.

LA TAILLE, Y DE . Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre, Artmed, 2006.

LA TAILLE, Y DE . Vergonha, a ferida moral. Petrópolis: Vozes, 2002.

Disciplina 09 – Fundamentos e Princípios da Educação Infantil

Carga horária: 90 horas

Ementa: Por meio desta disciplina, espera-se proporcionar aos alunos o conhecimento do percurso histórico das instituições de Educação Infantil no mundo e, especialmente, no Brasil, e das principais políticas para esta etapa da Educação Básica a partir da Constituição Brasileira de 1988. Concepções que fundamentam a Educação Infantil e as práticas organizadas em creches e pré-escola – de criança, da função das creches e pré-escola, do professor da criança de 0 a 6 anos – também serão analisadas e discutidas por meio desta disciplina pela qual pretende-se, ainda, discutir a integração entre o cuidado, a educação e o brincar na Educação Infantil. Possibilidades de garantir uma parceria entre famílias e escola de Educação Infantil também serão focalizadas.

Bibliografia básica

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.
 BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros nacionais de qualidade para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2006.
 BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. 2 ed. Brasília: MEC/SEB, 2009.
 BRASIL. TV Escola. Salto para o futuro. Novas diretrizes para a Educação infantil. Junho 2013.
 CARVALHO, A. M. A.; PEDROSA, M. I.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Aprendendo com a criança de zero a seis anos. São Paulo: Cortez, 2012.
 CONSULTA sobre qualidade na Educação Infantil: o que pensam e querem os sujeitos deste direito. São Paulo: Cortez, 2006.
 KRAMER, S.; NUNES, M. F.; CARVALHO, M. C. (Org.). Educação Infantil. Formação e responsabilidade. Campinas: Papyrus, 2013.
 OLIVEIRA, Z. M. Educação Infantil: fundamentos e métodos. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Docência em Formação).
 TOMÉ, M. F. A Educação Infantil foi para a escola. E agora? Introdução ao estudo da gestão escolar na Educação Infantil. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

Bibliografia complementar

DIDONET, V. Não há educação sem cuidado. Revista Pátio Educação Infantil (1). Porto Alegre: Artmed, p. 6-9, abr./jul., 2003.
 EMERIQUE, P. S. Brincaprende: dicas lúdicas para pais e professores. Campinas: Papyrus, 2003.
 HADDAD, L. Um novo paradigma na integração do cuidar e do educar. Revista Pátio Educação Infantil (1). Porto Alegre: Artmed, p. 16-19, abr./jul., 2003.
 KRAMER, S. et al. (Org.). Infância e educação infantil. Campinas: Papyrus, 1999.
 OLIVEIRA, Z. R. (Org.). O trabalho do professor na Educação Infantil. São Paulo: Biruta, 2014.
 OSTETTO, L. E. (Org.). Educação Infantil. Saberes e fazeres da formação de professores. 5 ed. Campinas: Papyrus, 2014.
 ROCHA, E. C.; KRAMER, S. Educação Infantil: enfoques em diálogo. 3 ed. Campinas: Papyrus, 2014.
 ROSSETTI-FERREIRA, M. C. et al. Os fazeres na Educação Infantil. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
 ROSSETTI-FERREIRA, M. C. A necessária associação entre educar e cuidar. Revista Pátio Educação Infantil (1). Porto Alegre: Artmed, p. 10-12, abr./jul., 2003.

Disciplina 10 – Educação Infantil: abordagens curriculares

Carga horária: 150 horas

Ementa: Por meio desta disciplina, pretende-se que o aluno discuta questões relacionadas ao currículo da Educação Infantil. Além de analisar modelos e referenciais curriculares elaborados em diferentes contextos, o aluno poderá discutir o trabalho a ser realizado nas instituições de Educação Infantil no que se refere ao desenvolvimento da Identidade e Autonomia das crianças pequenas e às interações delas com seu Meio Natural e Social. Espera-se também oferecer condições para discussões das possibilidades de organização do tempo e do espaço nas creches e pré-escolas e sobre o significado da avaliação no trabalho com crianças de 0 a 6 anos.

Bibliografia básica

ARRIBAS, T. L. e cols. Educação Infantil. Desenvolvimento, currículo e organização escolar. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
 BARBOSA, M. C. S. Por amor e por força. Rotinas na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.
 BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. Projetos pedagógicos na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB n. 05, de 17 de dezembro de 2009. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 dez. 2009. Seção 1, p. 18.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. (3 volumes)

HOFFMANN, J. Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2012.

HORN, M. G. S. Sabores, cores, sons, aromas. A organização dos espaços na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. (Org.). Modelos curriculares para a Educação da Infância. Construindo uma práxis de participação. 3 ed. Porto: Porto Editora, 2007.

OSTETTO, L. E. (Org.). Educação Infantil. Saberes e fazeres da formação de professores. 5 ed. Campinas: Papirus, 2014.

RAPOPORT, A. et al. O dia a dia na educação infantil. Porto Alegre: Mediação, 2012.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C. et al. Os fazeres na Educação Infantil. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia complementar

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Revista Criança do Professor de Educação Infantil, vários volumes. Brasília: MEC/SEB.

LOPES, A. C. T. Educação Infantil e registro de práticas. São Paulo: Cortez, 2009.

MELLO, A. M. et al. O dia a dia das creches e pré-escolas. Crônicas brasileiras. Porto Alegre: Artmed, 2010.

OSTETTO, L. E. (Org.). Educação Infantil. Saberes e fazeres da formação de professores. 5 ed. Campinas: Papirus, 2014.

REVISTA Pátio Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed. (vários números).

Disciplina 11 – Educação Infantil: Diferentes Formas de Linguagem

Carga horária: 180 horas

Ementa: A presente disciplina procura congrega conteúdos formativos da Área Curricular da Educação Infantil que reúne as diferentes formas de linguagem próprias da criança pequena em sua busca de estabelecer relação com seu ambiente. Essas “linguagens” serão consideradas a partir da tripla função: lúdico-criativa, comunicativa e representativa na Educação Infantil. A disciplina tem a finalidade de promover o conhecimento sobre o desenvolvimento da linguagem e a compreensão das diferentes formas de linguagem como modos de a criança pequena interagir, de se comunicar, de interpretar e expressar, bem como dimensionar o papel do professor em relação à organização do ambiente (espaço-físico e as interações que nele se estabelecem), do tempo e das propostas/situações de aprendizagem adequadas às especificidades da faixa etária. Considerando que a criança pequena interage, interpreta, expressa e representa o mundo lançando mão das mais variadas e diferentes possibilidades lúdicas, expressivas e criativas, o futuro professor de crianças pequenas (e o gestor de creche e pré-escola) precisa compreender e desenvolver conhecimentos teóricos e práticos a respeito para ser capaz de elaborar propostas educativas considerando a especificidade dos interesses e necessidades das crianças da educação infantil, observando as diferentes faixas etárias que a compõe. É importante frisar que no espaço deste caderno não esgotaremos todas as possibilidades de trabalho com as várias formas de linguagem lúdico-criativas, comunicativas e representativas possíveis de serem contempladas no trabalho pedagógico com a criança da creche e da pré-escola. Contudo, cada conteúdo será desenvolvido utilizando várias formas de linguagem e diferentes estratégias de estudo de modo que você poderá discutir, refletir e, em várias ocasiões, vivenciar a linguagem como forma de expressão, comunicação, representação e de interação social. A compreensão destas características da linguagem será fundamental para que a partir das informações e das atividades disponibilizadas, você elabore os conhecimentos que permitirão a generalização e aplicação dos mesmos na dinâmica do cotidiano da creche e da pré-escola, seja na condição de professor da educação infantil ou em funções de gestão destes espaços de cuidados e educação.

Bibliografia básica

ABRAMOWICS, Anete e WAJSKOP, Gisela. Creches: Atividades para Crianças de Zero a Seis Anos. Editora Moderna, São Paulo, 1995.

AGOSTINHO, K. A. Creche e pré-escola é “Lugar” de Criança? In: MARTINS FILHO, A. J. (Org.). Criança pede respeito: ação educativa na creche e na pré-escola. Porto Alegre: Mediação, 2005.

ARCE, Alessandra. Pedagogia da infância ou fetichismo da infância? In: DUARTE, Newton (org.). Crítica ao fetichismo da individualidade. Campinas: Autores Associados, 2004.

ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia M. (orgs.). Ensinando aos pequenos de zero a três anos. Campinas: Alínea, 2009.

- _____. Quem tem medo de ensinar na educação infantil? Em defesa do ato de ensinar. Campinas: Editora Alínea, 2010.
- AIMARD, P. Surgimento da linguagem na criança. Porto Alegre: Artes Médicas do Sul, 2006.
- ARRIBAS, T. L. et al. Educação Infantil. Desenvolvimento, currículo e organização escolar. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- BAKHTIN, M. Marxismo e Filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BARBOSA, M. C. S. Por amor e por força: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BARBOSA, M. C. HORN, M. G. S. Por uma pedagogia de projetos na Educação Infantil. Pátio. Revista pedagógica, Porto Alegre, ano 2, n. 7, nov. 1998-jan. 1999.
- RICHTER, S. R. S.; BARBOSA, M. C. S. Os bebês interrogam o currículo: as múltiplas linguagens na creche. Educação (UFSM), Santa Maria, RS, v. 35, n. 1, jan./abr. 2010. Disponível em: <<https://hec.su/d4yD>>. Acesso em: 6 jul. 2016.
- BASEDAS, Eulália, HUGUET, Teresa, SOLÉ, Isabel. Aprender e Ensinar na Educação Infantil. ArtMed, Porto Alegre, 1999.
- BENJAMIN, W. Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem humana. In: Sobre Arte, Técnica Linguagem e Política. Lisboa: Antropos, 1992
- BONDIOLI, Anna e MANTOVANNI, Susanna. Manual de Educação Infantil. Artes Médicas, Porto Alegre, 1998.
- BONDIOLI, Anna. A dimensão lúdica na criança de 0 a 3 anos na creche. IN: BONDIOLI, Anna e MANTOVANI, Susanna. Manual de educação infantil: de 0 a 3 anos. Porto Alegre: Artes Médicas, 9ª edição, 1998. p.212-227.
- BOMTEMPO, E. A brincadeira de faz-de-conta: lugar de simbolismo, da representação, do imaginário. In: KISHIMOTO, T. M. Jogo, brinquedo, brincadeira e educação. São Paulo: Cortez, 1997. p.57-71.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1998.
- CAGLIARI, L.C. Alfabetização e lingüística. São Paulo: Scipione, 1999.
- CERQUETI-ABERANKE, FRANÇOISE; BERDONNEAU CATHERINE. O ensino da matemática na educação infantil; tradução Eunice Gruman. Porto alegre: Artes Médicas, 1997.
- CAMARGO, Luís (org.). Arte-educação: da pré-escola à universidade. São Paulo: Nobel, 1989.
- CERISARA, A.B. (orgs.). Crianças e Miúdos: Perspectivas Sócio Pedagógicas da Infância e educação. Edições ASA, Portugal, 2004.
- CONSELHO TÉCNICO-CIENTÍFICO (Org.). Cadernos de Formação: Língua Portuguesa. 2 ed. revista. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, UNESP, Pró-reitoria de Graduação, 2006.
- CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. (Org.). Educação Infantil: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.
- DEVRIES, Rheta; ZAN, Betty. A Ética na Educação Infantil. Artes Médicas, Porto Alegre, 1998.
- DIAS, Karina Sperle. Formação estética: em busca do olhar sensível. In: KRAMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel; NUNES, Maria Fernanda; GUIMARÃES, Daniela (orgs). Infância e educação infantil. Campinas: SP: Papyrus, 1999
- EDWARDS. CAROLYN ET AL. As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na Educação da primeira Infância. Tradução Dayse Batista. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- EDWARDS. CAROLYN POPE. Ensinando as crianças através de centenas de linguagens In: Revista Pátio Educação Infantil. As Múltiplas Linguagens Da Criança. Ano Iii Nº 8, Julho/Outubro. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 06 – 08.
- ELKONIN, D. B. Psicologia do jogo. São Paulo, Martins Fontes, 1988.
- FARIA, M. A. A criança e a imagem. Língua Portuguesa. Cadernos de Formação. São Paulo: UNESP/PROGRAD, 2004. 2v. (Coleção Pedagogia Cidadã).
- FARIA, Ana Lúcia G. De; MELLO, Suely A. (orgs.). Linguagens infantis: outras formas de leitura. Campinas: Autores Associados, 2005.
- FERREIRA, Manuela. Do "avesso" do brincar ou... as relações entre pares, as rotinas da cultura infantil e a construção da(s) ordem(ens) social(ais) instituinte(s) das Crianças no Jardim-de-infância. In: _____, Sarmiento, M.J. & _____.
- FERREIRA, Suely. Dançando na chuva... e no chão de cimento. In: O Ensino das Artes - Construindo Caminhos. Papyrus Editora. 1ª Edição. Campinas, 2001, p. 39-79
- FRANCHI, E. P. Pedagogia da alfabetização: da oralidade à escrita. São Paulo: Cortez, 1989.
- FREIRE, Madalena. A Paixão de Conhecer o Mundo. Paz e Terra, RJ, 1983.
- FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 35ª ed., São Paulo: Cortez Editora, 1997.
- FRIEDMANN, Adriana. O universo simbólico da criança: olhares sensíveis para a infância. Petrópolis: Vozes, 2005.
- GOULART, Cecília. Letramento e modos de ser letrado: discutindo a base teórico-metodológica de um estudo. Rev. Bras. Educ., set./dez. 2006, vol.11, no.33, p. 450-460.
- HERNÁNDEZ, Fernando. Cultura Visual, mudança educativa e projeto de trabalho. Artes MédicaSul, 2000.

- HERNÁNDEZ, Fernando e VENTURA, Montserrat. A organização do Currículo por Projetos de Trabalho. Artes Médicas, Porto Alegre, 1998. 1999.
- HORN, MARIA DA GRAÇA SOUZA. Sabores, cores, sons, aromas. A organização dos espaços na educação infantil. Porto alegre, Artmed, 2004.
- JOBIM E SOUZA, S. Infância e linguagem: Bakhtin, Vygostsky e Benjamin. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2006.
- JORGE, Linice da Silva. Roda de Histórias: Sons, imagens e movimentos - novos modos de informação em Educação. Dissertação de Mestrado. ECA/USP.
- JUNQUEIRA FILHO, Gabriel de A. Linguagens geradoras: seleção e articulação de conteúdos em educação infantil. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- KISHIMOTO, T. M.; SANTOS, M. L. R.; BASILIO, D. R. Narrativas infantis: um estudo de caso em uma instituição infantil. Educ. Pesqui., set./dez. 2007, vol.33, no.3, p. 427-444.
- KRAMER, S. et al. (Org.). Infância e educação infantil. Campinas: Papyrus, 1999.
- KRAMER, Sônia. Propostas Pedagógicas ou curriculares de educação infantil: para retomar o debate. In: Revista Proposições. Campinas, SP: Faculdade de Educação/UNICAMP, v. 13, n. 2 (38), mai/ago, 2002.
- LARROSA, Jorge. Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.
- LIMA, Elvira S. A criança pequena e suas linguagens. São Paulo: Sobradinho, 2003.
- LURIA A R. Pensamento e linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas; 1987.
- MACHADO, Maria L. (Org.) Encontros e Desencontros na Educação Infantil. Ed. Cortez, S.Paulo,2002.
- MARTHA, A. A. P. Literatura infantil: a poesia. Língua Portuguesa. Cadernos de Formação. São Paulo: UNESP/PROGRAD, 2004. 2v. (Coleção Pedagogia Cidadã).
- NICOLAU, M. L. M.; DIAS, M. C. M. (Org.). Oficinas de sonho e realidade na formação do educador da infância. Campinas: Papyrus, 2003.
- OLIVEIRA, Z. M. (Org.). Educação Infantil: muitos olhares. São Paulo: Cortez, 1994.
- OLIVEIRA, Z. R. Educação Infantil: fundamentos e métodos. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Docência em Formação).
- OLIVEIRA, Zilma; FERREIRA, Clotilde; MELLO, Ana Vitória Telma. Creches: Crianças, Faz de Conta e Cia. Vozes, RJ, 1992.
- PEREIRA, RITA M. R. & JOBIM E SOUZA, SOLANGE. Infância, conhecimento e contemporaneidade. In: KRAMER et alii (orgs.). Infância e produção cultural. Campinas, Papyrus, 1998.
- PIAGET, J. A linguagem e o pensamento da criança. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- RINALDI, Carla. *Diálogos com Reggio Emilia: escutar, investigar e aprender*. São Paulo: Paz e Terra, 2012
- ROCHA, MARIA SILVIA P. DE M. LIBRANDI DA. Não brinco mais: a (des)construção do brincar no cotidiano educacional. Ijuí, Ed. UNIJUÍ, 2000.
- ROSEMBERG, Fúlvia e FERREIRA, Isabel. Creches e Pré-Escolas no Brasil. Cortês, 1992.
- ROSEMBERG, Fúlvia e CAMPOS, Maria M. (org). Creches e Pré-Escolas no Hemisfério Norte. Cortêz, São Paulo, 1994.
- SPODEK, Bernard e SATACHO, Olívia. Ensinando Crianças de Três a oito Anos. Artes Médicas, Porto Alegre, 1998.
- ROSSETTI-FERREIRA, M. C. et al. Os fazeres na Educação Infantil. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- REIS, SILVIA MARINA GUEDES DOS. A matemática no cotidiano infantil: Jogos e atividades com crianças de 3 a 6 anos para o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático. Campinas, SP. Papyrus, 2006.
- SMOLE, KÁTIA STOCCO. DINIZ MARIA IGNEZ. CÂNDIDO, PATRÍCIA. Brincadeiras matemáticas na educação infantil, vol 1. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SMOLE, KÁTIA STOCCO. Resolução de Problemas. Artes Médicas, 2001
- _____. Matemática na Educação Infantil. Artes Médicas, 2001.
- _____. Brincadeiras Infantis nas aulas de matemática. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- SMOLE, Kátia S. et al. Era uma vez na Matemática: uma conexão com a Literatura Infantil. 3 ed. São Paulo:IME-USP, 1996.
- SMOLKA, A. L. B. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- TOGNOZZI. (orgs). A práxis da formação de educadores infantis. Belo Horizonte: DP&A, 2002
- VIEIRA DA CUNHA, Susana (org). Cor, som e movimento: a expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança. Cadernos de Educação Infantil n 8. Porto Alegre. Ed. Mediação, 1999
- _____. Revista Projeto: Artes Plásticas, v.3,n.5, 2001
- VIGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- _____. A formação social da mente. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1988.

Bibliografia complementar

Artes Plásticas / Desenho

- ANNING, ÂNGELA; RING, KATHY. Os significados dos desenhos de crianças. Porto Alegre: ARTMED, 2009.
- BARBOSA, ANA MAE (Org.). Arte/Educação contemporânea: consonâncias internacionais. São Paulo: Cortez, 2005.
- BUORO, ANAMÉLIA BUENO. O olhar em construção - Uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola. São Paulo: Cortez, 1998.
- BUORO, ANAMÉLIA BUENO. Olhos que pintam. A leitura da imagem e o ensino da arte. São Paulo: Educ/Fapesp/ Cortez, 2003.
- CUNHA, SUSANA RANGEL VIEIRA DA. Cor, som e movimento. A expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- DERDYK, EDITH. Formas de pensar o desenho – desenvolvimento do grafismo infantil. São Paulo: Scipione, 2003.
- GOMES, PAOLA “Os materiais artísticos na educação infantil” (p.109 a 121) In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis E. Educação infantil. Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.
- FERREIRA, SUELI. Imaginação e linguagem no desenho da criança. Campinas, SP: Papirus, 1998.
- FREINET, CELESTIAN. O método Natural II: a aprendizagem e o desenho. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.
- GREIG, PHILIPPE. A criança e seu desenho. O nascimento da arte e da escrita. Porto Alegre: Artmed, 2004
- IAVELBERG, R. O Ensino da Arte na Pré-Escola: O Desenho como Construção. Idéias. Nº 7, FDE, São Paulo, 1990..
- LEITE, MARIA ISABEL FERRAZ PEREIRA. Desenho infantil: questões práticas e polêmicas. In: KRAMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel (Coord.). Infância e produção cultural. Campina, SP: Papirus, 1998
- LOWENFELD, V. BRITAIN, E. L. Desenvolvimento da Capacidade Criadora. Mestre Jou, São Paulo, 1998.
- MOREIRA, A. O Espaço do Desenho e a Educação do Educador. Loyola, São Paulo, 1991.
- OSTETO, LUCIANA; LEITE, MARIA ISABEL. Arte, infância e formação de professores: autoria e transgressão. Campinas, SP: Papirus, 2004.
- PILLAR, ANALICE DUTRA (org.) A educação do olhar no ensino das artes. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- PILLAR, ANALICE DUTRA. Desenho & escrita como sistemas de representação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- PERONDI, D. Processo de alfabetização e desenvolvimento do grafismo infantil. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
- PILLAR, A. Fazendo Artes na Alfabetização. Kuarup, Proto Alegre, 1986.
- PILLAR, A. D. Desenho e escrita como sistemas de representação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- READ, H. A educação pela arte. Trad. Ana Maria Rabaça e Luis Filipe Silva Teixeira. São Paulo: Martins Fontes, 1958.
- REDIN, MARITA MARTINS. O desafio de viver a infância: cultivando materiais de vida. (comunidade virtual. 2009)
- REDIN, Marita Martins. Experiência estética e memórias de escola -" porque é de infância...que o mundo tem precisão"! Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS, São Leopoldo-RS, 2008.
- RICHTER, SANDRA. Manchando e narrando, o prazer visual de jogar com cores. In: CUNHA, Suzana Rangel Vieira. Pintando, bordando, rasgando, desenhando na educação Infantil. Cor, som e movimento: a expressão plástica musical e dramática no cotidiano da criança. Porto Alegre: Mediação 1999.
- RICHTER, SANDRA. Criança e Pintura - ação e paixão do conhecer. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- ROSSI, MARIA HELENA WAGNER. Imagens que falam - leitura da arte na escola. Porto Alegre: Mediação, 2003
- SARMENTO, MANOEL JACINTO. Infância, Diversidade e Expressão simbólica. <http://www.rizoma3.ufsc.br/textos/351.pdf>
- SILVA, SILVIA MARIA CINTRA DA. A constituição social do desenho da criança. Campinas: Mercado das Letras, 2002.
- STANT, M. Atividades e Materiais (A Criança de 2 a 5 anos). Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1985.
- WEISS, L. Brinquedos e Engenhocas-Atividades Lúdicas com Sucata. Scipione, São Paulo, 1989.

Expressão corporal-movimento/brincar/jogos

- ABERASTURY, A. A Criança e seus Jogos. Vozes, Rio de Janeiro, 1972.
- BENJAMIN, W. Reflexões: A Criança, o Brinquedo e a Educação. Summus Ed, São Paulo, 1984.
- BROUGÈRE, G. A Criança e a Cultura Lúdica. In. Kishimoto. O Brincar e suas Teorias, p. 19-32, Pioneira, São Paulo, 1998.
- CONHOLATO, M. (coord). O Jogo e a Construção do Conhecimento na Pré-Escola. Idéias, nº 10, FDE, São Paulo, 1992.
- EMERIQUE, P. S. Brincaprende: dicas lúdicas para pais e professores. Campinas: Papirus, 2003.
- KAMII, A. Jogos em Grupo na Educação Infantil. Trajetória Cultural, São Paulo, 1991.
- TELES, M. L. S. Socorro! É proibido brincar! Petrópolis: Vozes, 1999.
- WAJSKOP, G. O Brincar na Educação Infantil. Cad. Pesq. São Paulo, nº 92, p. 62-69, fev.1995.

Literatura Infantil

- ABRAMOVICH, F. Literatura Infantil, Gostosura e Bobices. Scipione, 1984.
- ABRAMOVICH, F. O Estranho Mundo que se Mostra às Crianças. Summus Ed. São Paulo, 1983.
- ABRAMOVICH, FANNY. Literatura Infantil. São Paulo: Scipione, 1997
- AMARILHA, MARLY. Estão mortas as fadas? 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- ARROYO, LEONARDO. Literatura infantil brasileira. São Paulo: Melhoramentos, 1990.
- COELHO, NELLY. NOVAES. Literatura Infantil. São Paulo: Moderna, 2000.
- _____. Uma gramática da literatura infantil. IN: COELHO, NELLY NOVAES. Literatura infantil: teoria, análise, didática. São Paulo. Moderna 2000.
- DINORAH, Maria. O livro infantil e a formação do leitor. Petrópolis: Vozes, 1995.
- JOSÉ, Elias. Literatura infantil: ler, contar e encantar crianças. Porto Alegre: Mediação, 2007.
- LAJOLO, MARISA E ZILBERMAN, REGINA. Literatura Infantil Brasileira: História e Histórias. São Paulo: Editora Ática, 2002.
- MACHADO, A. M. Como e por que ler os clássicos universais desde cedo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- OLIVEIRA, MARIA ALEXANDRE DE. Dinâmicas em Literatura Infantil. São Paulo: Paulinas, 2001.
- JOLIBERT, J. Formando Crianças Leitoras. Artes Médicas, Porto Alegre, 1994.
- PERROTI, E. Confinamento Cultural, Infância e Leitura. Summus Ed. São Paulo, 1990.
- PIETRO, HELOÍSA. Quer ouvir uma história? Lendas e mitos no mundo da criança. São Paulo: Angra, 1999.
- REGO, L. Literatura Infantil: Uma Nova Perspectiva da Alfabetização na Pré-Escola. FDE, São Paulo, 1998.
- RODARI, G. Gramática da Fantasia. Summus Ed. São Paulo, 1982.
- SARAIVA, JURACY ASSMANN. Literatura e Alfabetização: do plano do choro ao plano da ação. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- ZILBERMAN REGINA. A Literatura Infantil na Escola. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda. 1998.

Música

- HOWARD, W. A Música e a Criança. Summus Ed. São Paulo, 1984.
- SCHROEDER, SÍLVIA C. N. E SCHROEDER, JORGE L. Música e Ciências Humanas. Pro-posições, Campinas, vol. 15, n. 1(43)jan./abr., 2004, p. 1-9.
- _____. "Conversas sobre música": uma experiência de apreciação musical junto a educadores. Anais do XIII Encontro Anual da ABEM. Rio de Janeiro: publicação virtual, 2004a, s.p.
- VIEIRA DA CUNHA, SUSANA (org). Cor, som e movimento: a expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança. Cadernos de Educação Infantil n 8. Porto Alegre. Ed. Mediação, 1999.
- _____. Revista Projeto: Artes Plásticas, v.3, n.5, 2001.

Linguagem matemática e educação infantil

- BIANCHINI, Edwaldo e PACCOLA, Herval. Sistemas de numeração ao longo da história. São Paulo: Moderna, 1997.
- KAMII, C.; JOSEPH, L. L. Crianças pequenas continuam reinventando a aritmética: implicações da Teoria de Piaget . 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- KAMII, Constance. A criança e o número. Campinas, São Paulo: Papirus, 2008.
- KISHIMOTO, T. M. Jogos tradicionais infantis: o jogo, a criança e a educação. Petrópolis: Vozes, 1993
- MORO, M.L.F. Contar, emparelhar coleções. Colocar e retirar elementos das coleções...O longo e rico caminho das crianças para compreender os números. In PIROLA, N.A. MOYSÉS, Lucia. Aplicações de Vigotski à Educação Matemática. Campinas, SP: Papirus, 2007.
- PIAGET, J. ; SZEMINSKA. A. A gênese do número na criança. Trad. Christiano M. Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- PIAGET, J. A psicologia da criança. Editora Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- PIAGET, J. O nascimento da inteligência na criança. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- SMOLLE, KÁTIA STOCCO e Outros. Coleção matemática de 0 a 6 anos. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SOLER, REINALDO. Jogos cooperativos para educação infantil. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.

Ler e escrever na educação infantil

BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; ROSA, Ester Calland de Sousa (orgs.). Ler e escrever na Educação Infantil: discutindo práticas pedagógicas. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2010.

BRITTO, Luiz Percival Leme. Educação infantil e cultura escrita. IN: FARIA, Ana Lúcia Goulart e MELLO, Suely Amaral (orgs.). Linguagens infantis: outras formas de leitura. Campinas: Autores Associados, 2005, p.VII-XVI.

FARIA, Ana Lúcia G. De; MELLO, Suely A. (orgs.). O mundo da escrita no universo da pequena infância. Campinas: Autores Associados, 2005.

FERREIRO, Emília. O ingresso nas culturas da escrita. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart (org.). O coletivo infantil em creches e pré-escolas: falares e saberes. São Paulo: Cortez, 2007, p. 55-66.

JUNQUEIRA FILHO, Gabriel de Andrade. Conversando, lendo e escrevendo com as crianças na educação infantil. In: CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis (Orgs.). Educação infantil: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 135-152.

KRAMER, Sonia; ABRAMOVAY, Miriam. A pré-escola alfabetiza? Criança, Brasília, n.5, p. 9-11, 1983.

_____. Alfabetização na pré-escola: exigência ou necessidade. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 52, p. 103-107, fev. 1985.

LUCAS, Maria Angélica Olivo Francisco. Os processos de alfabetização e letramento na educação infantil: contribuições teóricas e concepções de professores. Tese. 2008, 322f. (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, 2009.

LURIA, Alexander Romanovich. O desenvolvimento da escrita na criança. In: VIGOTSKII, Lev. Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 2006. p. 143-189.

MALUF, Maria Regina. Alfabetização na pré-escola: conceitos e preconceitos. Educação e Sociedade, São Paulo, Cortez, n. 26, p. 133-144, abr., 1987.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, n. 25, p. 5-17, jan./abr. 2004.

STEYER, Vivian Edite. Escrita e leitura na educação infantil: um mundo de possibilidades. In: ROMAN, Eurilda Dias; STEYER, Vivian Edite (Orgs.). A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado. Canoas: Ed. ULBRA, 2001. p. 149-168.

Disciplina 12 – Didática geral

Carga horária: 150 horas

Ementa: Tema Nuclear: A didática como um processo de preparação do professor como responsável pelas atividades de ensino que visam ao aprendizado do aluno. UNIDADE I: O sentido da Didática: história, papel, evolução, professor como artífice, o ofício do aluno e as tensões entre o ensino e o aprendizado. UNIDADE II: O cerne da Didática: relações aluno – professor, aluno – conhecimento e professor – conhecimento. UNIDADE III: A aula como a realização da Didática: concepção, planejamento, manejos, avaliação.

Bibliografia básica

CASTRO, A. D. A trajetória histórica da Didática. São Paulo: Centro de Referência em Educação Mario Covas (CRE Mario Covas), FDE, 1991. Disponível em: <<https://hec.su/d4x3>>. Acesso em: 6 jul. 2016.

CASTRO, A. D.; CARVALHO, A. M. P.; PÉREZ, D. G. Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Cengage Learning; 2001.

- SILVA, Aída Maria Monteiro da et al. Didática, currículo e saberes escolares. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
 NÉRICI, Imídeo Giuseppe. Introdução à Didática Geral: dinâmica da escola. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1971.
 MATTOS, Luiz Alvez de. Sumário de Didática Geral. Rio de Janeiro: Aurora, 1971.
 RANGEL, Mary. Métodos de ensino para a aprendizagem e a dinamização das aulas. Campinas, SP: Papirus, 2006.
 SCARPATO, Marta (Org.) et al. Os procedimentos de ensino fazem a aula acontecer. São Paulo: Avercamp, 2004.
 VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Aula: Gênese, dimensões, princípios e práticas. Campinas, SP: Papirus, 2008.
 VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A aventura de formar professores. Campinas, SP: Papirus, 2009.
 VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). A escola mudou. Que mude a Formação de Professores! Campinas, SP: Papirus, 2010.
 VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Lições de Didática: Campinas, SP: Papirus, 2006.
 VEIGA, Ilma Passos Alencastro & Amaral, Ana Lucia (Orgs.). Formação de Professores: Políticas e Debates. Campinas, SP: Papirus, 2002.
 VEIGA, Ilma Passos Alencastro Técnicas de Ensino: Novos tempos, novas configurações. Campinas, SP: Papirus, 2006.
 VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Didática: O ensino e suas relações. Campinas, SP: Papirus, 2001. (371.3 D555).
 MARCHESI, Álvaro. O que será de nós, os maus alunos? Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2006.
 BARLOW, Michel Avaliação Escolar – Mitos e Realidades. Porto Alegre: Artmed, 2006.
 SHORES, Elizabeth e GRACE, Cathy. Manual do Portfólio – Um guia passo a passo para o professor. Porto Alegre: Artmed, 2001.
 PHELAN, Thomaz W. e SCHONOUR, Sarah Jane. 1-2-3 Mágica para professores – Disciplina efetiva em sala de aula. Porto Alegre: Artmed: 2009.
 ZABALA, A. A prática educativa: Como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.
 ZABALA, Antoni. Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula. Porto Alegre: Artmed, 1999.
 Blin, Jean-François Classes difíceis. Ferramentas para prevenir e administrar os problemas escolares. Porto Alegre: Artmed, 2005.
 MEIRIEU, Phillipe. O Cotidiano da Escola e da Sala de Aula: o fazer e o compreender. tradução: Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2005.
 PERRENOUD, Philippe. Ofício de Aluno e Sentido do Trabalho Escolar. tradutora: Julia Ferreira. Porto (PT): Porto Editora, 1995.
 SAVATER, Fernando. O valor de Educar. Trad. Monica Stahel. São Paulo: Editora Planeta, 2005.
 CORDEIRO, Jaime Cordeiro. Didática. São Paulo : Contexto : 2005.
 GIMENO SACRISTÁN, J. O Aluno como Invenção; Trad. Daysi Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2005.

Disciplina 13 – Conteúdos e Didática de Alfabetização

Carga horária: 180 horas

Ementa: Analisa o histórico das pesquisas na área de alfabetização e as diferentes formas, ao longo dos anos, de conceber a escrita e seus processos de aquisição pelas crianças. Busca permitir a compreensão da discussão atual sobre a utilização dos conceitos de alfabetização e letramento. Discute o papel do professor nos processos, de aprendizagem da leitura e da escrita, vivenciados pelas crianças, jovens e adultos, identificando conhecimentos profissionais docentes necessários para a compreensão de tais processos e para a intervenção neles. Propõe e analisa práticas escolares de alfabetização e letramento, pautadas na construção do conhecimento e na valorização das hipóteses sobre a escrita e a leitura. Discute eixos da linguagem para planejamento na alfabetização: oralidade, leitura e escrita; funcionalidade da escrita; aspectos linguísticos da alfabetização, assim como estratégias didáticas para o ensino da leitura e da escrita. Intervenção pedagógica na alfabetização.

Bibliografia básica

- ADAMS, Marilyn J. et al. Consciência Fonológica em Crianças Pequenas. Porto Alegre: Artmed. 2006.
 ALBUQUERQUE, Eliana Borges. Alguns fundamentos da alfabetização. Seminário Temático, PRADEM, Salvador: UFBA/FCM, 2004
 AZENHA, M. G. Construtivismo: de Piaget a Emilia Ferreiro. 7 ed. São Paulo: Ática, 2001.
 BRANDÃO, A.C.P.; ROSA, E.C.S. (orgs.). Leitura e produção de textos na alfabetização. Belo Horizonte: Autêntica, 2005
 BRASIL. MEC. SEF. Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA) - Coletânea do Professor e material videográfico. Brasília: 2001
 CAGLIARI, Luiz Carlos; MASSINI-CAGLIARI, Gladis. Diante das Letras: a escrita na alfabetização. Campinas: Editora Mercado de Letras, 1999

- CAGLIARI, Luís C. Alfabetização sem ba-be-bi-bo-bu. SP: Scipione, 1999.
- CAVALCANTI, Zélia (coord). Alfabetizando. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997
- FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez, 1985.
- LEMLE, Miriam. Guia Teórico do Alfabetizador. São Paulo: Ed. Ática, 1990.
- LERNER, D. Ler e escrever na escola: o real o possível e o necessário. Porto Alegre: ARTMED, 2002.
- MAYRINK-SABINSON, Maria Laura. Para que serve a escrita, quando você ainda não sabe ler/escrever? Leitura: teoria & prática. Porto Alegre: Mercado Aberto, v. 9, n.16, p. 20-25, dez. 1990.
- MORAIS, A.G.de; ALBUQUERQUE, Eliana. Borges C. de; LEAL. Telma Ferraz (orgs). Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. Disponível em: http://www.ufpe.br/ceel/e-books/Alfabetizacao_Livro.pdf
- MORAIS, Artur Gomes de. Ortografia: Ensinar e Aprender, São Paulo: Ática, 1998.
- MORAIS, Artur Gomes de; LEITE, Tânia Maria Rios. Como promover o desenvolvimento das habilidades de reflexão fonológica dos alfabetizandos? In: MORAIS, A.G.de; ALBUQUERQUE, Eliana. Borges C. de; LEAL. Telma Ferraz (orgs). Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética. Belo Horizonte: Autêntica, 2005
- REGO, Lúcia Lins B. Literatura Infantil: uma nova perspectiva da alfabetização na pré-escola. São Paulo: FTD, 1988.
- REVISTA EDUCAÇÃO: guia da alfabetização. Escrita e leitura: como tornar o ensino significativo. São Paulo: Segmento, CEALE, 2010. n. 2, 90 p. Edição especial.
- REVISTA EDUCAÇÃO: guia da alfabetização. Os caminhos para ensinar a língua escrita. São Paulo: Segmento, CEALE, 2010. n. 1, 90 p. Edição especial.
- SARAIVA, J. A. (org). Literatura e alfabetização: do plano do choro ao plano da ação. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- SOARES, Magda. Alfabetização e literatura. In: REVISTA EDUCAÇÃO: guia da alfabetização. Escrita e leitura: como tornar o ensino significativo. São Paulo: Segmento, CEALE, 2010. n. 2, 90 p. Edição especial.
- _____. A reinvenção da alfabetização. Revista Presença Pedagógica, v.9 n.52, jul./ago. 2003. Disponível em: <http://www.presencapedagogica.com.br/capa6/artigos/52.pdf>
- _____. Letramento – um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- _____. Letrar é mais que alfabetizar. In: Nossa língua – nossa pátria. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 26/11/2000a. Entrevista. Disponível em <http://intervox.nce.ufrj.br/~edpaes/magda.htm>
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de Leitura. Porto Alegre, Artmed. 1998.
- TEBEROSKY, Ana. Psicopedagogia da Língua Escrita. SP: Ed.Trajatória, Unicamp, 1989.
- VIGOTSKI, Lev S. A construção do pensamento e da Linguagem. Trad.Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes. 2000.
- _____. Psicologia Pedagógica. Trad.Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- WEISZ, Telma. Como se aprende a ler ou, prontidão, um problema mal colocado. In: BRASIL, PROFA, MEC, 2001.

Disciplina 14 – Conteúdos e Didática de Língua Portuguesa e Literatura

Carga horária: 180 horas

Ementa: Esta disciplina compreende: a) uma introdução aos estudos lingüísticos; b) a revisão sistemática do uso da Língua Portuguesa falada e escrita, abordando aspectos relevantes ligados à compreensão e à expressão oral e escrita; c) o estudo dos variados gêneros textuais, em função de suas características e objetivos específicos; d) um panorama da literatura brasileira e, mais especificamente, da literatura para crianças, no país, com destaque para as possibilidades e riscos do trabalho com essa produção em sala de aula.

Bibliografia básica

- BAGNO, M. A língua de Eulália: novela sociolingüística. São Paulo: Contexto, 2000.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- KLEIMAN, A. 1988. Texto e Leitor. Aspectos Cognitivos da Leitura. 8 ed. Campinas: Pontes, 2002.
- KLEIMAN, A. 1989. Leitura, ensino e pesquisa. 2 ed. Campinas: Pontes, 2004.
- JOLIBERT, J. (Org.). Formando crianças produtoras de textos. Tradução. Walkiria M. F. Settineri; Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. A formação da leitura no Brasil. São Paulo: Ática, 1996.

REYES, C. Construindo histórias por meio da interação: uma prática de produção de textos para a aprendizagem da língua materna. In: ABRAMOWICZ, A.; MELLO, R. R. (Org.). Educação: pesquisas e práticas. Campinas: Papirus, 2000. p. 115- 138.

PASQUIER, A.; DOLZ, J. Un decálogo para enseñar a escribir. In: Cultura y Educación, Madrid: Infancia y aprendizaje, 2, 1996, p. 31-41.

SAUSSURE, F. Curso de lingüística geral. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1973.

UNESP/PROGRAD. Cadernos de Formação:. Língua Portuguesa. São Paulo: Unesp, 2004. 2v.

Bibliografia complementar

CÂNDIDO, A. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 2v.

BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. Trad. De Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1979.

BETTELHEIM, B. A psicanálise dos contos de fadas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CHARTIER, R. Cultura escrita, literatura e história. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CUNHA, C. Gramática do português contemporâneo. Belo horizonte: Bernardo Álvares, 1971.

FARIA, M. A. ZANCHETTA Jr, J. Para ler e fazer o jornal na escola. São Paulo: Contexto, 2002.

SOUZA, S. J. Infância e linguagem. 3.ed. Campinas/Sp: Papirus, 1996.

TRAVAGLIA, L. C. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1o e 2o graus. São Paulo: Cortez, 1996.

ZILBERMAN, R.; LAJOLO, M. Um Brasil para crianças - para conhecer a literatura infantil brasileira: histórias, autores e textos. São Paulo: Global, 1986.

ZILBERMAN, R. A leitura do ensino da literatura. São Paulo: Contexto, 1988.

Disciplina 15 – Conteúdos e Didática de Artes

Carga horária: 105 horas

Ementa: Estudo das Artes no âmbito da cultura ocidental abrangendo manifestações eruditas, populares e de tradição oral. Trata dos conceitos de arte e da noção de linguagem artística. A linha mestra da disciplina é a noção de arte como produto social que envolve, ao mesmo tempo, criação e possibilidade de transformação tanto do ponto de vista individual como coletivo, e que produz significados e valores, modos de perceber e sentir. Trata-se da aplicação dessas noções no âmbito da escola (ensino infantil e fundamental) nas práticas artísticas; apresenta técnicas e métodos de abordagem.

Bibliografia básica

Andries Nogueira, Monique. Formação cultural de professores ou a arte da fuga. Goiania: Editora UFG, 2008.

Bachmann, Marie-Laure. Dalcroze today :an education through and into music. Oxford : Oxford University Press, 1991.

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. A imagem no ensino da Arte. São Paulo: Perspectiva, 1994.

BEHLAU, Mara e outros. Higiene vocal infantil: informações básicas. São Paulo: Lovise, 1997.

BERTHOLD, Margot. História mundial do teatro. São Paulo: Perspectiva, 2000.

BOSI, Alfredo. Reflexões sobre a Arte. São Paulo: Ática. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MAC/ SEF, 1998.

CHATEAU, Jean. O jogo e a criança. 2. ed. São Paulo: Summus, 1987.

DAVID, Célia Maria. Música no ensino fundamental; uma experiência a partir da canção. In: DAVID, Célia Maria & GUIMARÃES, J. Gerardo. (OrgS.) Cadernos de Formação: Vivências Artístico-Pedagógicas. São Paulo: UNESP/ Prograd/ Páginas & Letras, 2004.

GODOY, Kathya Maria Ayres de. Lado a lado: passos compartilhados entre a universidade e a SPCD. In: BOGÉA, Inês (org.). Jogo de corpo: ensaios sobre a São Paulo Companhia de Dança; English version Izabel Murat Burbridge. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

GODOY, Kathya Maria Ayres de (org.). Experiências compartilhadas em dança: formação de plateia. São Paulo. Instituto de Artes da Unesp, 2013.

GODOY, Kathya Maria Ayres de; ANDRADE, Carolina Romano; ALMEIDA, Fernanda de Souza; JÚNIOR, Roberto de Mello; PIMENTA, Rosana Aparecida. Poéticas da Dança: o relato de um projeto propagador de ações artísticas educativas na formação continuada de professores. In: COLVARA, Laurence Duarte; OLIVEIRA, José Brás Barreto de. Revista Núcleo de Ensino da Unesp (recurso eletrônico). Artigos 2012: Formação de Professores e Trabalho Docente. São Paulo. Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista. Pró-Reitoria de Graduação. V.6., p. 184 -207, 2014.

GUIMARÃES, José Gerardo Matos. O processo de transição no ensino de arte no Brasil: aspectos político, culturais, estéticos e didático- pedagógicos. In: DAVID, Célia Maria, GUIMARÃES, J. Gerardo. (Orgs.) Cadernos de Formação: Vivências Artístico- Pedagógicas. São Paulo: UNESP/ Prograd/ Páginas & Letras, 2004.

HERNÁNDEZ, Fernando. Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho. Porto Alegre: Artes médicas, 2000.

Jaques-Dalcroze, Émile, (1865-1950). Ritmo, música e educação. Milano: Ulrico Hoepli Editore, 1925.

KERR, D. (org.). In: UNESP/PROGRAD. Cadernos de Formação: Artes. São Paulo: UNESP/PROGRAD, 2004. (76

MARTINS, M. C.; PICOSQUE, G.; GUERRA, M. T. T. Didática do ensino de arte: poetizar, fruir e conhecer arte. São Paulo: FTD, 1998.

MATE, Alexandre. Um olhar sobre a história e o fazer teatral. In: TOZZI, D. (coord.). Educação com arte. São Paulo: FDE/ Diretoria de Projetos Especiais, 2004, (Série Idéias; nº31).

Bibliografia complementar

BOAL, A. Jogos para atores e não-atores. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BOSI, A. Fenomenologia do Olhar. In: NOVAIS, A. (org.). O olhar. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DAVID, Célia Maria. Educação, e a música? Cadernos de Educação, Franca: Faculdade de História, Direito e Serviço Social-UNESP, n. 2, p. 179-191, 1998.

FRIEDMANN, A.. Jogos tradicionais. Série Idéias n. 7. São Paulo: FDE, 1995.

Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Educação. Musica na escola :um projeto de educação musical para professores alfabetizadores /Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Educação; Conservatório Brasileiro de Música. Rio de Janeiro: PMRJ, 2000.

SCHAFER, R. M. O ouvido pensante. São Paulo: Editora da Unesp, 1991. SESC. Canto, canção, cantoria - como montar um coral infantil. São Paulo: SESC, 1997.

TATIT, P.; PERES, S. Cantos do Brasil. São Paulo: Selo Palavra Cantada, 1 CD (50 min.) Remasterizado em digital.

Disciplina 16 – Conteúdos e Didática de Matemática

Carga horária: 180 horas

Ementa: Propõe, a partir das “Memórias Matemáticas” dos alunos (as), a reflexão individual e coletiva do processo de ensino-aprendizagem da Matemática escolar. Reflete sobre competências e habilidades do professor de Matemática e suas consequências quanto à seleção de conteúdos, material didático, metodologias e prática de avaliação, propondo atividades de formação profissional que favoreçam a reflexão metodológica par o ensino da Matemática na Educação Básica. Apresenta dificuldades do processo de ensino-aprendizagem da Matemática, discutindo o posicionamento do professor frente a este processo, abordando processos de aprendizagem subjacentes aos conteúdos matemáticos apresentados nas propostas curriculares para a educação básica.

Bibliografia básica

BARBOSA, R. M. (Coord). Aprendo com jogos Conexões e Educação Matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. (O professor de Matemática em ação, 5).

GADANIDIS, G.; BORBA, M. C., SILVA, R. S. R. Fases das tecnologias digitais em Educação Matemática: sala de aula e internet em movimento. Belo Horizonte: Autentica, 2014. (Coleção Tendências em Educação Matemática).

FIorentini & Lorenzato. Dario e Sergio. Investigação em Educação Matemática: percursos teóricos e metodológicos. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

GIARDINETTO, José R. B. Matemática escolar e matemática da vida cotidiana. Campinas: Autores Associados, 1999.

LORENZATO, S. Para aprender matemática. Campinas: Autores Associados, 2006.

_____. O laboratório de ensino de Matemática na formação de professores. Campinas: Autores Associados, 2006.

MEYER, J. F. C. A.; CALDEIRA, A. D. E MALHEIROS, A. P. S. Modelagem e Educação Matemática. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MONTEIRO, Alexandrina e Junior, Geraldo Pompeu. A matemática e os Temas Transversais, São Paulo: Moderna, 2001.

NACARATO, A. M; MENGALI, B. L. S. E PASSOS, C. L.B . A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

PIROLA, N. A.; BRITO, M. R. F. A formação dos conceitos de triangulo e de paralelogramo em alunos da escola elementar. In: Márcia Regina Ferreira de Brito. (Org.). Psicologia da Educação Matemática – Teoria e Pesquisa. 1 ed. Florianópolis: Insular, 2001.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SP. Proposta Curricular de Matemática (EF/EM). Caderno do Professor. Imprensa Oficial: São Paulo, 2008.

SANTOS, C. A.; NACARATTO, A. M. *Aprendizagem em Geometria na educação básica: A fotografia e a escrita na sala de aula*. Belo Horizonte: Autentica, 2014.

SELVA, A. C. V.; BORBA, R. E. S. *O uso da calculadora nos anos iniciais do ensino fundamental*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010.

SMOLE, K. C. S. E MUNIZ, C. A. (org). *A Matemática Em Sala de Aula - Reflexões e Propostas Para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental*. Porto Alegre: Penso Editora, 2011.

SMOLE, K. C. S. SMOLE E DINIZ, M. I. V. (org). *Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática*. Porto Alegre: Penso Editora, 2001.

SMOLE, K. C. S., DINIZ, M. I. V E CANDIDO, P. *Jogos de 1º ao 5º ano. Cadernos do Mathema vol 1*. Porto Alegre: Penso Editora, 2009.

TAXA-AMARO, F. O. S.. *O conceito de número - desafios e conquistas para crianças e professores da educação infantil*. In: Nelson A. Pirola; Mara Moraes. (Org.). *Caderno de Educação Matemática para a educação infantil - Coleção de cadernos para a educação infantil do centro de formação continuada de professores em educação matemática, científica e ambiental*. 1ª ed. Bauru: Unesp/convênio Mec/SEB,2005.

UNESP/PROGRAD. *Cadernos de Formação: Educação Matemática*. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2007.

Bibliografia complementar

ALMOULOU, Saddo A. *Fundamentos da didática da Matemática*. Curitiba: UFPR, 2007.

BOYER, Carl B. *História da Matemática* 2ª edição. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda, 2002.

BRASIL, MEC/SEF. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental.

Parâmetros Curriculares Nacionais: matemática. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. *Referencial para a educação infantil*. Brasília: MEC/ SEF, 1998, v.3.

BRITO, M.R.F. de. (org.). *Psicologia da Educação Matemática - Teoria e Pesquisa*. Florianópolis: Insular, 2000.

CARRAHER, T.N. et al. *Na vida dez, na escola zero*. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: n. 42, p. 79-86, ago. 1982.

COSTA, Manoel A. *As idéias fundamentais da Matemática*. São Paulo: EDUSP, 1971.

DANTE, L. R. *Didática da Resolução de Problemas de Matemática*. São Paulo. Ática, 1991.

IFRAH, T.L. *Os números: a historia de uma grande invenção*. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

MORENO, M. *Temas Transversais: um ensino voltado para o futuro*. In: Busquets, M. D. et al. *Temas transversais em Educação – bases para uma formação integral*. São Paulo: Ática, 1997. p. 21-59.

NUNES, T.; Bryant, P. *Crianças fazendo matemática*. Trad. Sandra Costa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

RANGEL, A.C.S. *Educação matemática e a construção do número pela criança: uma experiência em diferentes contextos sócio-econômicos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

Machado, Nilson. *Matemática e Língua Materna*. São Paulo: Cortez, 1990.

Disciplina 17 – Conteúdos e Didática de História

Carga horária: 120 horas

Ementa: A disciplina pretende contribuir para a formação em Ensino de História do professor que atua na Educação infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Apresenta diversas propostas teórico-metodológicas, bem como reflexões de caráter prático, relacionadas à atuação docente em sala de aula. Seu ponto de partida consiste no conhecimento historiográfico que norteia escolhas curriculares presentes na delimitação de objetivos, conteúdos, metodologias e materiais didáticos. Volta-se para a articulação entre teoria e prática, na medida em que apresenta propostas de atuação em sala de aula. A formação do professor de História, iniciada desde os bancos escolares e continuada ao longo da prática docente, ocupa um papel fundamental nessa intencionalidade, pois com ela adquirem-se perspectivas interpretativas, despertam-se interesses e desenvolvem-se aptidões que possibilitarão ao docente construir saberes e modos de agir em sala de aula. Espera-se contribuir para a superação de posturas homogeneizadoras sobre o conhecimento histórico, que interpretam os acontecimentos do passado da vida dos homens em sociedade em perspectiva cristalizada em verdade única, distante da pluralidade de ideias, de interpretações por vezes conflitantes e de debates que deles decorrem. Dado que o principal suporte da transmissão desse conhecimento em sala de aula no Ensino Fundamental tem sido o livro didático, não raro a única fonte historiográfica disponível para alunos e professores, a proposta pedagógica do ensino da disciplina como momento de pesquisa, descoberta e reflexão crítica, tem sido na prática realizada de modo restrito ao tratamento didático de alguns conteúdos considerados relevantes e indispensáveis ao conhecimento no campo da História. As propostas teórico-metodológicas serão acompanhadas de reflexões de caráter prático, pois entende-se que o campo específico da Historiografia, ao ser confrontado com os saberes pedagógicos que se traduzem em concepções sobre a atividade educativa, bem como com os saberes práticos da experiência, fornece ao professor elementos fundamentais para sua atuação. Formado pela compreensão dos caminhos da produção do conhecimento

histórico, o professor poderá percorrer em sala de aula os procedimentos essenciais à formação de seus alunos no sentido de melhor abordarem diferentes experiências históricas vividas por múltiplas sociedades em diversos tempos.

Bibliografia básica

- ABUD, K.M et al. (coord.). Ensino de História. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- BITTENCOURT, C.M. Ensino de História. Fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. et al. (org.). Ensino de História – a criação do fato. São Paulo: Contexto, 2009.
- _____. Livro didático e saber escolar. São Paulo: Autêntica, 2008.
- BURKE, P. A escola dos Annales. São Paulo; UNESP, 2010.
- _____. A escrita da História. São Paulo: UNESP, 2011.
- CERRI, L.F. Ensino de História e consciência histórica. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- CERTEAU, M. A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- _____. A invenção do cotidiano. Vozes: Petrópolis, 2009.
- _____. A história ou a leitura do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- CUNHA, M. C. CESARINO, P. N. (Org.). Políticas culturais e povos indígenas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.
- DOSSE, F. O desafio biográfico – escrever uma vida. São Paulo: EDUSP, 2009.
- FONSECA, S. G. Os caminhos da História ensinada. Campinas: Papirus, 2001.
- _____. Currículos, saberes e culturas escolares. São Paulo: Alínea, 2011.
- _____. Didática e prática de ensino de História. Campinas: Papirus, 2013.
- FONSECA, S. G.; ZAMBONI, E. (Org.). Espaços de formação do professor de História. Campinas: Papirus, 2008.
- FONSECA, S. G.; GATTI JUNIOR, D. (Org.). Perspectivas do ensino de História: ensino, cidadania e consciência histórica. Rio de Janeiro: EDUFU, 2011.
- FRANÇA, J.M.C. e FERREIRA, R.A. Três vezes Zumbi. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
- FUNARI, P. P. PIÑÓN, A. A temática indígena na escola: subsídios para os professores. São Paulo: Contexto, 2011.
- HERNANDEZ, L.L. A África na sala de aula. São Paulo: Selo Negro, 2001.
- HOBSBAWM, Eric. Sobre a História. São Paulo : Companhia de Bolso, 2013.
- MONTEIRO, A.M. et al (org.). Ensino de História. Sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- KOSELLECK, Reinhart. O conceito de História. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- _____. Estratos do tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- _____. Futuro passado. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- OLIVA, A.R. e COELHO, M.F.P.C. (org.). O ensino de História da África. Goiânia: PUC de Goiás, 2011.
- PERRENOUD, P. Escola e cidadania. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- PINSKY, C.B. e LUCA, T.R. (Org.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.
- RÜSEN, Jörn. Razão Histórica. Teoria da História- os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2011.
- _____. Reconstrução do passado. Brasília: UnB, 2011.
- RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. Por uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1997.
- SANTOS, M.P. e PAULINO, M.M. Inclusão em Educação. Culturas, políticas e Práticas. São Paulo: Cortez, 2006.
- TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2014.

Disciplina 18 – Conteúdos e Didática de Geografia

Carga horária: 120 horas

Ementa: A disciplina lida com conteúdos que visam aprendizagens relativas aos conhecimentos quanto ao espaço e ao lugar e busca contribuir para o desempenho do profissional que atua na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Para tanto, lança mão de conceitos e de procedimentos que procuram ampliar as capacidades dos alunos nas habilidades de representar prática e teoricamente algumas especificidades significativas do lugar em que vivem e das paisagens e dos espaços geográficos de pertencimento.

Bibliografia básica

CARLOS, A. F. A. (Org.). A Geografia em sala de aula. São Paulo: Contexto, 1999.
 SIMIELLI, M. E. R. Primeiros mapas: como entender e construir. São Paulo: Ática, 1993. 8 v.
 GIOMETTI, A. B. R.; BRAGA, R. (Org.). Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. Ensino de Geografia. São Paulo: Unesp, Prograd, Páginas & Letras, 2004.

Bibliografia complementar

FERREIRA, D. A. O. O mundo rural e geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.
 MOISES, A. R. Moradia nas cidades brasileiras. São Paulo: Contexto, 1997.
 MORANDI, S.; GIL, I.C. Espaço e turismo. São Paulo: Copidart, 2001.
 RIBEIRO, W.C. A ordem ambiental internacional. São Paulo: Contexto, 2001.
 SIMIELLI, M. E. Geoatlas. 30. ed., São Paulo: Ática, 2001.
 SOUZA, M. L. Mudar a cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
 THEODORO, S.H. (org.). Conflitos e uso sustentável dos recursos naturais. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
 TROPPEMIR, H. Sistemas, geossistema paulistas e ecologia da paisagem. Rio Claro: IGCE, Unesp, 2004.

Disciplina 19 – Conteúdos e Didática de Ciências e Saúde

Carga horária: 120 horas

Ementa: A disciplina aborda aspectos sobre os conteúdos e didática do ensino de Ciências e Saúde na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Com foco na atuação docente em sala de aula, abrange temas como: o planejamento de ensino, a contribuição do material didático, as possibilidades e limites do trabalho com os conteúdos científicos, as modalidades didáticas mais compatíveis com as características de aprendizagem das crianças. Os conteúdos específicos das Ciências Naturais serão desenvolvidos através de projetos de ensino que busquem articular a relação teoria e prática e desenvolver habilidades e competências compatíveis com o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo dos alunos.

Bibliografia básica

BIZZO, N. Ciências: fácil ou difícil? São Paulo: Biruta, 2009. (Coleção Palavra de Professor).
 BIZZO, N.; CHASSOT, A.; ARANTES, V. A. (Org.) Ensino de Ciências: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2013.

BOCCALETTO, E. M. A.; MENDES, R. T.; VILARTA, R. (org.) Estratégias de promoção da saúde do escolar: atividade física e alimentação saudável. Campinas: IPES Editorial, 2010.

BOZZATO, C. V. A Qualificação do ensino de Ciências através da pedagogia de projetos. Curitiba: Appris, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.*

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente e saúde. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.*

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Elementos conceituais e metodológicos para definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento do ciclo de alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do ensino fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Base Nacional Curricular Comum. Brasília: MEC/SEF, 2015. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>*

CAMPOS, M. C. C.; NIGRO, R. G. Teoria e prática em Ciências na escola: o ensino-aprendizagem como investigação. São Paulo: FTD, 2010.

CARVALHO, A. M. P. C. (org.) Ensino de ciências por investigação: condições para implementação em sala de aula. São Paulo: CENGAGE Learning, 2014

MELLO, S. S.; TRAJBER, R. (Coord.) Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.
Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>

CHASSOT, Attico. Alfabetização científica: questões e desafios para a educação. 6.ed. Ijuí: Unijuí, 2014.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. Ensino de ciências: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

ESPINOZA, A. Ciências na escola: novas perspectivas para a formação dos alunos. São Paulo: Ática, 2010.

KRASILCHIK, M.; MARANDINO, M. Ensino de ciências e cidadania. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2007.

LELLIS, L. O.; PRADA, S. M. Ciências. São Paulo: Blucher, 2013 (Coleção: A reflexão e a prática no ensino, v. 5); São Paulo (Município). Secretaria Municipal de Educação. Orientações curriculares e proposição de expectativas de aprendizagem para o ensino fundamental: ciclo I. São Paulo: SME/DOT, 2007.

São Paulo (Município). Secretaria Municipal de Educação. Orientações curriculares e proposição de expectativas de aprendizagem para educação infantil. São Paulo: SME/DOT, 2007.

SÃO PAULO (Município). Secretaria de Educação. Referencial de expectativas para o desenvolvimento da competência leitora e escritora no ciclo II: caderno de orientação didática de Ciências Naturais. São Paulo: SME / DOT, 2007.

SÃO PAULO (Município). Secretaria de Educação. Cadernos de apoio e aprendizagem: Natureza e Sociedade. São Paulo: SME / DOT, 2012. 5v.

SÃO PAULO (Município) Interfaces curriculares: área do conhecimento e avaliação da aprendizagem – 4º ano do ciclo II do ensino fundamental de 8 anos. Caderno do Professor. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, Diretoria de Orientação Técnica, 2013. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Interfaces-Curriculares>

SÃO PAULO (Município). Interfaces curriculares: área do conhecimento e avaliação da aprendizagem – 4º e 5º anos do ciclo I do ensino fundamental de 9 anos. Caderno do Professor. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, Diretoria de Orientação Técnica, 2013. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Interfaces-Curriculares>

TRIVELATO, S. F.; SILVA, R. L. F. Ensino de Ciências. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

Disciplina 20 – Conteúdos e Didática de Educação Física

Carga horária: 105 horas

Ementa: Aborda a questão do ensinar e do aprender na educação física com suas possibilidades e tendências. Estuda os conteúdos que traduzem as abordagens atuais, entre outras, aquelas denominadas psicomotricista, desenvolvimentista, construtivista e crítico superadora. Apresenta os fundamentos e os princípios pedagógicos da educação física como uma área de conhecimento que estuda e intervém na cultura do movimento corporal procurando sua melhoria contínua e permanente. Educação Física e as questões de inclusão, diversidade e alteridade. A questão de gênero na educação física como possibilidade para a construção de relações de equidade e respeito às diferenças.

Bibliografia básica

BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília: MEC/SEMTEC, 1999.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Educação Física. Brasília: MEC, 1998.

BROTTO, F.O. Jogos cooperativos: se o importante é competir, o fundamental é cooperar. 4. ed. Santos: Projeto Cooperação, 2000.

DARIDO, S.C. A avaliação em Educação Física escolar: das abordagens à prática pedagógica. In: Anais do V Seminário de Educação Física escolar, p.50-66, 1999.

DARIDO, S.C. Os conteúdos da Educação Física escolar: influências, tendências dificuldades e possibilidades. In: Perspectiva da Educação Física escolar. UFF, v.2, p.5-25, 2001.

DARIDO, S. C. Educação Física na escola: questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DARIDO, S. C.; SOUZA JÚNIOR, O. M. Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola. Campinas: Papyrus, 2007.

FORQUIN, J. C. Currículo e cultura. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FARIA, N.; NOBRE, M. O que é ser mulher? O que é ser homem? Subsídios para uma discussão das relações de gênero. In: Gênero e Educação: caderno para professores. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2003.

FREIRE, J. B. Educação de corpo inteiro: teoria e pratica da Educação Física. Campinas: Scipione, 1989.

FRIEDMANN, A. A arte de brincar: brincadeiras e jogos tradicionais. São Paulo: Scritta, 1998.
 GONZÁLEZ, F. J. Projeto Curricular em Educação Física: o esporte como conteúdo escolar. In: REZER, R. (Org). O fenômeno esportivo: ensaio crítico-reflexivo. Chapecó: Argos, 2006, p. 69-109.
 GONZÁLEZ, F. J.; FENSTERSEIFER, P. E. Entre o “não mais” e o “ainda não”: pensando saídas do não-lugar da EF escolar I. Cadernos de Formação RBCE, p. 9-24, set. 2009.
 GONZÁLEZ, F. J. Projeto Curricular em Educação Física: o esporte como conteúdo escolar. In: REZER, R. (Org). O fenômeno esportivo: ensaio crítico-reflexivo. Chapecó: Argos, 2006, p. 69-109.
 KISHIMOTO, T. M. Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
 UNESP/PROGRAD. Cadernos de Formação: Educação Física. 2.ed., São Paulo:UNESP, 2007.
 WEINBERG, R.S.; GOULD, D. Fundamentos da Psicologia do esporte e do exercício. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

Bibliografia complementar

SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Educação Física, Ensino Fundamental ciclo II e Ensino Médio. São Paulo, 2008.
 SOARES, C. L. Educação Física escolar: conhecimento e especificidade. Revista Paulista de Educação Física, p. 6 – 12, 1996. Suplemento 2.
 SOARES, C. L.; TAFFAREL, C. N. Z.; VARJAL, E.; CASTELLANI FILHO, L.; ESCOBAR, M. O.; BRACHT, V. Metodologia do ensino da educação física. São Paulo: Cortez, 1992.
 PAES, R. R. Desenvolvimento das aulas de lutas: da compreensão teórica aos procedimentos práticos. In: BREDA, M.; GALATTI, L.; SCAGLIA, J. A.; PAES, R. R. Pedagogia do esporte aplicada às lutas. São Paulo: Phorte, 2010.
 DARIDO, S. C.; IMPOLCETTO, F. M.; BARROSO, A. L. R.; RODRIGUES, H. A. Livro didático na Educação Física escolar: considerações iniciais. Motriz, Rio Claro, v. 16, n. 2, p. 450 – 457, abr./jun. 2010.
 DINIZ, I. K. S.; DARIDO, S. C. Livro didático: uma ferramenta possível de trabalho com a dança na Educação Física escolar. Motriz, Rio Claro, v.18 n.1, p.176-185, jan./mar. 2012.
 GIMENO SACRISTÁN, J. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.
 NEIRA, M. G. A proposta curricular do Estado de São Paulo na perspectiva dos saberes docentes. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo, v.25, p. 23-27, nov. 2011. Suplemento n.6.
 RUFINO, L. G. B.; DARIDO, S. C. A separação dos conteúdos das “lutas” dos “esportes” na Educação Física escolar: necessidade ou tradição? Pensar a Prática, Goiânia, v. 14, n. 3, p. 117, set./dez. 2011.

Disciplina 21 – Conteúdos e Didática de Libras

Carga horária: 60 horas

Ementa: Conhecimento da legislação sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Aprendizagem das pessoas surdas. Compreensão das mudanças necessárias no ambiente educacional para favorecer a inclusão de surdos. Formação de professores e intérpretes. Proposta bilíngüe. Prática de Libras e noções gramaticais básicas da língua.

Bibliografia básica

LACERDA, C.B.F; NAKAMURA, H. e LIMA, M.C. Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngüe. São Paulo: Plexus, 2000.
 QUADROS, Ronice Muller. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
 FERREIRA – BRITO, L. LANGEVIN, R. Sistema Ferreira Brito – Langevin de transcrição de Sinais. In: Ferreira Brito – Langevin de transcrição de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
 FELIPE, A. Tania. Libras em contexto: Livro do estudante. Ed. 8. Brasília: 2007.
 DEUS, de ARMÔA L., Klênia. Língua Brasileira de Sinais III. 1ª edição, Sociesc. São Paulo: 2010.
 HONORA, Márcia; FRIZANCO ESTEVES L., Mary. Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: Desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. Vol. 1. Editora: Ciranda Cultural. São Paulo: 2009.
 HONORA, Márcia; FRIZANCO ESTEVES L., Mary. Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: Desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. Vol. 2. Editora: Ciranda Cultural. São Paulo: 2010.
 PINHEIRO, M. Lucineide. Língua de Sinais Brasileira – Libras I. 1ª edição. Ed. Know How. São Paulo: 2010.

Disciplina 22 – Legislação Educacional

Carga horária: 90 horas

Ementa: Genericamente, pode-se afirmar que a legislação refere-se ao conjunto de leis que tem como finalidade regular matéria geral ou específica. Assim é que temos: legislação esportiva, legislação penal, legislação social e, também, legislação educacional. Em sentido amplo, o vocábulo legislação engloba vários documentos emanados de órgãos oficiais. Ele inclui, além das leis que são produzidas nas casas legislativas (Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores), também, decretos gerados no Poder Executivo, bem como Resoluções, Deliberações, Pareceres e Indicações formuladas, e aprovadas em diferentes órgãos colegiados. Como é o caso do Conselho Nacional de Educação, Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, além de Portarias também produzidas no âmbito do Poder Executivo (Ministério da Educação, Secretarias e Departamento de Educação).

Bibliografia básica

ALVES, Nilda; VILLARDI, Raquel. Múltiplas leituras da nova LDB. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997. BRANDÃO, Carlos da Fonseca. LDB passo a passo. São Paulo: Avercamp, 2003. _____ . PNE passo a passo – Lei 10.172/2001 – discussão dos objetivos e metas do Plano Nacional de Educação. São Paulo: AVERCAMP, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. BRZEZINSKI, Iria (org.). LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1997.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: Disponível em: <<https://hec.su/d4xf>>. Acesso em: 6 jul. 2016.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

PALMA FILHO, J. C. A educação brasileira numa década de incertezas (1990-2000): avanços e retrocessos. São Paulo: CTE, 2004.

PALMA FILHO, J. C. & TOSI, P. G. Cadernos de Formação: Política e Economia da Educação. São Paulo: Unesp/ Prograd/ Páginas & Letras, 2004.

PALMA FILHO, J. C. Cadernos de Formação: Legislação Educacional. São Paulo: Unesp, 2007. _____. A educação brasileira através da legislação educacional. São Paulo: Unesp/ Prograd/ Páginas & Letras, 2007.

Bibliografia complementar

BARRETO, Elba Siqueira de. (org.). Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras. Campinas (SP): Autores Associados, 1998.

DAVIES, Nicholas. O FUNDEF e as verbas da educação. São Paulo: XAMÁ, 2001.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Cadernos de Pesquisa. n. 100; n. 104. São Paulo, 1997 e 1998. PALMA FILHO, J.C.; ALVES, Maria Leila; DURAN, Marília Geraes Claret. Ciclo Básico em São Paulo: memórias da educação nos anos 1980. São Paulo: XAMÁ, 2003.

SAVIANI, Dermeval et al. O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas (SP): Autores Associados, 2004.

ZIBAS, Dagmar M. L.; AGUIAR, Márcia Ângela da S.; BUENO, Maria Sílvia Simões (orgs.). O ensino médio e a reforma da educação básica. Brasília: Plano, 2002.

Disciplina 23 – Princípios gerais de Administração Escolar

Carga horária: 90 horas

Ementa: A natureza do trabalho pedagógico como determinante da administração da escola pública. Reconhecimento da singularidade do conhecimento historicamente produzido sobre administração escolar no campo do saber acadêmico. Análise da experiência de Paulo Freire como Secretário Municipal de Educação de São Paulo e da coerência de sua ação com os princípios de sua obra teórica. Limites no interior dos quais o princípio da participação deve ser pensado e praticado no interior das escolas e de sua potencialidade para o melhor exercício dos processos decisórios. Necessidade de recuperação da importância histórica das escolas como instituições sociais. Análise dos diferentes significados do conceito de cultura quando relacionado às organizações sociais.

Bibliografia básica

- BARROSO, J. Políticas educativas e organização escolar. Lisboa: Universidade Aberta, 2005.
- GUTIERREZ, G. L. Porque é tão difícil participar. O exercício da participação no campo educacional. São Paulo: Paulus, 2004.
- LIMA, L. C. Aprender para ganhar, conhecer para competir. Sobre a subordinação da educação na “sociedade da aprendizagem”. São Paulo: Cortez, 2012.
- LIMA, L. C. Organização escolar e democracia radical. Paulo Freire e a governação democrática da escola pública. São Paulo: Cortez, 2000.
- SILVA JR., C. A. Para uma teoria da escola pública no Brasil. Marília: M3T Edições e Treinamento, 2015.
- SILVA JR., C. A. Das instituições às organizações escolares: políticas comprometidas, culturas omitidas e memórias esquecidas. In Simpósio Sistemas e instituições escolares: políticas, culturas e memórias. Porto Alegre: Endipe, 2008.
- Sobre ética, educação e cidadania. Alguns apontamentos. In Simpósio do Laboratório de Gestão Educacional, 6. Campinas: Unicamp, 2007.
- A escola pública como local de trabalho. São Paulo: Cortez, 1990.

Disciplina 24 – Organização e Gestão da Escola

Carga horária: 90 horas

Ementa: Diversidade dos significados atribuídos ao conceito de gestão. Importância da construção coletiva de um novo significado que evidencie sua possível contribuição ao desenvolvimento do processo educacional. Diferenças entre os sentidos filosófico e administrativo de projeto. Necessidade de um projeto pedagógico efetivamente norteador do trabalho da escola e da realização de sua finalidade. Necessidade de se distinguir padrões de democratização e de propugnar pela observância de um padrão elevado no trabalho da escola pública. Contribuição possível dos pais para o estabelecimento desse padrão. Trajetória histórica da função de supervisão escolar no sistema público do Estado de São Paulo. Resistência dos professores excluídos da elaboração das políticas educacionais às medidas propostas para as escolas. Repercussão no cotidiano das escolas públicas da multiplicidade e da frequência das situações de avaliação a que elas estão submetidas.

Bibliografia básica

- ARENA, D. B. Projeto pedagógico e avaliação: as tensões no interior da escola. In BICUDO, M. A. V. e SILVA JR., C. A. (orgs.) Formação do educador e avaliação educacional. São Paulo: Edunesp, 1999.
- CANÁRIO, R. O professor entre a reforma e a inovação. In BICUDO, M. A. V. e SILVA JR., C. A. (orgs.) Formação do educador e avaliação educacional. São Paulo: Edunesp, 1999.
- GATTI, B. A. (et al.) Por uma política nacional de formação de professores. São Paulo: Edunesp, 2013.
- MACHADO, L. M. e MAIA, G. Z. A. (orgs.) Administração e supervisão escolar: questões para o novo milênio. São Paulo: Pioneira, 1988.
- SILVA JR., C. A. (et al.) Por uma revolução no campo da formação de professores. São Paulo: Edunesp, 2015.
- SILVA JR., C. A. O dogma da gestão e o estigma do magistério. In Simpósio Gestão educacional: caminhos possíveis para uma educação pública de qualidade. Araraquara: Unesp, 2011.
- Supervisão, currículo e avaliação. In FERREIRA, N. S. C. Supervisão educacional para uma escola de qualidade. São Paulo: Cortez, 1999.
- SILVA JR., C. A. e RANGEL, M. (orgs.) Nove olhares sobre a supervisão. Campinas: Papyrus, 1997.
- VALE, J. M. F. Projeto político-pedagógico como instrumento de transformação do contexto escolar. In BICUDO, M. A. V. e SILVA JR., C. A. (orgs.) Formação do educador e avaliação educacional. São Paulo: Edunesp, 1999.
- WERLE, F. O. C. Avaliação em larga escala: foco na escola. São Leopoldo: Oikos, 2010.

Disciplina 25 – Gestão Curricular

Carga horária: 90 horas

Ementa: A disciplina de Gestão do Currículo contempla uma visão sinóptica do desenvolvimento do curso uma vez que analisa reflexivamente a atual situação dos caminhos formais, políticos ideológicos, alternativos e institucionais por que passam o processo de escolarização. Nesse sentido, em face da complexidade das demandas apresentadas pela sociedade atual para a escola, o material analisa e discute o modelo de escola e a perspectiva sistêmica de compreensão dos processos que ali se desenvolve. Busca na avaliação elementos de compreensão e reflexão para a melhoria contínua da instituição e de sua gestão. Procura, na compreensão das tensões presentes no debate sobre currículo, promover intervenções que favoreçam uma operacionalidade qualitativa sejam nos padrões tradicionais, seja por orientações alternativas frente àquelas necessidades.

Bibliografia básica

APPLE, Michael W. Ideologia e currículo. São Paulo; Ed. Brasiliense, 1982.

ARRIBAS, T. L. Educação infantil – Desenvolvimento, Currículo e Organização Escolar. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BONAMINO, A. C. & BRANDÃO, Zaia. Currículo: tensões e alternativas. Cadernos de Pesquisa, 92 (fev), São Paulo, 1995.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais. SEF/mec, Brasília, DF, 1998.

BRASIL. Referencial curricular nacional para a educação infantil. SEF/mec, Brasília, DF, 1999.

BRASIL/MEC. Base nacional comum curricular. Textos Introdutórios. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/conheca> acessado em 12/02/2016.

CANDAU, V. M. F.; MOREIRA, A. F. **Currículo, conhecimento e cultura**. Documento em versão preliminar. 2006.

FORQUIN, Jean-Claude. Escola e Cultura. Porto Alegre: Artmed, 1993.

GARCIA, Regina Leite e MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa. Currículo na Contemporaneidade – Incertezas e desafios. 4ª Edição - São Pulo, Cortez Editora, 2012.

GIMENO SACRISTÁN, J. O currículo. Uma reflexão sobre a prática. Ed. Artmed (3ª. Ed.); Porto alegre, 2000.

LEMES, Sebastião de S. O Currículo para a escola Democratizada: pistas históricas e perspectivas necessárias. In: Cadernos de Formação - Gestão Curricular. (Bloco 03). Cultura Acadêmica/UNESP – Pro-Reitoria de Graduação, 2013.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria Estadual da Educação/CENP. Propostas curriculares para o ensino de primeiro grau. Educ/Fapesp; São Paulo, 1998.

SILVA, Tomás T. e MOREIRA, Antonio F. (Org.). Sociologia e teoria do Currículo: uma introdução. In: Currículo, cultura e sociedade. Ed. Cortez, 2ª. Ed. ; São Paulo, 1997.

Bibliografia básica

AFONSO, Almerindo Janela. Políticas Educativas e avaliação educacional. Braga: Universidade do Minho, 1998.

APPLE, Michael W. Ideologia e currículo. São Paulo; Ed. Brasiliense, 1982.

_____. Educação e Poder. Porto Alegre. Artes Médicas, 1989.

ARROTEIA, Jorge Carvalho. Demografia escolar: teoria e métodos. In Cadernos de Análise Sócio-organizacional da Educação, nº 11. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998.

BARRETO, E. S. S. (Org.). Os currículos de ensino fundamental para as escolas brasileiras. São Paulo: Autores Associados, Fundação Carlos Chagas, 1998.

BESSE, Jean Marie et al. École Efficace - École Efficace: de l'école primaire à l'université. Paris, Armand Colin, 1995.

BOTTANI, N. and WALBERG, H., Eds. The OECD International Education Indicators. A framework for analysis. Paris, OCDE (Édition française: L'OCDE et les indicateurs internationaux de l'enseignement. Un cadre d'analyse), 1992.

CASANOVA, Maria Antónia. La Evaluación, Garantía de calidad para el Centro Educativo. Zaragoza, Edelvives, 1992.

CODD, John A. "Educational reform and the contradictory discourses of evaluation". Evaluation and Research in Education, vol. 8, nºs 1/2, pp. 41-54; 1994.

COSTA, Marisa V. (Org.). O currículo nos limiares do contemporâneo. DP&A Editora, 3ª. Ed., Rio de Janeiro, 2001.

DE LANDSHEERE, G. A Pilotagem como instrumento de avaliação dos sistemas educacionais. Editora Porto; Lisboa. Portugal, 1995.

ESTRELA, Albano & NÓVOA, António (Orgs.). Avaliações em educação: novas perspectivas. Lisboa: EDUCA, 1993.

FIGUEIREDO, Carla Cibele & GÓIS, Eunice A avaliação da escola como estratégia de desenvolvimento da organização escolar. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional (col. Desenvolvimento das organizações escolares). Ministério da Educação, 1995.

GIMENO SACRISTÁN, J. O currículo. Uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

HIRST, Paul. Liberal education and the nature of knowledge. London: Routledge and Kegan Paul, 1965.

HIRST, Paul. Knowledge and the curriculum. London: Routledge and Kegan Paul, 1974.

- REQUENA, Antonio Trinidad. *La Evaluación de Instituciones Educativas: el análisis de la Facultad de Ciencias Políticas y Sociología de la Universidad de Granada*. Granada. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Granada, 1995.
- RUBY, A. Indicators, reporting and rationality: understanding the phenomena, in OCDE/CERI, *International educational indicators project. A reader on conceptual issues*, Paris, OCDE (documento de trabalho), 1991.
- SCRIVEN, Michael. *Evaluation Thesaurus*. London: Sage, 4º ed. 1991.
- SIERRA, Fernando Sabirón. "La Evaluación del Centro Docente". In M. Lorenzo Delgado & O. Sáez Barrio. *Organización Escolar: una Perspectiva Ecológica*. Alcoy, Editorial Marfil, 447-477, 1993.
- SILVA JR., João dos Reis. "Qualidade total em educação: ideologia administrativa e impossibilidade teórica". *Educação & Realidade*, vol. 20, nº 1, pp. 203-228, 1995.
- TEIXIDÓ PLANAS, Martí. *Supervisión del Sistema Educativo*. Barcelona. Ariel, 1997.
- VOGLER, Jean (Coord.). *L'Évaluation - former, organiser pour enseigner*. Paris, Hachette Éducation, 1996.
- YONG, M. F. D. *Knowledge and control: new directions for the sociology of education*. London: Collier-Macmillan, 1971.

Disciplina 26 – Avaliação Educacional e Escolar

Carga horária: 90 horas

Ementa: Os múltiplos sentidos e caminhos da avaliação educacional: divergentes enfoques, objetos e metodologias. As dimensões política, ética e teórico-metodológica da avaliação educacional. As orientações teórico-metodológicas da avaliação: significados e implicações para a prática avaliativa do professor - a orientação positivista nas abordagens tradicional e técnica, a orientação qualitativa e a orientação crítica. A avaliação de sistemas e a avaliação das escolas: proposições, realidades e perspectivas. Conhecimento das técnicas de elaboração de relatórios das avaliações externas e análise e interpretação dos indicadores e resultados das avaliações externas. A responsabilidade e competência cultural da avaliação e dos avaliadores: a partir da perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu discutir a realidade social dos alunos e a compreensão da não neutralidade da escola, sua tradição e cultura e a relação estabelecida entre os diferentes agentes envolvidos no processo educativo (escola, professor e aluno) e o veredicto escolar. Avaliação formativa: concepções, processos, procedimentos e técnicas para avaliação e acompanhamento dos processos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

Bibliografia básica

- AFONSO, Almerindo J. O poder de avaliar na gênese de uma sociologia da avaliação. *O Professor*, n.22. Braga, Portugal: Universidade do Minho, 1991, p.40-45.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estudos, Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ABM, ano 14, n.17, p.9-29, 1996.
- DIAS SOBRINHO, José. Campo e caminhos da avaliação: a avaliação da educação superior no Brasil. In: FREITAS, Luiz C. (org.) *Avaliação: construindo o campo e a crítica*. Florianópolis: Insular, 2002, p.13-62.
- FERNANDES, Domingos. Para uma teoria da avaliação no domínio das aprendizagens. *Estudos em Avaliação Educacional*, v.19, n.41, p. 347-371, 2008.
- GREGO, Sonia M.D. Os múltiplos sentidos e caminhos da avaliação educacional. In: GREGO, Sonia M.D. (autora) *Avaliação Educacional e Escolar*. Caderno de Formação, Bloco 3, vol.3, São Paulo: Cultura Acadêmica. Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, Univesp, 2013, p.17-33.
- HADJI, Charles. *Avaliação as regras do jogo: das intenções aos instrumentos*. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994, 189p.
- LUCKESI, Cipriano, C. *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. 3ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1996.
- PATACHO, Pedro M. Práticas educativas democráticas. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.32, n.114, 2011, p.39-51.
- ROMÃO, José E. *Avaliação dialógica: desafios e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 1998.
- RUSSELL, Michael K.; AIRASIAN, Peter W. *Avaliação em sala de aula: conceitos e aplicações*, 7ª ed. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda., 2014.

Orientações teórico-metodológicas da avaliação da aprendizagem: implicações para a prática avaliativa do professor

- AFONSO, Almerindo J. Políticas educativas e auto-avaliação da escola pública portuguesa: apontamentos de uma experiência. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1581/1581.pdf> Acesso em 22 abr. 2011.
- BARBIER, JM. *A avaliação em formação*. Porto: Edições Afrontamento, 1990.
- BARRETTO, Elba S. de Sá. A avaliação na Educação Básica entre dois modelos. *Educação e Sociedade*, ano XXII, n.75, 2001, p.48-66.
- BARRIGA, Ángel D. Uma polêmica em relação ao exame. In: ESTEBAN, Maria Teresa (org.) *Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p.51-82.
- BIANI, Rosana P., BETINI, Maria Estela S. Do avaliar a aprendizagem ao avaliar para a aprendizagem: por uma nova cultura avaliativa. *Educação teoria e prática*, v.20, n.35, p. 71-88, 2010.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estudos, ano 14, n.17, p.9-29, 1996.
- FERNANDES, Florestan. A formação política e o trabalho do professor. In: CATANI E OUTROS (org.) *Universidade, escola e formação de professores*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1986, p.13-37.
- FERNANDES, Domingos. Para uma avaliação no domínio das aprendizagens. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/eae/v19n41/v19n41a02.pdf> Acesso em: 15 ago. 2012.

- FERNADES, Domingos. Avaliação alternativa: perspectivas teóricas e práticas de apoio. In: Futuro Congressos e Eventos (Ed.) Livro do 3º Congresso Internacional sobre Avaliação da Educação, 2005, p. 79-92. Curitiba: Futuro Eventos.
- GREGO, Sonia M.D. As Orientações teórico-metodológicas da avaliação da aprendizagem: significados e implicações para a prática avaliativa do professor. In: GREGO, Sonia M.D. (autora) Avaliação Educacional e Escolar. Caderno de Formação, Bloco 3, vol.3, São Paulo: Cultura Acadêmica. Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, Univesp, 2013, p. 34-59. ISBN: 978-85-7983-401-1.
- HADJI, Charles. Avaliação as regras do jogo: das intenções aos instrumentos. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994, 189p.
- HADJI, Charles. Avaliação Desmistificada. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001, 136p.
- LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições, 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- MERTENS, Donna. The transformative prism: resilience and social justice in mixed methods. Disponível em: <http://www.vits.org/uploads/PracticeResearch2011/KivipeltoYlirukaSocialWork.pdf> acesso em 04 jun 2015.
- OLIVEIRA, Ana Paula M. A prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrito Federal. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, 2011, 274p.
- PARRO, V.H. Porque os professores reprovam: resultados preliminares de uma pesquisa. Ensaio: aval. pol. Educ., Rio de Janeiro, v.8, n.28, p. 273-282, 2000.
- PERRENOUD, Philippe. Não mexam na minha avaliação! Para uma abordagem sistêmica da mudança pedagógica. In: ESTRELA, Albano, NÓVOA, Antonio. Avaliações em educação: novas perspectivas. Porto, Portugal: Porto Editora, 1993, p. 171-191.
- PERONI, Vera Maria V. Avaliação institucional em tempos de redefinição do papel do Estado. Disponível em: <http://biblioteca.fe.unb.br/pdfs/2011-06-061609AnaPaula.pdf> Acesso em 02 ago. 2012.
- SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Modelo Pedagógico. São Paulo: SE, (s/d).
- _____. Comunicado da Secretaria da Educação, de 22.03.1995, Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1995, p.121-124.
- _____. (Estado) Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Indicação CEE nº 08/97, aprovada em 30 em julho de 1997. Dispõe sobre o regime de progressão continuada. Legislação de ensino fundamental e médio. Compilação e organização de Leslie Maria José da Silva Rama e outros. São Paulo: SE/CENP, 1997, v. XLIV, p. 150-5.
- SÃO PAULO. Parecer CEE nº 425/98. Disponível em: <http://www.ceesp.sp.gov.br/p274-98.htm>. Acesso em: 12. jun. 2001.
- SINGER, Paul. Diploma, profissão e estrutura social. In: CATANI, Denice B., MIRANDA, Hercília T. de, MENEZES, Luis C. de, FISCHMANN (orgs.). Universidade, escola e formação de professores. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p.51-67.
- SORDI, Mara R. L., LUDKE, Menga. Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias. Avaliação; Campinas, Sorocaba, SP, v.14, n.2, p.313-336, 2009.
- SOUSA, Clariza P. Avaliação do rendimento escolar. Campinas, SP: Papirus, 1991, 177p.
- SOUSA, Sandra M. Z.L. Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar. Cadernos de Pesquisa, n.119, p.175-190, 2003.
- _____, ARCAS, Paulo H. Implicações da avaliação em larga escala no currículo: revelações de escolas estaduais de São Paulo. Teoria e Prática, v.20, n.35, p.181-199, 2010.
- SOUZA, Maria de Fátima M. Política de correção de fluxo: um estudo avaliativo do Programa de Aceleração da Aprendizagem em Santarém – Pará. 2007, 178p. Tese de Doutorado (Pós-Graduação em Educação Escolar) Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista.
- VASCONCELLOS, Celso dos S. Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança por uma práxis transformadora. São Paulo: Libertad, 1998. Coleção Cadernos Pedagógicos do Libertad: v.6. Avaliação de sistemas e avaliação das escolas: proposições realidades e perspectivas
- AFONSO, A. J. Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- ARCAS, P. H. Implicações da progressão continuada e do Saresp na avaliação escolar: tensões, dilemas e tendências. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- BARRETO, E. S. S. A avaliação na educação básica entre dois modelos. Educação & Sociedade, ano XXII, nº 75, Agosto/2001.
- BAUER, Adriana. Usos dos resultados das avaliações de sistemas educacionais: iniciativas em curso em alguns países da América Latina. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/1690/1341>>
- BAUER, A. Usos dos resultados do Saresp: o papel da avaliação nas políticas de formação docente. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 12 de agosto de 2015.
- Brasil. Ministério da Educação. PDE : Plano de Desenvolvimento da Educação : SAEB : ensino médio : matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília : MEC, SEB; Inep, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/saeb_matriz2.pdf
- BROOKE, N. O futuro das políticas de responsabilização. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, v. 36, n. 128, p. 377-401, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n128/v36n128a06.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2009.
- CARNEIRO, MOREIRA & LUZ. A avaliação da aprendizagem escolar na educação básica frente à crescente centralidade das avaliações externas. Disponível em: <<http://www.sbec.org.br/evt2012/trab55.pdf>>
- CASTRO, M. H. G. O significado da avaliação institucional no âmbito da política educacional. In: BICUDO, M. A. V.; SILVA JR, C. A. (Org.) Formação do educador e avaliação educacional. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. (Seminários e debates, v. 1).
- _____. A consolidação da Política de Avaliação da Educação Básica no Brasil. Meta: Avaliação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 271-296, set./dez. 2009a.
- _____. Sistemas de avaliação da educação no Brasil: avanços e novos desafios. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2009b. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v23n01/v23n01_01.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2010.
- DIAS SOBRINHO, J. Avaliação da educação superior. Petrópolis: Vozes, 2000.

- _____. Avaliação institucional: a experiência da Unicamp: condições, princípios, processo. Pró-Posições, Campinas, v. 6, n. 1, 1995.
- _____. Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 88, p. 703-725, esp., out. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a04v2588.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2011.
- FREITAS, L. C. et al. Avaliação educacional: caminhando pela contramão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2009.
- PERONI, V. M. V. Avaliação institucional em tempos de redefinição do papel do Estado. RBP AE. v.25, n.2, p.285-300, mai/ago.2009.
- PINTO, M. A. R. Política Pública e Avaliação: o Saresp e seus impactos na prática profissional docente. 2011. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Franca, 2011.
- PROGRAMME FOR INTERNATIONAL STUDENT ASSESSMENT. PISA 2009 countries/economies. Disponível em: <http://www.pisa.oecd.org/pages/0,3417,en_32252351_32236225_1_1_1_1_1,00.html>. Acesso em: 14 set. 2011.
- SÃO PAULO. (Estado). Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Programa de Qualidade da Escola: o que é o IDESP. Disponível em: <http://idesp.edunet.sp.gov.br/o_que_e.asp>. Acesso em: 2011.
- _____. Diretrizes da política educacional para o período de dezembro de 1994 a dezembro de 1998. Comunicado SEE, 22 mar. 1995. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 23 mar. 1995. Seção 1, p. 8-10.
- _____. Resolução nº 27 de março de 1996. Dispõe sobre a criação do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP). São Paulo: SEE, 1996.
- _____. Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Uma nova agenda para a educação pública. São Paulo, 2007. Disponível em: <www.derbp.com.br/plano_acoes_see07.doc>. Acesso em: 12 set. 2010.
- SÃO PAULO (Estado). Governo de São Paulo institui bônus e promoção por mérito aos servidores. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo I, v. 18, n. 239, 18 dez. 2008a. p. 3.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Gestão do currículo na escola: caderno do gestor. São Paulo, 2008b. v. 2. Disponível em: <<http://www.rededosaber.sp.gov.br>>. Acesso em 16 ago. 2010.
- _____. _____. Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Língua Portuguesa. Coordenação de Maria Inês Fini. São Paulo: SEE, 2008c.
- _____. _____. Proposta Curricular do Estado de São Paulo. Coordenação, Maria Inês Fini. São Paulo: SEE, 2008d.
- _____. _____. Caderno do gestor: gestão do currículo na escola. Coordenação geral de Maria Inês Fini. Autoria de Zuleica Murrie. São Paulo, 2009a.
- _____. _____. Matrizes de referência para a avaliação Saresp: documento básico. Coordenação geral de Maria Inês Fini. São Paulo, 2009b.
- _____. _____. Programa de Qualidade da Escola: nota técnica. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://idesp.edunet.sp.gov.br/Arquivos/Nota_tecnica_2010.pdf>. Acesso em: 2011.
- SÁ, V. A (auto)avaliação das escolas: “virtudes” e “efeitos colaterais”. Ensaio: avaliação e políticas públicas Educação, Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 87-108, jan./mar. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v17n62/a05v1762.pdf>>
- SOUSA, S. M. Z. L. Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar. Cadernos de Pesquisa, n.119, p. 175-190, junho/2003.
- SOUSA, S. M. Z. L.; ARCAS, P. H. Implicações da Avaliação em Larga Escala no Currículo: revelações de escolas estaduais de São Paulo. EDUCAÇÃO: Teoria e Prática - v. 20, n.35, jul.-dez.-2010, p. 181-199.
- DOCUMENTOS DISPONÍVEIS EM SITES OFICIAIS:**
- Microdados das avaliações nacionais para download: Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>>.
- Página do SARESP na internet com informações sobre a avaliação, documentos legais, matriz de referência e boletins de resultados. □□•□<http://saresp.fde.sp.gov.br/2014/>
- Avaliações externas: possibilidades e limites de análise e interpretação dos indicadores e resultados para a gestão do ensino e da ação pedagógica.
- AGREY, Loren. The pressure cooker in education: Standardized assessment and high-stakes. Disponível em: http://www.educ.ualberta.ca/css/css_38_3/ARagrey_pressure_cooker_education.htm . Acesso em 05 ago. 2015.
- ALMEIDA, Luana C., DALBEN, Adilson, FREITAS, Luis Carlos. O IDEB: limites e ilusões de uma política educacional. Educação e Sociedade. Campinas, v.34, n.125, p. 1153-1174. 2013. Brasil. Ministério da Educação. PDE : Plano de Desenvolvimento da Educação : SAEB : ensino médio : matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília : MEC, SEB; Inep, 2008. 127 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/saeb_matriz2.pdf Acesso em 10 ago. 2015.
- BRASIL/MEC Prova Brasil Avaliação do Rendimento 2013. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/resultados/2013/caderno_prova_brasil_2013.pdf Acesso em 27 jul 2015.
- BROKE, Nigel, CUNHA, Maria Amália de A. A avaliação externa como instrumento de gestão educacional nos Estados. Disponível em: <http://www.fvc.org.br/pdf/livro2-01-avaliacao.pdf> . Acesso em 10 ago. 2015.
- CENPEC/FUNDAÇÃO ITAÚ. Avaliação e Aprendizagem : Avaliações externas : perspectivas para a ação pedagógica e a gestão do ensino / [textos] Eloisa de Blasis, Ana Maria Falsarella, Ocimar Munhoz Alavarse ; coordenação Eloisa de Blasis, Patrícia Mota Guedes. -- São Paulo : CENPEC : Fundação Itaú Social, 2013.
- FERRÃO, Maria Eugênia. Avaliação Educacional e modelos de valor acrescentado: tópicos de reflexão. Educação e Sociedade, Campinas, v.33, n.119, p.455-469, 2012.
- KLAUCK, Gisele A. C. Indicadores de qualidade de ensino: Estudo em escola destaque no Ideb. Disponível em:
- LANDSHEERE, Gilbert de. A pilotagem dos sistemas de educação: Como garantir a qualidade da educação? Porto, Portugal: Edições Asa, 1977.
- PARANÁ/SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO. Caderno de Subsídios para Acompanhamento Pedagógico. Disponível em: http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/Nossa_Escola/Caderno_final.pdf Acesso em 10 ago 2015.

- PERRY, Flavia Almeida. Escalas de proficiência: diferentes abordagens de interpretação na avaliação educacional em larga escala / Flavia Almeida Perry. -- 2009. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppqe/files/2010/07/Disserta%C3%A7%C3%A3o-flavia-perry.pdf>
- POPHAN, w. James. Criterion-referenced measurement. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1978.
- SÃO PAULO. Matrizes de Referência para a avaliação: Documento Básico SARESP – Ensino Fundamental e Médio. Disponível em: http://saresp.fde.sp.gov.br/2012/Arquivos/Saresp2012_MatrizRefAvaliacao_DocBasico_Completo.pdf . Acesso em: 21 jul 2015.
- SÃO PAULO. Relatório Pedagógico SARESP 2013: Língua Portuguesa. Disponível em: http://file.fde.sp.gov.br/saresp/saresp2013/Arquivos/SARESP%202013_Relat%C3%B3rio%20Pedag%C3%B3gico_L%C3%ADngua%20Portuguesa.pdf . Acesso em 21 jul 2015.
- SAVIANI, Demerval. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: Abordagem histórica e situação atual. Educação e Sociedade. Campinas, v.34, n.125, p. 743-760, 2013.
- SOLIGO, Valdecir. Possibilidades e desafios da avaliação em larga escala da Educação Básica na gestão escolar. Disponível em: http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/CienciasdaEducacao/RevistaEletronica/1_Possibilidades_e_Desafios_Valdecir_Soligo.pdf . Acesso em 10 ago 2015.
- XIMENES, SALOMÃO B. Responsabilidade educacional: concepções diferentes e riscos eminentes ao direito à educação. Educação e Sociedade, Campinas, v.33, n.119, p.353-377, 2012.

A responsabilidade (e competência) cultural da avaliação e dos avaliadores

- BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. MICELI, S. (org.). São Paulo: Perspectiva, 2009.
- _____. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 2002
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – 5 ago. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 04 ago. 2012.
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- CATANI, A. M. A sociologia de Pierre Bourdieu (ou como um autor se torna indispensável ao nosso regime de leituras). Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 78, p. 57-75, Apr. 2002.
- JULIO, R. A. P. O Perfil da Avaliação segundo a Nova Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 na Unidade Escolar SENAC. Araraquara: UNESP/CAR, 2002. Pós-Graduação lato sensu, Planejamento e Gestão de Organizações Educacionais, Universidade Estadual Paulista, 2002.
- KAPP, E. A. M. Avaliação do Aluno: dificuldades específicas. Araraquara: UNESP/CAR, 2005. Monografia (Especialização). Pós-Graduação lato sensu, Planejamento e Gestão de Organizações Educacionais, Universidade Estadual Paulista, 2005.
- LIBÂNEO, J. C. Democratização da Escola Pública. São Paulo: Loyola, 1999.
- LUCKESI, C. C. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 1994.
- MUZZETI, L. R.; MUZZETI, L. R. Formação Democrática: algumas reflexões. Litterae, ano 11, n. 03, 1998.
- NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. (Orgs). Escritos de Educação (Pierre Bourdieu). Petrópolis: Vozes, 2002.
- NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. Bourdieu & a educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

A avaliação formativa: ressignificando concepções e processos

- BARBIER, Jean-Marie. A avaliação em Formação. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 1990. Biblioteca das Ciências do Homem.
- FERNANDES, Domingos. Avaliação Formativa: Perspectivas teóricas e práticas de apoio. In: Futuro Congressos e Eventos (Edit.) Livro do 3º Congresso Internacional sobre Avaliação na Educação, 2005, p. 79-92. Curitiba: Futuro Eventos, 2005.
- GREGO, Sonia M.D. Reformas educacionais e avaliação: Mecanismos de regulação na escola. Revista Estudos em Avaliação Educacional, dez. 2012.
- GREGO, Sonia M.D. A Avaliação Formativa: ressignificando concepções e processos. In: GREGO, Sonia M.D. (autora) Avaliação Educacional e Escolar. Caderno de Formação, Bloco 3, vol.3, São Paulo: Cultura Acadêmica. Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, Univesp, 2013, p. 92-110.
- PERRENOUD, Philippe. Não mexam na minha avaliação! Para uma abordagem sistêmica da mudança pedagógica. In: ESTRELA. Albano, NÓVOA, Antonio (orgs.). Avaliações em educação: Novas perspectivas. Porto, Portugal: Porto Editora LDA, 1993, p. 171-191.
- SÃO PAULO (Estado) Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Indicação CEE nº 08/97, aprovada em 30 em julho de 1997. Dispõe sobre o regime de progressão continuada. Legislação de ensino fundamental e médio. Compilação e organização de Leslie Maria José da Silva Rama e outros. São Paulo: SE/CENP, 1997, v. XLIV, p.250-7.

Bibliografia complementar

- BLACK, Paul, WILIAM, Dylan. Developing the theory of formative assessment. Disponível em: <http://eprints.ioe.ac.uk/1136/1/Black2009Developingthetheory.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2012.
- BLOOM, Benjamin S., HASTING, J. Thomas, MADAUS, George F. Handbook of formative and summative evaluation of student learning. New York: McGraw-Hill Company, 1971, 923p.

CAMARGO, Alzira Leite Carvalhais. O DISCURSO SOBRE A AVALIAÇÃO ESCOLAR DO PONTO DE VISTA DO ALUNO. Rev. Fac. Educ. [online]. 1997, vol.23, n.1-2. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-25551997000100015>.

ROMÃO, José E. Avaliação cidadã: avaliação escolar no sistema municipal de ensino. Tecnologia Educacional, v. 22, n.122, 1995, p.12-23.

SACRISTÁN, J. GIMENO. O currículo avaliado. In: SACRISTÁN, J. GIMENO. O currículo: uma reflexão sobre a prática, 3ª ed., Porto Alegre: ARTMED, 1998, p.311-334.

SANTOS, Leonor Dilemas e desafios da avaliação reguladora Disponível em: [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5286/1/Santos%20\(2008\).pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5286/1/Santos%20(2008).pdf) Acesso em ago. 2012.

Disciplina 27 – Gestão da Informação

Carga horária: 60 horas

Ementa: Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) em Ambientes de Aprendizagem. Metodologias ativas e práticas educacionais inovadoras. Blended Learning ou Aprendizagem Mista. Objetos Educacionais. Abordagem Construcionista, Contextualizada e Significativa em uma perspectiva inclusiva.

Bibliografia básica

ALMEIDA, M. E. B. Educação, Projetos, Tecnologia e Conhecimento. São Paulo: PROEM, 2001.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede;- A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HERNANDEZ, F. & VENTURA, M.. A organização do currículo por projetos de trabalho: O conhecimento é um caleidoscópio. 5ª Edição, Porto Alegre: Editora Artes Médicas. 1998.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

PAPERT, Seymour. A Máquina das Crianças. Repensando a Escola na Era da Informática. Capítulo 4. Professores. Porto Alegre: ARTMED, 2002. p. 56-76.

SCHLÜNZEN JUNIOR, K. Educação a distância no Brasil: caminhos, políticas e perspectivas. ETD. Educação Temática Digital (Online), v. 10, p. 16-36, 2009.

PELLANDA, N. M. C. (Org.) ; SCHLÜNZEN, E. T. M. (Org.) ; SCHLÜNZEN JUNIOR, K. (Org.) . Inclusão Digital: Tecendo Redes Afetivas/Cognitivas. Rio de Janeiro - RJ: DP&A Editora, 2005.

VALENTE, José Armando. (Org.). O computador na sociedade do conhecimento. Campinas: UNICAMP/ NIED, 1999.

Bibliografia complementar

MORAES, M. C O paradigma educacional emergente. Campinas, SP: Papirus. 238 p. 1997.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus, 2000.

SANCHO, J. M. (Org.). Para uma tecnologia educacional. Tradução Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.

VALENTE, J. A.; ALMEIDA, M. E. B. (Org.). Formação de educadores a distância e integração de mídias. São Paulo: Avercamp, 2007.

VALENTE, J. A. Educação a distância no ensino superior: soluções e flexibilizações. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 7, n. 12, p. 139-142, fev. 2003.

Disciplina 27 – Gestão da Informação

Carga horária: 60 horas

Ementa: Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) em Ambientes de Aprendizagem. Metodologias ativas e práticas educacionais inovadoras. Blended Learning ou Aprendizagem Mista. Objetos Educacionais. Abordagem Construcionista, Contextualizada e Significativa em uma perspectiva inclusiva.

Bibliografia básica

ALMEIDA, M. E. B. Educação, Projetos, Tecnologia e Conhecimento. São Paulo: PROEM, 2001.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede;- A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HERNANDEZ, F. & VENTURA, M.. A organização do currículo por projetos de trabalho: O conhecimento é um caleidoscópio. 5ª Edição, Porto Alegre: Editora Artes Médicas. 1998.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

PAPERT, Seymour. A Máquina das Crianças. Repensando a Escola na Era da Informática. Capítulo 4. Professores. Porto Alegre: ARTMED, 2002. p. 56-76.

SCHLÜNZEN JUNIOR, K. Educação a distância no Brasil: caminhos, políticas e perspectivas. ETD. Educação Temática Digital (Online), v. 10, p. 16-36, 2009.

PELLANDA, N. M. C. (Org.) ; SCHLÜNZEN, E. T. M. (Org.) ; SCHLÜNZEN JUNIOR, K. (Org.) . Inclusão Digital: Tecendo Redes Afetivas/Cognitivas. Rio de Janeiro - RJ: DP&A Editora, 2005.

VALENTE, José Armando. (Org.). O computador na sociedade do conhecimento. Campinas: UNICAMP/ NIED, 1999.

Bibliografia complementar

MORAES, M. C. O paradigma educacional emergente. Campinas, SP: Papirus. 238 p. 1997.
 MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus, 2000.
 SANCHO, J. M. (Org.). Para uma tecnologia educacional. Tradução Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.
 VALENTE, J. A.; ALMEIDA, M. E. B. (Org.). Formação de educadores a distância e integração de mídias. São Paulo: Avercamp, 2007.
 VALENTE, J. A. Educação a distância no ensino superior: soluções e flexibilizações. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 7, n. 12, p. 139-142, fev. 2003.

Projetos Temáticos

Memória do professor

Carga horária: 60 horas

Ementa: História de vida e formação escolar como metodologia de formação; Formação humana e formação de professores; Trajetórias individuais (memória individual) enquanto trajetórias coletivas (memória coletiva); Formação ao longo da vida escolar e formação de professores; Reflexão sobre sua própria trajetória de formação: das primeiras experiências com a leitura e escrita à formação na licenciatura.

Bibliografia básica

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.). (Auto)biografia e Formação Humana. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
 BUENO, B.; CATANI, D. B.; SOUSA, C. P. A vida e o ofício dos professores. São Paulo: escrituras, 1998.
 CANETTI, Elias. A língua absolvida. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.
 HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Vertice, 1990.
 JOSSO, M. C. Experiências de vida e formação. São Paulo: Cortez, 2004.
 FISCHER, Beatriz T. D. (Org.). Tempos de escola: memórias. São Leopoldo. Oikos: 2010.
 NERY, A. C. B. Memorial. Marília: UNESP, 2009. p. 3-4.
 NÓVOA, Antonio. Vida de professores. Porto: Porto editora, 1992.
 NUNES, Célia M. F.; CUNHA, Maria Amélia de A. A "escrita de si" como estratégia de formação continuada para docentes. Revista Espaço Acadêmico[online], n. 50, p. 11-23, jul. 2005.
 PERES, S. A. B. C.; BUENO, B. O.; CATANI, D. B.; SOUSA, C. P. de (org.). A vida e o ofício dos professores. São Paulo: escrituras, 1998, p. 83-100.

Educação inclusiva

Carga horária: 120 horas

Ementa: Conhecimentos sobre Inclusão Escolar e Educação Especial: legislação, características, diferenças, semelhanças, ações e possibilidades de atuação profissional. Caracterização dos Estudantes Público-Alvo da Educação Especial. Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), Objetos Educacionais (OE) e Tecnologia Assistiva (TA) para o trabalho com conteúdos específicos das Metodologias de Ensino. Abordagem Construcionista, Contextualizada e Significativa. Planos de Ensino Inclusivos.

Bibliografia básica

ALMEIDA, M.E. Educação, Projetos, Tecnologia e Conhecimento. São Paulo: Proem, 2001.
 AMARAL, Lígia A. Pensando conceitos sem esgotá- los. In: Pensar a Diferença/deficiência. CORDE/BRASÍLIA, 1994.
 Brasília/CORDE. Os Direitos Das Pessoas Portadoras De Deficiências. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; Brasília, 1994.
 BUENO, José G. S. - A educação especial no Brasil: alguns marcos históricos. In: Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno deficiente. São Paulo: EDUC/PUC/FAPESP, 1993.
 DENARI, Fátima A. DEFICIÊNCIA: condição física e/ou criação cultural? In: O adolescente especial e a sexualidade: nem anjo, nem fera. São Carlos: PPGE/UFSCar, tese de doutorado, 1997.
 Espanha/Salamanca - A DECLARAÇÃO DE SALAMANCA sobre princípios, política e práuca em Educação Especial.. Algumas reflexões sobre a (r) evolução do conceito de deficiência.

MANTOAN, M.T.E. (Org.) Pensando e fazendo educação de qualidade. São Paulo: UNICAMP /NIED, 2000.

- MAZZOTTA, Marcos J. S. Fracasso Escolar e Classe Especial para Deficientes mentais: Relações de Correspondência e Contradição, in Insight - Psicoterapia, Ano IV, No. 39, 1994.
- _____. A integração virou modismo, in Revista Vivência, FCEE/Florianópolis, no. 13.
- _____. Direito do Portador de Deficiência à Educação. Revista Integração; MEC/SEESP, Ano 5, No.II, 1994.
- OMOTE, SADAQ. Aparência e Competência em Educação Especial, in Temas Em Educação Especial I, UFSCar/PPGEEs, 1990, 11- 26.
- PELLANDA, N.M.C.; SCHLÜNZEN, E.T.M.; SCHLÜNZEN, K.Jr. (org). Inclusão Digital: Tecendo Redes Afetivas/Cognitivas. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- PIERRÔ, Alfredo. A escola perante o déficit internacional, in COLL, Cesar; PALÁCIOS, Jesus e MARCHESI, Álvaro (Org.). Desenvolvimento psicológico e educação - necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Artes médicas, Porto Alegre, 1995, vol. 3, 243 -251.
- RIBAS, João B. C. O deficiente e sua imagem. In: O Que São Pessoas Deficientes. Nova Cultural, Editora Brasiliense, Col. Primeiros Passos, 1985, 7-24.
- SCHLÜNZEN, E.T.M. Mudanças nas práticas pedagógicas do professor: criando um ambiente construcionista contextualizado e significativo para crianças com necessidades especiais físicas. São Paulo: Tese de Doutorado, PUC/SP, 2000.

Bibliografia complementar

- HOFFMAN, J.M.L. Avaliação mediadora: Uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Editora Mediação, 1993.
- MANTOAN, M.T.E. A integração de pessoas com deficiência: Contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon: Editora SENAC, 1997.
- Revista Brasileira de Educação Especial. Marília/São Carlos.
- Revista Inclusão. MEC/Brasília.
- SASSAKI, R.K. Inclusão – construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- Projetos Temáticos

Gestão democrática e participativa

Carga horária: 60 horas

Ementa: Definição de Gestão. Gestão e Administração. Conceito de Gestão Democrática. Conceito de Participação de uma comunidade em processos educativos. A escola como lugar da gestão. Gestão Escolar. Gestão Escolar na Lei nº 9.394/1996 (LDB). A Participação da comunidade na gestão da escola. Valor da Gestão Democrática Escolar numa sociedade aberta.

Bibliografia básica

- ABRANCHES, M. Colegiado escolar: espaço de participação da comunidade. São Paulo: Cortez, 2003.
- APPLE, M. Escolas democráticas. São Paulo: Cortez, 1997.
- ARAUJO, U. F. Escola, democracia e a construção de personalidades morais. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 91-107, jul./dez. 2000. Disponível em: <<https://hecsu.d5m4.com>>. Acesso em: 7 jul. 2016.
- BORGES, P. F. Gestão Escolar: guia do diretor em dez lições. In: ANDRADE, R. C. (Org.); ACÚRCIO, M. R. B. (Coord.). A gestão da escola. Porto Alegre/Belo Horizonte: Artmed/Rede Pitágoras, 2004 (Coleção Escola em Ação, 4).
- BOTLER, A. H. Autonomia e Ética na Gestão Escolar. Revista Portuguesa de Educação, Braga-Portugal, v. 16, n. 1, p. 121-135, 2003.
- GADOTTI, M. Autonomia da escola: princípios e preposições. São Paulo: Cortez, 1997.
- LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola. Goiânia: Alternativa, 2002.
- LUCK, H. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. São Paulo: Cortez, 2002.
- ROMÃO, J. Diretores escolares e gestão democrática da escola. São Paulo: Cortez, 1997.
- SILVA, R. C. Educação e qualidade. Piracicaba-SP: Unimep, 1995.
- VIEIRA, S. L. Novos paradigmas de gestão escolar. Fortaleza: Edições SEDUC, 2005.